

Sumário

Número de notícias: 44 | Número de veículos: 36

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Pacheco e Appy defendem finalização da reforma tributária ainda este ano.....4

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Ajuste fiscal: Governo avalia novo pente-fino no Bolsa Família e endurecimento das regras do BPC.....6

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

De que adianta ajuste fiscal?.....8

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Cortes em debate.....10

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Corte do Bolsa Família de 500 mil no País.....12

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA
SERVIDOR PÚBLICO

Pacheco defende servidores.....13

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Pacheco quer votar regulamentação da Reforma Tributária este ano.....14

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Lupi descarta corte em sua pasta.....15

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

Lupi e Dias negam corte de gastos em seus ministérios.....17

DIÁRIO DO GRANDE ABC - SANTO ANDRÉ - SP - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Ministro afirma que não haverá corte na Previdência.....18

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

INSS procura os donos de 8 bilhões de reais.....19

O ESTADO - FORTALEZA - CE - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Bancos devolvem ao INSS R\$ 7,88 bilhões em benefícios não sacados.....21

G1 - NACIONAL
SEGURIDADE SOCIAL

MEI: empreendedor tem direito à aposentadoria por idade ou invalidez? Saiba o que diz a lei.....22

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Empréstimo mesmo com nome sujo.....23

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Fazenda Nacional vence no STJ discussão sobre aproveitamento de ágio interno 25

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SERVIDOR PÚBLICO

Governo prepara aumento para cargos comissionados 27

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Atividade aquecida puxa déficit em conta corrente 28

VALOR ONLINE - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Atividade aquecida puxa déficit em conta corrente 30

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Renda para consumo deve seguir em alta até 2034, aponta estudo 32

VALOR ECONÔMICO - SP - INVESTIMENTO ESTRANGEIRO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Em oito anos, Brasil dobra participação no IED global 34

EXTRA - RIO DE JANEIRO - RJ - EXTRA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Imposto maior para bebidas é um caminho 37

FOLHA DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

CNM mostra realidade cruel a prefeitos eleitos 38

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma Tributária e desigualdades sociais (VISÃO DO CORREIO) 40

VALOR ONLINE - SUPLEMENTOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Adoção da reforma tributária pode destravar investimentos do exterior 42

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma Tributária e desigualdades sociais (Editorial) 43

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Carga tributária (Cartas do leitor) 44

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Gasto de Estados e municípios aumenta mais que o federal 45

FOLHA DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Os entes federativos brasileiros têm mesmo autonomia? 47

HOJE EM DIA - BELO HORIZONTE - MG - PRIMEIRO PLANO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Imposto sobre imposto 49

GAZETA DE ALAGOAS - AL - ECONOMIA
ECONOMIA

Comitê do Banco Central inicia reunião para definir Selic 50

O ESTADO DE S. PAULO - CAPA
ECONOMIA

Selic deve subir hoje a 11,25%; mercado conta com mais altas 51

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Selic deve subir hoje a 11,25%, e mercado já conta com novas altas 52

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

"Juros terão de ir a 12,75% para inflação voltar à meta" 53

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA

Correções do regime fiscal não podem ser cosméticas (Editorial) 55

ZERO HORA - PORTO ALEGRE - RS - NOTÍCIAS
ECONOMIA

Aprovado projeto que modifica regras de emendas parlamentares 57

GAZETA DE ALAGOAS - AL - POLÍTICA
ECONOMIA

Câmara aprova projeto que promete dar transparência a emendas; texto vai ao Senado
..... 58

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
SEGURIDADE SOCIAL

GT do "spread" bancário limita foco para tentar avançar 59

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Dólar e juros recuam em sessão volátil 61

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Trump vence, como será o segundo mandato? 63

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Comércio Brasil-EUA vai ter impacto de eleição 69

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Cenário para taxas nos EUA deve ficar mais nebuloso em dezembro 71

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
ECONOMIA

EUA votam com economia e democracia como maiores preocupações, diz pesquisa 73

VALOR ECONÔMICO - SP - INVESTIMENTO ESTRANGEIRO
ECONOMIA

EUA investem bilhões em projetos verdes 75

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
ECONOMIA

Argentina enfrenta "tsunami" jurídico 77

Pacheco e Appy defendem finalização da reforma tributária ainda este ano

Jéssica Sant"Ana e Gabriela Pereira De Brasília

O presidente do Senado Federal, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e o secretário extraordinário da **reforma tributária** do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, saíram em defesa da aprovação da regulamentação da **reforma tributária** ainda neste ano, em meio às especulações de que poderia haver um atraso que impedisse a devolução do texto para a Câmara dos Deputados no começo de dezembro.

Pacheco pediu que os parlamentares e o setor produtivo tenham "compromisso" para a finalização da regulamentação da reforma.

De acordo com o senador, colocar obstáculo intransponível à finalização da reforma seria um retrocesso para um país que aguarda por isso há tanto tempo.

"Façamos a sua regulamentação e corrigiremos ao longo do tempo eventuais distorções que podem ser geradas", disse o presidente do Senado na terça-feira (5), durante o 2o Simpósio Liberdade Econômica, em Brasília.

A previsão é que o principal projeto de lei de regulamentação da reforma - o PLP 68/2024 - seja votado no dia 4 de dezembro na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), seguindo direto para o Plenário. Esse prazo, porém, foi considerado "desafiador" pelo relator da matéria, senador Eduardo Braga (MDB-AM), em declaração na semana passada.

Pacheco também disse que o segundo projeto de lei de regulamentação da reforma (PLP 108/2024), que trata do Comitê Gestor e de questões administrativas, também deve ser aprovado pela Casa ainda neste ano, por ser mais "simples". Ele, contudo, ainda não escolheu o relator.

Também presente no evento, Appy afirmou que o governo precisa das aprovações dos projetos ainda neste ano para que possa editar os regulamentos dos dois novos **tributos** sobre o consumo, a Contribuição e o Imposto sobre Bens e Serviços (CBS e IBS, respectivamente).

"O nosso grande desafio agora é o tempo. Eu queria aqui fazer minhas as palavras do presidente Rodrigo

Pacheco e do senador Efraim (Filho) sobre a importância de a gente dar prioridade para aprovação da **reforma tributária** ainda neste ano, porque ainda tem muito trabalho a ser feito antes do início do período de testes, que é em 2026", afirmou Appy.

O governo também precisa das leis complementares para continuar o trabalho operacional, que vai envolver o desenvolvimento de novos sistemas, como o split payment, que permitirá o recolhimento dos **tributos** no momento da liquidação financeira das operações.

"Já tem gente trabalhando, mas precisamos das leis complementares para poder editar os regulamentos, e toda a parte operacional, que também já está sendo feita, mas que depende da lei complementar e dos regulamentos para que possa ser complementado esse trabalho", explicou Appy.

O secretário finalizou seu discurso dizendo que o tempo "é curto", mas que acredita na aprovação das matérias ainda neste ano. "Temos um desafio sim de tempo, mas acredito que nessa atuação conjunta do setor privado, do Parlamento e do governo vamos conseguir levar a cabo com sucesso esse desafio." Na semana passada, Eduardo Braga disse que o calendário de votação do PLP 68 apresentado por Pacheco é uma "meta ousada", mas que trabalharia para cumprir os prazos. Porém, depois, o relator foi surpreendido com o cancelamento das audiências públicas previstas na CCJ para esta semana, devido à realização do P20, encontro dos presidentes dos Parlamentos dos países que integram o G20.

"Claro que prejudica, me tiraram uma semana de trabalho", disse ao Valor na semana passada, ao ser questionado se o cancelamento prejudicaria a entrega do relatório, prevista para 27 de novembro.

Eram quatro audiências previstas. Todas foram canceladas e ainda não remar cadas.

A Câmara tem pressa para que o Senado devolva o projeto da tributária, para poder votar ainda neste ano e enviar para sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Os presidentes da Câmara e do Senado querem terminar seus mandatos com a regulamentação sancionada pelo governo. Esse também é um desejo da equipe econômica do governo, mas o prazo tem se mostrado cada vez mais apertado.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188034?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188034?page=1§ion=1)**

Ajuste fiscal: Governo avalia novo pente-fino no Bolsa Família e endurecimento das regras do BPC

Ministros do governo Luiz Inácio Lula da Silva passaram o dia ontem em mais uma sequência de reuniões para fechar o pacote de corte de gastos que está sendo preparado pela pasta da Fazenda, comandada por Fernando Haddad. Enquanto áreas que podem ser afetadas por projetos estruturais de corte de gastos resistem a mudanças, o Executivo discute alterações em políticas como o Benefício de Prestação Continuada (BPC), além de um novo pente-fino no Bolsa Família.

Na série de reuniões ontem, o governo debateu mudanças no BPC como conceder o auxílio só para doenças graves e pessoas incapacitadas para o trabalho. Na avaliação de gestores do programa, parte dos novos beneficiários não estaria incapacitada para o trabalho.

Outra medida em estudo é estender a obrigatoriedade da biometria na solicitação de todos os benefícios assistenciais e previdenciários, de modo a aumentar a fiscalização e evitar fraudes. A ideia é propor um projeto de lei sobre o tema. Desde setembro, há uma portaria que prevê a obrigatoriedade de biometria na revisão do BPC.

O BPC paga um salário mínimo por mês para pessoas com deficiência e idosos de baixa renda. O programa entrou na mira do Executivo por suspeitas de fraudes e por conta do aumento de gastos do programa, que custará R\$ 118 bilhões no próximo ano.

O projeto preparado, além disso, deve deixar o BPC com regras de adesão e permanência semelhantes às do Bolsa Família. Isso vai incluir cruzamento mensal de dados, o que não ocorre hoje.

Pelo projeto do governo, será exigida prova de vida anual (como ocorre no **INSS** para os aposentados), reconhecimento facial e biometria para concessão e manutenção dos pagamentos. Os beneficiários poderão atualizar seu cadastro por meio de aplicativo de celular e também nos Centros de Referência de Assistência Social (Cras) dos municípios.

Segundo participantes do encontro, porém, não foram discutidas mudanças estruturais nos benefícios, como

uma desindexação ao salário mínimo ou redução na idade mínima.

Esses temas foram discutidos em reunião na Casa Civil ontem, com a presença da equipe econômica e dos ministros da Previdência, Carlos Lupi, e do Desenvolvimento Social, Wellington Dias, além de técnicos. A pasta da Previdência cuida do **INSS**, enquanto o MDS é responsável pelo BPC e o Bolsa Família.

Em evento do PDT ontem, o ministro da **Previdência Social**, Carlos Lupi, disse que não há "nenhum corte previsto" na sua área. Ele afirmou que o foco será, nesse caso, em pente-fino.

- Teve a pandemia e um afrouxamento de regras pela necessidade da população. Teve um aumento enorme de pessoas que passaram a receber sem um critério mais justo - afirmou, confirmando ainda a necessidade de biometria para benefícios. - A discussão não passa por corte de direitos.

500 mil unipessoais

No encontro, o ministro do Desenvolvimento Social ainda afirmou que a pasta pretende reduzir o número de famílias unipessoais no Bolsa Família devido à suspeita de fraudes ou irregularidades. A expectativa é que a redução seja da ordem de 500 mil famílias.

Para isso, o governo Lula fará um novo pente-fino no Bolsa Família, semelhante ao realizado no início de 2023, com foco nas famílias unipessoais. A operação deve ser realizada a partir de janeiro de 2025 e vai abranger beneficiários que moram sozinhos, entre 18 anos e 49 anos. Eles representam universo de 1,3 milhão dos quatro milhões de beneficiários que vivem sozinhos.

Segundo técnicos a par das discussões, há suspeita de que até 500 mil recebem o benefício de forma irregular. Os pagamentos serão suspensos e cancelados no decorrer da revisão. A economia estimada, considerando dados atualizados, ficará na casa de R\$ 4 bilhões, disse um integrante do governo.

Para técnicos do MDS, o contingente de 1,3 milhão na faixa etária entre 18 anos e 49 anos é elevado, considerando o perfil do público beneficiado pelo programa. Ou essas pessoas têm problemas sérios de saúde ou vivem em situação de vulnerabilidade, disse a fonte.

No início de 2023, o MDS realizou um pente-fino no Bolsa Família e suspendeu o pagamento para 1,8 milhão de famílias unipessoais que recebiam o benefício indevidamente. Segundo o ministério, entre novembro de 2021 e julho de 2022, período pré-eleitoral em que o ex-presidente Jair Bolsonaro tentou a reeleição, foram incluídos no programa 2,4 milhões de beneficiários com perfil unipessoal, totalizando 5,8 milhões em dezembro de 2022.

Na sequência de reuniões do dia, um outro encontro reuniu a Junta de Execução Orçamentária (JEO), que é formada pelos ministérios da Fazenda, Planejamento, Gestão e Casa Civil, e que ontem também reuniu os titulares da Educação, Saúde e Trabalho.

Durante as reuniões entre segunda-feira e terça-feira, ministérios que podem ser atingidos por cortes se queixaram das medidas. A pasta da Saúde, por exemplo, se manifestou contra mudar o piso da área, que hoje é vinculado à receita.

A ideia da Fazenda é limitar o crescimento dessas despesas ao previsto no arcabouço fiscal: até 2,5% acima da **inflação**. Como mostrou O GLOBO ontem, Lula debate com seus ministros se essa mudança entra ou não no pacote de Haddad.

Lula: Educação não é gasto

O ministro do Trabalho, Luiz Marinho, por sua vez, tenta convencer Lula a não mexer nas regras do seguro-desemprego - o petista chegou a negar publicamente que o tema estivesse em debate e ameaçou pedir demissão caso o governo altere regras sem seu consentimento.

Segundo integrantes do Executivo, em uma das reuniões, Marinho falou diretamente a Haddad contra mudar regras. Uma das propostas da Fazenda é limitar o benefício para quem ganha até dois salários mínimos.

Não há reuniões previstas para hoje, mas os ministros estão de sobreaviso para o caso de uma convocação do presidente. O mercado acompanha. Diante da perspectiva de piora no desequilíbrio das contas públicas, o dólar alcançou na semana passada a maior cotação desde 2020. Ontem, recuou 0,63%, a R\$ 5,7464.

À noite, em evento em Brasília, Lula voltou a dizer que educação não é gasto :

- Desde a minha primeira reunião como presidente do Brasil eu disse: "nesse governo, vai ser proibido utilizar a palavra gasto quando a gente falar em educação". Educação é investimento, e o investimento de mais retorno que um país pode ter. Nada pode dar mais retorno que a educação.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2024/11/06/ajuste-fiscal-governo-avalia-novo-pente-fino-no-bolsa-familia-e-endurecimento-das-regras-do-bpc.ghtml>

De que adianta ajuste fiscal?

Os sete conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Roraima receberam na folha de pagamento de setembro o valor total de R\$ 8 milhões a título de remuneração e "proventos diversos", o que incluiu pagamentos de R\$ 1,4 milhão a R\$ 1,8 milhão a quatro deles.

Atualmente, o salário formal de um conselheiro do TCE-RR é de R\$ 39,7 mil. O teto salarial do funcionalismo é de R\$ 44 mil, valor da remuneração de um ministro do Supremo Tribunal Federal (STF).

De acordo com o portal da Transparência do próprio tribunal, os conselheiros vêm recebendo há meses pagamentos bem acima dos valores formais de remuneração.

Em setembro, o presidente da corte, Célio Rodrigues Wanderley, foi o recordista, com R\$ 1,81 milhão bruto - R\$ 39,7 mil de remuneração e R\$ 1,77 milhão em proventos diversos.

A conselheira Cilene Lago Salomão veio logo a seguir, com R\$ 1,80 milhão também - R\$ 39,7 mil de remuneração e R\$ 1,77 milhão em proventos diversos.

Só o valor desembolsado pelo tribunal no mês de setembro para os sete conselheiros seria suficiente para pagar o salário regular de todos eles por mais de dois anos.

Os tribunais de contas estão disciplinados na Constituição como órgãos auxiliares do Poder Legislativo na "fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial" do Poder Executivo, observados, entre outros pontos, a legalidade, legitimidade e economicidade.

Em nota, o Tribunal de Contas do Estado de Roraima enumerou uma série de penduricalhos (benefícios que turbinam os salários dos **servidores públicos**) e pagamentos retroativos como justificativa para a milionária folha de pagamento de setembro.

Em especial, pagamentos retroativos de conversão em dinheiro de licenças por acúmulo de função, além de abono por permanência na atividade pública mesmo após reunidas condições para aposentadoria.

A Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Roraima é de 1994, mas, no decorrer dos anos, várias leis aprovadas pela Assembleia Legislativa do estado ampliaram os benefícios dos integrantes do órgão.

Em 2014, por exemplo, projeto incluiu na lei três meses de licença- prêmio remunerada a cada cinco anos.

Em 2022, foi a vez de projeto incluir na lei o direito aos membros do TCE-RR de licença por acúmulo de jurisdição de contas (atividades de julgamento e de fiscalização das contas que tramitam na corte) e acervo processual (total de processos ou procedimentos distribuídos e vinculados a um relator), com a delegação ao próprio tribunal de competência para estabelecer a forma de compensação da licença.

Com efeito, os conselheiros se reuniram depois e definiram, entre outros pontos, que as licenças podem ser convertidas em dinheiro e que os membros do TCE-RR que preenchiam as exigências de janeiro de 2015 a dezembro de 2021 também teriam direito à compensação.

"Transparência Os conselheiros previram ainda que as folgas compensatórias apuradas na ocasião seriam indenizadas "com o objetivo de assegurar a eficiência e evitar a descontinuidade dos serviços públicos prestados".

Na nota, o TCE-RR afirmou que "todos os pagamentos foram precedidos da devida análise técnica de impacto orçamentário-financeiro, em conformidade com as regras previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal".

Em relação aos pagamentos feitos "de forma diferenciada" ao presidente da corte e à conselheira Cilene, cita artigo da Constituição sobre abono a servidores que tenham completado as exigências para aposentadoria e permaneçam em atividade.

Segundo o órgão, o valor inclui abonos a que eles fazem jus aos últimos cinco anos e que não tinham sido pagos "em virtude de limitações orçamentárias".

"Nesse sentido, o TCE-RR entende que a transparência é fundamental para fortalecer a confiança da população nas instituições, e, por isso, todas as suas decisões e pagamentos são realizados com rigor técnico jurídico e em conformidade com a legislação vigente, respeitando, inclusive, a vinculação constitucional e a paridade remuneratória existente com os membros da magistratura".

O tribunal encerra a nota afirmando que "é com esse espírito que se renova o compromisso de promover

práticas que assegurem a visibilidade" de suas ações, "sempre em busca de uma administração pública eficiente e íntegra, norteadas pelos princípios constitucionais"

Site:

<https://edicaodigital.jornaldebrasil.com.br/pub/jornaldebrasil/?edicao=18229>

Cortes em debate

GERALDA DOCA, THÁIS BARCELLOS, KAROLINI BANDEIRA, JENIFFER GULARTE E BERNARDO LIMA E SÉRGIO ROXO

Ministros do governo Luiz Inácio Lula da Silva passaram o dia ontem em mais uma sequência de reuniões para fechar o pacote de corte de gastos que está sendo preparado pela pasta da Fazenda, comandada por Fernando Haddad. Enquanto áreas que podem ser afetadas por projetos estruturais de corte de gastos resistem a mudanças, o Executivo discute alterações em políticas como o Benefício de Prestação Continuada (BPC), além de um novo pente-fino no Bolsa Família.

Na série de reuniões ontem, o governo debateu mudanças no BPC como conceder o auxílio só para doenças graves e pessoas incapacitadas para o trabalho. Na avaliação de gestores do programa, parte dos novos beneficiários não estaria incapacitada para o trabalho. Outra medida em estudo é estender a obrigatoriedade da biometria na solicitação de todos os benefícios assistenciais e previdenciários, de modo a aumentar a fiscalização e evitar fraudes. A ideia é propor um projeto de lei sobre o tema. Desde setembro, há uma portaria que prevê a obrigatoriedade de biometria na revisão do BPC.

O BPC paga um salário mínimo por mês para pessoas com deficiência e idosos de baixa renda. O programa entrou na mira do Executivo por suspeitas de fraudes e por conta do aumento de gastos do programa, que custará R\$ 118 bilhões no próximo ano.

O projeto preparado, além disso, deve deixar o BPC com regras de adesão e permanência semelhantes às do Bolsa Família. Isso vai incluir cruzamento mensal de dados, o que não ocorre hoje.

Pelo projeto do governo, será exigida prova de vida anual (como ocorre no **INSS** para os aposentados), reconhecimento facial e biometria para concessão e manutenção dos pagamentos. Os beneficiários poderão atualizar seu cadastro por meio de aplicativo de celular e também nos Centros de Referência de Assistência Social (Cras) dos municípios.

Segundo participantes do encontro, porém, não foram discutidas mudanças estruturais nos benefícios, como uma desindexação ao salário mínimo ou redução na idade mínima.

Esses temas foram discutidos em reunião na Casa

Civil ontem, com a presença da equipe econômica e dos ministros da Previdência, Carlos Lupi, e do Desenvolvimento Social, Wellington Dias, além de técnicos. A pasta da Previdência cuida do **INSS**, enquanto o MDS é responsável pelo BPC e o Bolsa Família.

Em evento do PDT ontem, o ministro da **Previdência Social**, Carlos Lupi, disse que não há "nenhum corte previsto" na sua área. Ele afirmou que o foco será, nesse caso, em pente-fino.

- Teve a pandemia e um afrouxamento de regras pela necessidade da população. Teve um aumento enorme de pessoas que passaram a receber sem um critério mais justo -afirmou, confirmando ainda a necessidade de biometria para benefícios. -A discussão não passa por corte de direitos.

500 MIL UNIPESOAIS

No encontro, o ministro do Desenvolvimento Social ainda afirmou que a pasta pretende reduzir o número de famílias unipessoais no Bolsa Família devido à suspeita de fraudes ou irregularidades. A expectativa é que a redução seja da ordem de 500 mil famílias.

Para isso, o governo Lula fará um novo pente-fino no Bolsa Família, semelhante ao realizado no início de 2023, com foco nas famílias unipessoais. A operação deve ser realizada a partir de janeiro de 2025 e vai abranger beneficiários que moram sozinhos, entre 18 anos e 49 anos. Eles representam universo de 1,3 milhão dos quatro milhões de beneficiários que vivem sozinhos.

Segundo técnicos a par das discussões, há suspeita de que até 500 mil recebem o benefício de forma irregular. Os pagamentos serão suspensos e cancelados no decorrer da revisão. A economia estimada, considerando dados atualizados, ficará na casa de R\$ 4 bilhões, disse um integrante do governo.

Para técnicos do MDS, o contingente de 1,3 milhão na faixa etária entre 18 anos e 49 anos é elevado, considerando o perfil do público beneficiado pelo programa. Ou essas pessoas têm problemas sérios de saúde, ou vivem em situação de vulnerabilidade, disse a fonte.

No início de 2023, o MDS realizou um pente-fino no Bolsa Família e suspendeu o pagamento para 1,8 milhão de famílias unipessoais que recebiam o

benefício indevidamente. Segundo o ministério, entre novembro de 2021 e julho de 2022, período pré-eleitoral em que o ex-presidente Jair Bolsonaro tentou a reeleição, foram incluídos no programa 2,4 milhões de beneficiários com perfil unipessoal, totalizando 5,8 milhões em dezembro de 2022.

Na sequência de reuniões do dia, um outro encontro reuniu a Junta de Execução Orçamentária (JEO), que é formada pelos ministérios da Fazenda, Planejamento, Gestão e Casa Civil, e que ontem também reuniu os titulares da Educação, Saúde e Trabalho.

Durante as reuniões entre segunda-feira e terça-feira, ministérios que podem ser atingidos por cortes se queixaram das medidas. A pasta da Saúde, por exemplo, se manifestou contra mudar o piso da área, que hoje é vinculado à receita. A ideia da Fazenda é limitar o crescimento dessa despesas ao previsto no arcabouço fiscal: até 2,5% acima da **inflação**. Como mostrou O GLOBO ontem, Lula debate com seus ministros se essa mudança entra ou não no pacote de Haddad.

LULA: EDUCAÇÃO NÃO É GASTO

O ministro do Trabalho, Luiz Marinho, por sua vez, tenta convencer Lula a não mexer nas regras do seguro-desemprego -o petista chegou a negar publicamente que o tema estivesse em debate e ameaçou pedir demissão caso o governo altere regras sem seu consentimento. Segundo integrantes do Executivo, em uma das reuniões, Marinho falou diretamente a Haddad contra mudar regras. Uma das propostas da Fazenda é limitar o benefício para quem ganha até dois salários mínimos.

Não há reuniões previstas para hoje, mas os ministros estão de sobreaviso para o caso de uma convocação do presidente. O mercado acompanha. Diante da perspectiva de piora no desequilíbrio das contas públicas, o dólar alcançou na semana passada a maior cotação desde 2020. Ontem, recuou 0,63%, a R\$ 5,7464.

A noite, em evento em Brasília, Lula voltou a dizer que educação não é gasto: - Desde a minha primeira reunião como presidente do Brasil eu disse: "nesse governo, vai ser proibido utilizar a palavra gasto quando a gente falar em educação". Educação é investimento, e o investimento de mais retorno que um país pode ter. Nada pode dar mais retorno que a educação.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Corte do Bolsa Família de 500 mil no País

BRASÍLIA

O governo pretende reduzir o número de famílias unipessoais no Bolsa Família devido à suspeita de fraudes ou irregularidades. A expectativa é de que a redução seja de 500 mil famílias.

Para isso, o governo fará um novo pente-fino no Bolsa Família, semelhante ao do início de 2023, com foco nas famílias unipessoais. A operação deve ser realizada a partir de janeiro e vai abranger beneficiários que moram sós, entre 18 e 49 anos. Eles representam 1,3 milhão dos 4 milhões de beneficiários que vivem sozinhos.

Segundo técnicos a par das discussões, há suspeita que até 500 mil recebem o benefício de forma irregular. Os pagamentos serão suspensos e cancelados no decorrer da revisão. A economia estimada, considerando dados atualizados, ficará na casa de R\$ 4 bilhões, disse um integrante do governo.

Para técnicos do MDS, o contingente de 13 milhão na faixa etária entre 18 e 49 anos é elevado, considerando o perfil do público beneficiado pelo programa. Ou essas pessoas têm problemas sérios de saúde ou vivem em situação de vulnerabilidade, explicou a fonte.

Em 2023, o MDS realizou um pente-fino no Bolsa Família e suspendeu o pagamento a 1,8 milhão de famílias unipessoais que recebiam o benefício indevidamente.

Segundo o ministério, entre novembro de 2021 e julho de 2022, período pré-eleitoral em que o ex-presidente Jair Bolsonaro tentou a reeleição, foram incluídos no programa 2,4 milhões de beneficiários com perfil unipessoal, totalizando 5,8 milhões em dezembro de 2022.

O governo estuda ainda apertar as regras de concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC) para pessoas com deficiência como parte do pacote fiscal que está sendo preparado pelo Ministério da Fazenda.

Uma das idéias discutidas é conceder o auxílio só para doenças graves e pessoas incapacitadas para o trabalho.

Esses temas foram discutidos ontem em reunião na Casa Civil, com a presença da equipe econômica do

governo e dos ministros da Previdência, Carlos Lupi, e do Desenvolvimento Social, Wellington Dias. A pasta da Previdência cuida do **INSS**, enquanto o MDS é responsável pelo BPC e o Bolsa Família.

Biometria obrigatória para todos na Previdência

Outra medida debatida é estender a obrigatoriedade da biometria na solicitação de todos os benefícios assistenciais e previdenciários, para aumentar a fiscalização. A ideia é propor um projeto de lei sobre o assunto. Desde setembro, há uma portaria que prevê a obrigatoriedade para o benefício.

O BPC representa um salário mínimo por mês pago para pessoas com deficiência e idosos de baixa renda. O programa entrou na mira do Executivo por suspeitas de fraudes.

O projeto preparado deve deixar o BPC com regras de adesão e permanência semelhantes às do Bolsa Família. Isso vai incluir um cruzamento mensal de dados, por exemplo, o que não ocorre hoje.

CARTÃO do Bolsa Família, um dos programas que devem ter cortes, além do BPC. que terá regras mais duras

Pacheco defende servidores

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), defendeu ontem a discussão sobre medidas de corte de gastos, mas manteve sua posição a favor de uma proposta de emenda à Constituição (PEC) que concede reajustes salariais a **servidores públicos** do topo da carreira por tempo de serviço, o que teria um impacto bilionário nas contas públicas.

Pacheco demonstrou apoio à discussão que o governo tem encampado para cortar gastos públicos, mas insistiu na proposta que ficou conhecida como PEC do Quinquênio, que dá aumentos salariais a cada cinco anos para esses servidores.

O senador citou uma série de carreiras do serviço público, como juízes, procuradores e promotores do Ministério Público, auditores fiscais, delegados da Polícia Federal, policiais civis e militares, no rol de trabalhadores que merecem esse tipo de benefício.

"Há uma série de carreiras que precisam ter estruturação. Corte de gastos não pode significar que essas carreiras sejam aviltadas e que a iniciativa privada seja muito mais estimulante que a carreira pública", declarou.

Site:

<https://edicaodigital.jornaldebrasil.com.br/pub/jornaldebrasil/?edicao=18229>

Pacheco quer votar regulamentação da Reforma Tributária este ano

VICTORIA ABEL victora.abel@bsb.oglobo.com.br
BRASÍLIA

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), quer que os projetos de lei que tratam da regulamentação da **Reforma Tributária** sejam aprovados até os primeiros dias de dezembro, antes que termine seu mandato no comando da casa. O senador pediu ontem a parlamentares e ao setor produtivo um compromisso para que a regulamentação seja finalizada até o fim do ano.

-Vamos levar, nos primeiros dias de dezembro, a votação tanto na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) quanto no (plenário do) Senado Federal. Agora temos a tarefa do exaurimento da reforma com a sua regulamentação. Faço um apelo a toda a sociedade e ao setor produtivo: tenhamos esse compromisso de finalização da reforma - disse Pacheco, em evento com o setor privado sobre **Reforma Tributária**, em Brasília.

Nos últimos dias, líderes de partidos têm procurado o relator da proposta no Senado, o senador Eduardo Braga (MDB-AM), na tentativa de negociar um adiamento na análise do texto para o ano que vem.

Alguns senadores estão preocupados com o início da [transição da **Reforma Tributária**, previsto para janeiro de 2026, quando começa a cobrança teste de 1% do novo Imposto sobre Valor Agregado (IVA), que será criado com a junção dos **tributos** PIS, Cofins, IPI, ISS e ICMS.

A ideia defendida por alguns parlamentares é adiar o início da transição para janeiro de 2027, argumentando que as eleições gerais de 2026 poderiam atrapalhar o processo. A mudança, porém, não seria possível, já que o início da transição em 2026 está previsto na emenda constitucional do ano passado.

Para o presidente do Senado, a reforma está longe do ideal, mas deve seguir adiante mesmo assim: - Corrigiremos ao longo do tempo outras discussões que possam ser geradas. O que não podemos permitir é colocar um obstáculo intransponível para a finalização da reforma. Isso seria um retrocesso.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Lupi descarta corte em sua pasta

» **VICTOR CORREIA** » **FERNANDA STRICKLAND**

O ministro da **Previdência Social**, Carlos Lupi, afirmou ontem que o corte de gastos a ser anunciado pelo governo Lula não impactará sua pasta. Em conversa com jornalistas, ele ressaltou que as despesas da Previdência são constitucionais.

Lupi participou de reunião, ontem, no Planalto, com os ministros Fernando Haddad (Fazenda), Rui Costa (Casa Civil), Simone Tebet (Planejamento), Wellington Dias (Desenvolvimento Social) e Esther Dweck (Gestão e Inovação) para discutir possíveis cortes de gastos.

O governo está elaborando uma série de medidas que permitam o cumprimento do arcabouço fiscal e tem chamado os ministros para apresentar a situação fiscal do país.

"O Ministério da Previdência não tem o que cortar. As despesas são obrigatórias, são despesas constitucionais", declarou.

"Jamais um governo de cunho social iria tirar direito de quem tem direito", disse. Lupi reforçou que, no caso da Previdência, o foco será o pente-fino que já vem sendo feito nos benefícios.

"Essa é outra questão: acertar regras de quem recebe ilegalmente. Teve a pandemia e um afrouxamento de regras, pela necessidade da população.

Teve um aumento enorme de pessoas que passaram a receber sem um critério mais justo", declarou o ministro.

Segundo o ministro, "a discussão está na eficácia da administração pública, dar direito a quem tem direito, mas não deixar quem não tem direito e erradamente conseguiu permanecer com esse direito". A expectativa é que o Palácio do Planalto divulgue as medidas ainda nesta semana, conforme a indicação do ministro da Fazenda Fernando Haddad.

Após a reunião com Lupi, houve outra, dessa vez com os ministros Camilo Santana (Educação), Nísia Trindade (Saúde) e Luiz Marinho (Trabalho). Os três já haviam estado, na segunda-feira, com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para tratar do assunto.

Mais uma reunião foi convocada para hoje, com a presença de quase todos os ministros. A reunião de

hoje deve aprofundar a análise dos cortes e das estratégias para minimizar o impacto nos serviços oferecidos aos cidadãos.

A iniciativa faz parte do esforço de ajuste fiscal para reduzir o déficit das contas públicas e alocar os recursos de maneira mais eficiente.

Os integrantes do governo estão mantendo sigilo sobre o que está sendo discutido, sem falas à imprensa ou anúncios.

Proposta A proposta da equipe econômica inclui a intenção de limitar algumas despesas obrigatórias a um crescimento de até 2,5% acima da **inflação**. Contudo, as despesas relacionadas à Previdência não devem ser incluídas nesse limite.

O presidente Lula ainda está avaliando a possibilidade de incluir o Benefício de Prestação Continuada (BPC) nas novas diretrizes.

Além disso, há discussões sobre a possibilidade de aumentar a parcela do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) que será considerada para o cálculo do piso de gastos com educação.

A equipe econômica também está analisando mudanças no seguro-desemprego e no abono salarial do PIS/Pasep, como parte do pacote de cortes que estava previsto para ser anunciado após as eleições de outubro.

O tema é sensível, afinal. Por um lado, há pressão de investidores para que o pacote seja anunciado o mais cedo possível, garantindo o respeito ao arcabouço fiscal a partir do ano que vem.

Por outro, há preocupação com o corte em áreas como educação, saúde e benefícios sociais, e também com o impacto de uma decisão impopular como essa no apoio ao governo federal.

Ministros como Camilo Santana e Luiz Marinho já repudiaram publicamente cortes em seus respectivos orçamentos.

Outras pastas, porém, escaparam do ajuste. Ontem, o ministro da Agricultura e Pecuária, Carlos Fávaro, defendeu em coletiva de imprensa que é preciso manter o equilíbrio das contas, mas negou ter sido

contatado por Lula. "Até o momento, o Ministério da Agricultura não foi chamado a ter nenhum corte", disse o ministro. Ele participou de cerimônia na sede da pasta para anunciar os novos uniformes para servidores da Defesa Agropecuária.

Lula é contra reduzir gastos com educação e saúde, mas a equipe econômica, liderada por Haddad, vem tentando convencer o presidente sobre a necessidade da medida. O ministro da Fazenda demonstra preocupação com o crescimento das despesas e afirma que, no ritmo atual, não será possível cumprir o arcabouço fiscal a partir de 2025.

Site:

<https://flip.correio braziliense.com.br/edicao/imprensa/6609/06-11-2024.html?all=1>

Lupi e Dias negam corte de gastos em seus ministérios

Guilherme Pimenta, Estevão Talar, Marcelo Ribeiro, Raphael Di Cunto e Jéssica Sant'Ana De Brasília

Em meio à expectativa de que o governo anuncie um plano de ajuste fiscal, dois ministros responsáveis por áreas potencialmente afetadas por revisões de gastos afirmaram ontem que suas pastas não serão alvo de cortes. Carlos Lupi (Previdência) e Wellington Dias (Desenvolvimento Social) deram as declarações em mais um dia de reuniões no Palácio do Planalto sobre o assunto. Não houve anúncios de medidas após os encontros.

À noite, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) reforçou as restrições do governo a aplicar restrições a setores caros ao governo, ao afirmar durante um evento que despesas com educação, por exemplo, não devem ser consideradas gastos, mas investimentos.

Na mesma fala, ele disse que governar é a "arte de fazer escolhas".

"Governar é a arte de tomar decisões, de fazer escolhas, de dizer para quem quer governar, quem está mais precisando do Estado", afirmou o presidente, na abertura da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, em um contexto em que criticou o que considera baixo investimento em educação. "Desde a minha primeira reunião como presidente do Brasil em 2003 eu disse: neste governo, vai ser proibido utilizar a palavra gasto em educação.

Educação é investimento." Lula não participou das reuniões ontem. A agenda fiscal foi CRISTIANO MARIZ/AGÊNCIA O GLOBO debatida em dois momentos ontem.

No início da tarde, se reuniram os ministros Fernando Haddad (Fazenda), Rui Costa (Casa Civil), Simone Tebet (Planejamento) e Esther Dweck (Gestão), além de Lupi, Dias e representantes do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), Serpro e Dataprev.

Logo na sequência, houve uma reunião "ampliada" da Junta de Execução Orçamentária (JEO), com a presença de Nísia Trindade (Saúde), Camilo Santana (Educação) e Luiz Marinho (Trabalho e Emprego).

Lupi falou após o primeiro encontro e afirmou que o

plano de revisão não atingirá sua pasta.

"O Ministério da Previdência não tem o que cortar, porque as despesas são obrigatórias, são despesas constitucionais já previstas no Orçamento. Jamais um governo da nossa origem, que tem esse cunho social, iria tirar direito de quem tem direito. Então, essa discussão não passa por nenhum corte na Previdência", disse Lupi.

Mais cedo, antes das reuniões, Wellington Dias afirmou ao Valor que desconhecia eventual proposta da equipe econômica para desindexar o Benefício de Prestação Continuada (BPC) do salário mínimo, como chegou a ser ventilado no mercado financeiro.

"BPC pagará salário mínimo a quem tem o direito e continua", disse Dias, que também negou que o pacote poderia restringir o BPC, no caso de portadores de deficiência, somente a aqueles que têm doenças graves. "Mantém a regra." Na semana passada, Luiz Marinho já havia descartado mudanças nos programas sob gestão do Ministério do Trabalho, em mais um sinal de resistência interna às medidas.

Na ocasião, Marinho chegou a indicar que poderia se demitir em caso de avanço de propostas com as quais discorda - como restrições no seguro-desemprego.

Nesta terça, após a reunião, Carlos Lupi afirmou que o plano tem como objetivo buscar a eficácia na administração pública e coibir fraudes.

Ele afirmou ainda que o plano a ser enviado ao Congresso está sendo analisado juridicamente.

"BPC pagará salário mínimo a quem tem o direito e continua"

Wellington Dias

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188034?page=1§ion=1>

Ministro afirma que não haverá corte na Previdência

O ministro da **Previdência Social**, Carlos Lupi, disse ontem que nas discussões sobre o pacote de redução de gastos no governo não há "nenhum corte previsto na **Previdência Social**".

Estudo do consultor da Câmara e ex-secretário de Orçamento Federal Paulo Bijos mostra, porém, que o governo sentirá os efeitos de uma restrição fiscal, com redução de recursos necessários à manutenção da máquina pública, já em 2026 (ano de eleição presidencial) se deixar a **Previdência Social** fora do pacote de corte de gastos e nada for feito para corrigir a rota das despesas com aposentadorias e pensões.

Segundo Lupi, o foco será apertar o pente-fino nos benefícios.

"Essa é outra questão, (precisamos) acertar regras de quem ilegalmente recebe. Teve a pandemia e um afrouxamento de regras pela necessidade da população. Teve um aumento enorme de pessoas que passaram a receber sem um critério mais justo." A prioridade, disse ainda, é buscar a "eficácia da administração pública, dar direito a quem tem direito, mas não deixar quem não tem direito e erradamente conseguiu permanecer com esse direito".

Lupi confirmou que a obrigatoriedade de registro de biometria para benefícios da Previdência e do Ministério do Desenvolvimento Social - caso do Bolsa Família, por exemplo - está na discussão do pacote.

"O Ministério da Previdência não tem o que cortar, porque são despesas obrigatórias, constitucionais e previstas no Orçamento." A equipe econômica estuda limitar as principais despesas do Orçamento a um crescimento real (acima da **inflação**) de 2,5%, seguindo o mesmo teto do arcabouço fiscal, mas pode deixar as aposentadorias de fora.

Lula e o PT resistem à ideia de mexer na vinculação de parte dos benefícios previdenciários ao salário mínimo - um dos fatores que mais pressionam o crescimento de gastos e a sustentabilidade do arcabouço.

A despesa com benefícios previdenciários do Regime Geral de **Previdência Social** em proporção do **PIB** (Produto Interno Bruto) deve escalonar a partir de 2028, chegando a praticamente dobrar até o fim do

século, segundo projeção do próprio governo citada no estudo da consultoria da Câmara.

(do Estadão Conteúdo)

Site: <https://www.dgabc.com.br>

INSS procura os donos de 8 bilhões de reais

Gustavo Andrade

O Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) procura os donos de R\$ 8 bilhões não sacados entre janeiro do ano passado e setembro deste ano.

Foi o valor que os bancos devolveram ao **INSS** relativos a benefícios ofertados pelo órgão, como aposentados e pensionistas, que os segurados deixaram de sacar no prazo legal.

Do total, pouco mais de R\$ 4,947 bilhões foram restituídos ao longo do ano passado. Já entre janeiro e setembro deste ano, o montante estornado superou R\$ 2,938 bilhões.

A legislação determina que, se o segurado não sacar o valor depositado pelo **INSS** em até 60 dias, o banco deve devolvê-lo integralmente ao órgão. A medida se aplica apenas a quem usa o cartão magnético do órgão para movimentar o benefício recebido.

Segundo o **INSS**, o objetivo é evitar pagamentos indevidos e tentativas de fraude, como saque por terceiros do benefício de segurados que já morreram. E, por precaução, sempre que a quantia depositada é devolvida por falta de movimentação, o **INSS** suspende futuros pagamentos ao beneficiário.

Ainda segundo o **INSS**, o beneficiário pode pedir a regularização de sua situação e a posterior liberação dos recursos a que tem direito.

Segundo a advogada especialista em Direito Previdenciário Renata Prado, não tem um prazo definido para que o segurado procure o **INSS** para receber o valor de forma retroativa.

"Pode ser, a qualquer tempo, um ano depois, dois anos depois. A gente tem de entender o motivo de elas não terem recebido. Faz um pedido de benefício não recebido, e aí recebe os valores todos de uma vez, inclusive, daquele mês", explicou.

Ela destacou que pode acontecer essa situação, por exemplo, no caso de beneficiário que pediu revisão e evitou efetuar o saque para questionar os valores.

"Nesse caso, vamos supor, se chegar lá na frente e o segurado não consegue o recurso, ou entra com ação judicial, o recurso é julgado improcedente, ou entra com ação judicial e não ocorre a revisão do valor e continuou contribuindo durante esse tempo", detalhou.

E continuou:

"Ela vai fazer naquele momento uma análise do valor do benefício que é mais vantajoso: se é receber o valor lá de trás, que em tese é menor, mas receber todo esse retroativo, ou passar a receber um valor maior".

Presidente do **INSS** entre 2011 e 2012, o advogado especialista em direito previdenciário Mauro Hauschild disse que é comum ter esse valor devolvido pelos bancos.

SAQUE de aposentadoria em caixa automático: segurado pode receber o valor no momento em que preferir

SAIBA MAIS

Como recuperar os valores?

PARA REGULARIZAR sua situação. O beneficiário deve ligar para o 135 (opções 6 e 1), a Central de Atendimento do Ministério da Previdência. Também é possível acessar o portal Meu **INSS** (<https://meu.inss.gov.br>) e solicitar o pagamento dos benefícios não recebidos.

O BENEFICIÁRIO ou seus representantes devem apresentar a documentação necessária e abrir um pedido formal de restituição. Este recurso precisa ser realizado para garantir que o valor perdido possa ser recuperado.

IMPORTANTE DESTACAR que não há um prazo para que essa regularização possa ser feita.

COMPREENDER e evitar os fatores que levam ao não saque dos benefícios é essencial para assegurar que aqueles que mais necessitam possam acessar e usufruir de suas quantias. Informar-se sobre as obrigações e manter-se atualizado quanto a dados de contato e contas bancárias pode fazer a diferença para muitos segurados.

mudanças EM DADOS pessoais devem ser comunicadas rapidamente ao **INSS** para prevenir problemas futuros na recepção do benefício.

O **INSS** orienta os segurados a sempre observarem as datas dos depósitos e os prazos para sacar seus benefícios.

Atenção ao prazo

O INSS ressalta que os segurados devem ficar atentos ao prazo para sacar os benefícios na rede bancária todos os meses. Os valores que não forem sacados até 60 dias após a data marcada para o seu pagamento são devolvidos pelo banco ao **INSS**.

A DEVOLUÇÃO após o prazo de 60 dias é uma medida de segurança que foi criada para evitar o pagamento indevido e tentativas de fraude, como o saque do benefício de segurado já morto.

PELA NORMA, a instituição bancária devolve o valor ao **INSS**, que suspende o pagamento até que o beneficiário regularize a situação. A medida se aplica apenas a quem usa o cartão magnético do órgão para movimentar o benefício recebido. Atualmente, são 9.789.560 benefícios pagos por meio de cartão magnético em todo o País.

Motivos para o não saque

HÁ UMA VARIEDADE de fatores que explicam por que muitos beneficiários não sacam suas benesses do **INSS**. Uma das razões mais comuns é o desconhecimento dos prazos. Muitos beneficiários podem não estar cientes de que existe um prazo específico para realizar o saque, resultando na perda dos valores caso passem despercebidos.

ALÉM DISSO, a dificuldade de locomoção, especialmente entre idosos e pessoas com mobilidade reduzida, pode representar um obstáculo significativo no acesso às agências bancárias.

AINDA EXISTE a situação de morte do beneficiário, onde os dependentes podem estar desinformados sobre como proceder para receber o benefício deixado por um ente que morreu.

CARTÃO do **INSS**: segurança

Fonte: Advogada Renata Prado, **INSS** e Agência Brasil.

Bancos devolvem ao INSS R\$ 7,88 bilhões em benefícios não sacados

Entre janeiro de 2023 e setembro deste ano, os bancos brasileiros devolveram ao Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) mais de R\$ 7,88 bilhões em benefícios que não foram sacados pelos segurados no prazo legal. A legislação vigente determina que, se o beneficiário não sacar o valor depositado pelo **INSS** dentro de 60 dias, o banco deve devolver a quantia integralmente ao órgão. A medida visa evitar pagamentos indevidos e fraudes, especialmente em casos em que o beneficiário tenha falecido e o saque seja realizado por terceiros.

Desse montante devolvido, R\$ 4,95 bilhões foram restituídos ao **INSS** em 2023. Somente entre janeiro e setembro deste ano, mais de R\$ 2,94 bilhões foram estornados pelos bancos. Segundo o I futuros ao segurado até que a situação seja regularizada.

Embora o montante devolvido aos cofres do **INSS** seja elevado, o instituto esclarece que os segurados podem, posteriormente, solicitar a regularização de sua situação e a liberação dos valores aos quais têm direito. "Até a última quinta-feira (31), o **INSS** ainda não havia calculado o número total de segurados que tiveram os benefícios devolvidos por falta de movimentação e quantos deles já regularizaram suas situações", informou a assessoria do órgão.

Questionado sobre o valor total que retornou ao Tesouro Nacional, o **INSS** reconheceu que não há uma ferramenta específica para calcular esses dados. "É difícil estimar, pois muitos benefícios suspensos podem ter sido restabelecidos. Nestes casos, os pagamentos são feitos por complemento positivo e não há um controle gerencial que identifique quantos deles foram restabelecidos e os valores envolvidos", explicou o instituto.

Para o advogado Mauro Hauschild, especialista em direito previdenciário e ex-presidente do **INSS**, os motivos para que o segurado deixe de sacar seu benefício são variados. "A pessoa pode ter falecido e o óbito ainda não foi **comunicado** ao **INSS**, ou pode ter voltado a trabalhar com vínculo formal, deixando de atender aos requisitos para o benefício. Além disso, o segurado pode simplesmente se esquecer de realizar o saque", comenta Hauschild.

Ele observa que, considerando o montante mensal movimentado pelo **INSS** para o pagamento de

aposentadorias, pensões e auxílios, o valor devolvido pelos bancos não é surpreendente.

"Embora seja um número alto, é compreensível. O **INSS** atende milhões de segurados, e basta um pequeno percentual de casos em que o segurado deixa de movimentar a conta para que os valores se acumulem rapidamente", explicou.

O **INSS** orienta os segurados que perderam o prazo de saque a entrar em contato com a Central de Atendimento pelo número 135, nas opções 6 e 1. Alternativamente, é possível acessar o aplicativo ou site do Meu **INSS** para solicitar o pagamento dos benefícios retidos. O instituto reforça a importância de que os beneficiários fiquem atentos às datas de depósito e ao prazo de 60 dias para o saque, a fim de evitar a suspensão do benefício.

Site: <https://oestadoce.com.br/digital/>

MEI: empreendedor tem direito à aposentadoria por idade ou invalidez? Saiba o que diz a lei

Por g1

Aposentadoria por idade ou invalidez são benefícios previdenciários a que todo MEI tem direito após se regularizar.

Esses benefícios são garantidos por lei por meio do pagamento da contribuição mensal, também conhecida como Documento de Arrecadação do Simples Nacional (DAS).

Para ter esses direitos, o microempreendedor precisa pagar as contribuições mensais em dia e cumprir a carência necessária para cada benefício.

Ao se regularizar, o Microempreendedor Individual (MEI) tem acesso a benefícios previdenciários garantidos por lei. Dois deles são essenciais: as aposentadorias por idade ou invalidez.

O microempreendedor não pode deixar de pagar as contribuições mensais em dia e deve cumprir a carência necessária para cada benefício.

A contribuição é paga por meio do Documento de Arrecadação do Simples Nacional (DAS), que é a soma da contribuição previdenciária (5% do salário-mínimo), com os **impostos** devidos pelos MEIs. (entenda como funciona)

Veja como funcionam as regras para os MEIs regularizados.

LEIA MAIS

Saiba todos os direitos de quem é MEI: conheça 5 golpes comuns contra pequenos negócios e veja como se proteger Quem tem nome sujo pode abrir MEI? Veja o que diz a lei

Aposentadoria por idade

Assim como um trabalhador regular, o microempreendedor também tem direito a aposentadoria. São dois cenários: antes e depois da reforma da Previdência.

?? Antes da reforma

Para que o Microempreendedor Individual se aposentasse antes da reforma da Previdência - que passou a vigorar a partir de 13 de novembro de 2019 - era necessário:

Ter 60 anos de idade, para as mulheres; Ter 65 anos de idade, para os homens; Ter 15 anos de contribuição, para ambos os sexos.

?? Depois da reforma

Para quem ingressou no regime após a reforma da Previdência, as regras de aposentadoria mudaram:

Mulheres: 62 anos de idade e tempo mínimo de contribuição de 15 anos; Homens: 65 anos de idade e tempo mínimo de contribuição de 20 anos.

Aposentadoria por invalidez

O empreendedor também tem direito a aposentadoria por invalidez, que mudou o nome para aposentadoria por incapacidade permanente. O benefício é concedido para profissionais impedidos de trabalhar permanentemente por razões de doença ou acidentes.

Para ter acesso, é necessário no mínimo 12 meses contribuições através da guia DAS. A incapacidade por doença deve ser comprovada por meio de um laudo médico, que é liberado através da avaliação pericial.

?? COMO SOLICITAR? Os benefícios podem ser solicitados pelo telefone 135 ou no portal "Meu **INSS**" - em alguns casos é necessário agendar o atendimento ou ir a uma agência pessoalmente formalizar o pedido.

Site:

<https://g1.globo.com/empreendedorismo/noticia/2024/11/06/saiba-se-o-mei-tem-direito-a-aposentadoria-por-idade-ou-invalidez.ghtml>

Empréstimo mesmo com nome sujo

Rodrigo Araújo

Muitos que estão com o nome negativado buscam formas urgentes de conseguir dinheiro emprestado, seja para quitar dívidas ou investir em um negócio próprio. No entanto, as opções de crédito disponíveis para quem está nessa situação são mais limitadas, o que pode dificultar a obtenção do empréstimo desejado.

Além disso, as taxas de juros tendem a ser mais altas, uma vez que as instituições financeiras assumem um risco maior de inadimplência ao aprovar empréstimo para quem está com o nome sujo. Ainda assim, existem várias instituições que oferecem empréstimos para quem está com restrição no CPF, em diversas modalidades. A reportagem listou 10 dessas alternativas. Muitas delas podem ser contratadas na hora, por meio de sites, aplicativos e pelo What-sApp, com o montante sendo enviado em poucos minutos, via Pix.

Entre as principais opções do mercado estão a antecipação do **saque-aniversário** do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**), o empréstimo que utiliza algum bem como garantia e também o consignado, voltado principalmente para servidores, aposentados e pensionistas do **INSS**.

Apesar da grande oferta disponível no mercado, é preciso ficar atento às condições e taxas de juros cobradas nesses tipos de empréstimos. O economista Ricardo Paixão orienta sempre fazer uma avaliação criteriosa da situação financeira, para que o novo empréstimo não comprometa ainda mais o orçamento de quem o contrata.

"Se a pessoa não tiver conhecimento sobre o assunto, das taxas cobradas, por exemplo, pode buscar o auxílio de um economista. Nosso Conselho de Economia oferece orientação gratuita. Além disso, os Procons, tanto municipal quanto estadual, têm uma área específica para dar esse auxílio".

Ricardo Paixão orienta a pessoa a dar preferência a instituições financeiras mais conhecidas e com mais tempo de mercado, além de ficar atento ao custo efetivo total (CET) da operação, que envolve as taxas de juros e outras cobranças.

"O custo efetivo total é o que tem que ser levado em consideração na hora de comparar as linhas de crédito, pois uma instituição pode anunciar que tem as

menores taxas de juros, mas na verdade incluir outras tarifas, que encarecem o crédito. O consumidor deve procurar saber qual é esse custo e a financeira tem obrigação de oferecer essa informação".

"Nosso Conselho de Economia oferece orientação gratuita. Além disso, os Procons têm uma área específica para esse auxílio"

PAIXÃO orienta o consumidor a dar preferência a instituições mais conhecidas e com mais tempo de mercado

ANÁLISE

Eduardo Araújo, economista e consultor do Tesouro do Estado

"Cautela para não piorar as coisas"

"Mesmo que com limitações, há alternativas de crédito para quem está negativado e precisa de recursos. No entanto, recomenda-se cautela para não agravar o quadro financeiro.

O crédito em situações de negativação tende a ter juros elevados em opções não consignadas ou sem garantias. Com taxas altas, um novo crédito pode intensificar o ciclo de endividamento.

Para uma recuperação sustentável, o indicado é adotar um planejamento financeiro voltado para o controle de gastos e a renegociação de dívidas, evitando o uso de crédito adicional como solução rápida para uma situação que exige organização e ajuste nas finanças pessoais".

AS ALTERNATIVAS DE EMPRÉSTIMO

1 Garantia de **FGTS**

É UMA MODALIDADE em que o trabalhador com carteira assinada - ou quem está desempregado, mas tem saldo em conta inativa - pode antecipar o **saque-aniversário** do **FGTS** em uma única parcela. Ou seja, ele antecipa um valor que já receberia futuramente em um único montante.

PARA ISSO basta que a pessoa tenha saldo no **FGTS** e opte pela modalidade **saque-aniversário**. O valor antecipado é descontado no próximo **saque-aniversário** do trabalhador, que ocorrerá no mês do seu aniversário.

2 Consignado

RESERVADO A APOSENTADOS, pensionistas e funcionários públicos, é também uma alternativa para os ne-gativados, pois nele o desconto das parcelas é realizado diretamente na folha de pagamento ou benefício. Possui taxas mais acessíveis, graças à garantia da fonte de renda estável.

3 Garantia de imóvel

AO OFERECER um bem próprio como compromisso de pagamento, o crédito com garantia se destaca por taxas de juros mais baixas e prazos estendidos. Já que a garantia reduz o risco de inadimplência. A modalidade é indicada para quem busca quantias mais expressivas, usando o imóvel como garantia.

4 Garantia de veículo

SEMELHANTE à modalidade de garantia de imóvel, porém tendo um veículo como compromisso de pagamento.

5 Garantia de celular

EXISTE AINDA o empréstimo usando o celular, para quem não possui bens de maior valor, mas procura por opções com taxas de juros menores.

HÁ CASOS em que a empresa fornecedora de crédito exige que a pessoa baixe um aplicativo que bloqueia o aparelho em caso de inadimplência. Depois que o aplicativo é baixado, não é mais possível excluí-lo. Apenas a empresa responsável pelo app consegue fazer a exclusão.

6 Empenho de joias

COM A VALORIZAÇÃO do ouro. quem tem joias e precisa de um empréstimo rápido pode ter acesso ao crédito por meio do penhor de bens valiosos. A Caixa oferece esse serviço para itens

como anéis, colares, pulseiras e demais joias. além de canetas e relógios. Com o ouro chegando a valores recordes. é possível pegar mais dinheiro emprestado com o mesmo bem.

7 Empréstimo pessoal

É IDEAL PARA qualquer público, uma vez que não exige garantias. No entanto. as taxas de juros geralmente são altas, especialmente porque é um crédito liberado com alto risco de não pagamento. Para empréstimo sem garantia de pagamento, normalmente a saída é recorrer a correspondentes bancários

e fintechs.

8 MEI negativado

UMA DAS PRINCIPAIS dúvidas dos empresários que atuam como MEI é sobre a possibilidade de garantir em -préstimos com o nome sujo, ou seja, se o CPF negativado interfere na credibilidade do CNPJ. Ainda que a resposta seja sim, há ressalvas. Apesar de a pessoa física interferir diretamente na pessoa jurídica, é possível garantir crédito, mas sua obtenção, além de ser muito difícil e circunstancial, depende da situação do endividamento do empreendedor.

9 Autônomo negativado

UNHA DE CRÉDITO destinada a pessoas com o nome sujo e que trabalham por conta própria, sem vínculo empregatício formal. É oferecido por instituições financeiras que entendem as dificuldades enfrentadas por quem está negativado e precisa de dinheiro para resolver emergências. Costumam ter juros mais altos, pois as financeiras consideram esses empréstimos mais arriscados.

10 Cheque especial

E AQUELE CRÉDITO pré-aprovado atrelado à conta corrente que fica disponível para ser usado quando o saldo está zerado. As instituições financeiras consideram as informações básicas para determinar o limite do cheque especial de cada cliente. Como esta modalidade possui taxas de juros elevadas, a recomendação de especialistas é que deve ser quitada o quanto antes.

Fazenda Nacional vence no STJ discussão sobre aproveitamento de ágio interno

Marcela Villar De São Paulo

A 2ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu de forma favorável à Fazenda Nacional em um julgamento de ágio interno. A decisão, unânime, é a primeira de mérito do colegiado. O caso foi considerado pelo relator, o ministro Francisco Falcão, o mais importante de direito público em 2024.

Para a União, a tese é relevante: chega a R\$ 100 bilhões, considerando todas as ações sobre ágio em tramitação tanto na esfera administrativa, como no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**, quanto na esfera judicial.

No STJ, existem, pelo menos, outros 11 processos sobre o tema.

O entendimento dos ministros proferido ontem destoa de um acórdão recente da 1ª Turma sobre o assunto, que foi favorável à Cremer. A decisão foi mantida pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF).

Com a divergência, a defesa da parte no caso julgado pela 2ª Turma, a empresa de transporte urbano Viação Joana D'arc, do Espírito Santo, pretende apresentar recurso (embargos de divergência) para tentar levar a questão à 1ª Seção - que uniformiza o entendimento dos colegiados de direito público, além de embargos de declaração.

O impacto do julgamento para o contribuinte é de R\$ 10 milhões.

O objeto da ação é uma reestruturação societária iniciada em 2004.

Segundo o advogado da Viação Joana D'arc, Daniel Carneiro, sócio do Carneiro, Côgo Dalcamin Advocacia (CCDM), a empresa precisava tomar empréstimo para participar de licitação e, por isso, fez uma reavaliação do seu patrimônio com a integralização em outra empresa do grupo, a Sodam, "para ganhar musculatura no balanço".

A Viação foi transformada em sociedade anônima e suas ações foram incorporadas pela Sodam a valor de mercado - e, posteriormente, esta foi absorvida pela Viação Joana D'arc. A diferença entre o valor de

mercado e o patrimonial gerou o ágio de R\$ 16 milhões, que tem sido amortizado no Imposto de Renda e CSLL em parcelas mensais. Até então, R\$ 2,7 milhões foram usados.

Toda a operação, para a Fazenda Nacional, ocorreu intragrupo, utilizando-se dos benefícios fiscais previstos nos artigos 7º da Lei nº 9.532/97 e 36 da Lei nº 10.637/02, sem que se tenha havido o efetivo pagamento de ágio.

Para a União, o ágio foi gerado artificialmente, com uso de empresa veículo e por meio de uma operação de incorporação reversa.

Existia uma expectativa dos contribuintes de que o desfecho fosse o mesmo de um processo da Gerdaui, julgado de forma monocrática pelo ministro Herman Benjamin. Naquele caso, não foi conhecido um recurso da União, ou seja, o ministro não entrou no mérito da discussão. Para o advogado da Viação, Danilo Carneiro, os dois casos são muito semelhantes.

"Ter uma decisão dessa natureza sobre algo que era permitido pela lei é desastroso", afirma ele, sobre a decisão de ontem.

Para o advogado, o STJ desconsiderou que, na operação, houve a exclusão de um sócio do grupo, que a Viação Joana d'Arc foi transformada em sociedade anônima e que havia licitação, portanto, existiu um fato econômico. E que a vedação expressa da operação entre partes relacionadas só veio com a Lei 12.973/2014.

Antes disso, acrescenta, a legislação permitia. "Quando o legislador quis fazer essa distinção, ele fez." Já o procurador da Fazenda Nacional Ricson Moreira Coelho da Silva, disse, na sessão, que a Viação Joana d'Arc "se fantasiou" de Sodam para obter o benefício fiscal. E que em um curto espaço de tempo a empresa "sem exercer qualquer atividade comercial" declarou R\$ 16 milhões no balanço contábil, passando a deduzi-los dos **tributos**.

Segundo Coelho da Silva, a dedução do ágio da base dos **impostos** foi criada "de maneira excepcional em um contexto de privatizações". "A ideia era estimular que as empresas fossem adquiridas com ágio para que investimentos fossem feitos no país, para que o

patrimônio brasileiro fosse aumentado", lembrou. E acrescentou que, no caso, não houve dispêndio financeiro. "Não houve atividade econômica." Na decisão, o ministro Falcão reverteu o acórdão favorável à empresa dado pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF-2). Na visão dele, a criação de estruturas artificiais sem propósito comercial é um abuso de direito e desrespeita a lei em vigor na época. "Entendo inadmissível a premissa de que a liberdade de auto-organização comporta construção de estruturas artificiais para a economia de **tributos**", disse (REsp nº 2152642).

De acordo com o relator, é possível a adoção de medidas de planejamento tributário, se dentro da lei. "O contribuinte pode organizar seus negócios de maneira a escolher o caminho menos oneroso tributariamente, desde que as estruturas jurídica utilizadas se compatibilizem com o ordenamento jurídico", afirmou. "No caso, deve ser mantida a glosa dos créditos amortizados", completou.

Para a advogada Letícia Micchelucci, sócia da área tributária do Loeser e Hadad Advogados, a decisão destoa da proferida pela 1ª Turma, no início deste ano. "Se houve a geração do ágio e isso agregou valor usando uma empresa veículo, não haveria impedimento legal para fins de dedutibilidade. Mas a 2ª Turma agora reviu isso", diz. "São entendimentos totalmente antagônicos." Na visão dela, a controvérsia deve ser resolvida pela 1ª Seção. "É preciso ter uma definição desse tipo de operação, se é válida ou não.

Ficamos numa situação muito complexa, sem ter segurança", acrescenta. Letícia avalia que o caso da Viação é similar tanto ao da Cremer quanto ao da Gerdau.

Para o advogado da Cremer, Guilherme Pereira das Neves, sócio Neves Battendieri Advogados, seria diferente. Isso porque o caso Viação, diz, envolve uma operação entre partes relacionadas. Já o da Cremer, acrescenta, não envolve o mesmo grupo econômico, há circulação de riqueza e efetivo pagamento de preço.

"Nesse caso julgado pela 2ª Turma não houve uma aquisição de controle societário", afirma ele, entendendo que, mesmo assim, a reestruturação seria legal.

Em nota, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) diz considerar o julgamento como "uma vitória importante". E acrescenta que "espera que o posicionamento da 2ª Turma seja replicado pela 1ª Seção do tribunal e que as razões do voto do ministro relator [Francisco Falcão] tenham impacto significativo no STJ, como um todo, assim como em outros

colegiados, permitindo que a Fazenda Nacional se saia vitoriosa em casos semelhantes".

"Não haveria impedimento legal para fins de dedutibilidade" Letícia Micchelucci

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188034>

Governo prepara aumento para cargos comissionados

GERALDA DOCA geralda@bsb.oglobo.com.br BRASÍLIA

Enquanto o governo faz reuniões em série para tentar chegar a um acordo sobre a proposta de cortes de gastos, o Ministério da Gestão fechou uma proposta de reajuste para os ocupantes de cargos comissionados e para gratificações no governo federal. O aumento deverá ser aplicado em duas parcelas: janeiro de 2025 e janeiro de 2026. Os percentuais variam de 9% a 30% a cada ano, sendo que os índices mais expressivos serão concedidos na alta administração. A proposta deve fazer parte de um projeto de lei com a oficialização de mais de 40 acordos com servidores públicos.

Existem 94.048 cargos ou funções comissionadas. Desse total, 94,07% são ocupados por servidores efetivos (recebem 60% do valor do cargo em comissão), segundo o ministério.

Para titulares de Secretarias Executivas, de Secretarias Especiais ou de cargos de natureza especial, o salário mensal passará de R\$ 18.887,14, neste ano, para R\$ 31.919,27, em 2026. O impacto orçamentário será de R\$ 1,34 bilhão em dois anos, se o projeto for aprovado nesses termos.

Segundo o governo, a estratégia foi propor reajustes mais altos no topo da lista de comissionados em razão da necessidade de garantir remuneração competitiva em níveis estratégicos. Outra preocupação é reter talentos que têm papel crucial no Executivo Federal.

O governo Lula deu início a uma reversão na curva das despesas com pessoal, após uma legislação aprovada no auge da pandemia da Covid-19 -que liberou recursos extras para a administração pública nas três esferas -proibir reajuste salariais. A vedação caiu em 2023.

SINAL CONTRADITÓRIO

Segundo dados do Tesouro Nacional e do Ministério do Planejamento, o total da despesa da União com pessoal, incluindo inativos, caiu de 4,2% em proporção ao Produto Interno Bruto (PIB) em 2020 para 3,6% em 2021. Nos dois anos seguintes, se manteve no patamar de 3,3% do PIB.

As estimativas apontam que o indicador deverá cair

para 3,2% em relação ao PIB em 2024. Mas começa a subir em 2025 e vai, em 2027, a 3,29%.

Para especialistas, apesar de ser legítimo o argumento do governo de que é preciso modernizar o serviço público, reajustes salariais em períodos de necessidade de arrocho fiscal são um sinal contraditório.

-Devemos ficar vigilantes a esse aumento de despesa de caráter continuado para que esses reajustes não comprimam outras despesas no âmbito do arcabouço fiscal. Uma análise de impacto demandaria pesquisar a quantidade de cargos em comissão atualmente vagos e ocupados para se fazer uma melhor estimativa -disse Alexandre Andrade, da Instituição Fiscal Independente (IFI).

"REMUNERAÇÃO DEFASADA"

Para João Pedro Leme, analista da Tendências Consultoria Integrada, o estado das contas públicas deveria ser balizador na hora de repor vagas e conceder reajustes salariais. Ele citou ainda a desigualdade de renda que caracteriza o país e o alto prêmio salarial do poder público em relação ao setor privado: -A medida não é urgente ou relevante o suficiente para ser implementada face os riscos fiscais que gera. O governo tem outras preocupações mais meritórias e que precisariam ser equacionadas antes de que pudesse haver abertura para discussão da remuneração adequada desses servidores.

Procurado, o ministério informou em nota "que essa proposta foi discutida como parte de um conjunto de medidas relacionadas à agenda de transformação do Estado, com foco em melhorar a capacidade de entrega do governo e fortalecer as estruturas estatais".

A pasta argumenta que, nos últimos anos, a "remuneração nos cargos e funções comissionadas, que têm como contrapartida a responsabilidade da gestão das principais políticas públicas do país, do assessoramento direto dos ministros de Estado e do comando das agências reguladoras, entre outras, acumulou expressiva defasagem tanto em relação ao setor privado, como em relação às carreiras típicas do Estado".

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Atividade aquecida puxa déficit em conta corrente

A economia mais aquecida que o esperado levou a uma deterioração do resultado conta corrente e voltou a chamar atenção para o desempenho das contas externas do Brasil, um risco que até pouco tempo atrás parecia estar fora do radar. Após chegar a 0,75% do PIB em fevereiro deste ano, o déficit em transações correntes em 12 meses voltou a subir paulatinamente desde então e marcou 2,07% em setembro, nível que deve continuar piorando nos próximos meses. Economistas avaliam que as contas externas ainda têm perfil saudável e que fantasmas do passado, como crise do balanço de pagamentos, seguem fora do radar.

Em setembro, o déficit em transações correntes foi de US\$ 6,5 bilhões, forte deterioração em relação ao observado no mesmo mês do ano anterior, quando houve saldo de US\$ 268 milhões. Algumas análises destacaram o fato de que a entrada de Investimento Direto País (IDP) foi inferior naquele mês, alcançando US\$ 5,2 bilhões.

"Apesar de o IDP não ter sido capaz de financiar o déficit em transações correntes pelo segundo mês consecutivo, no médio prazo o cenário ainda é benigno, embora menos promissor do que nos últimos anos e do que se esperava para 2024", nota a Genial Investimentos em comentário distribuído.

O tema também tem resvalado nas discussões sobre os motivos do real ter desvalorizado tanto recentemente.

Em evento recente organizado pelo Itaú BBA, o sócio-fundador da SPX Capital, Rogério Xavier, afirmou que, entre outras questões, havia um quadro saudável para o balanço de pagamentos até o ano passado, mas ele minguou. Xavier afirmou também que, em 2024, o investimento estrangeiro direto será insuficiente para cobrir as necessidades de financiamento externo. "Vai precisar do dinheiro do motel [o capital especulativo], aquele que vem para ganhar com diferencial de juros e vai embora; é mais um motivo porque os juros têm que permanecer num nível atrativo, para chamar capital externo", disse.

Economistas não veem esse cenário de insuficiência do IDP para cobrir o déficit em conta corrente, um sinal de alerta que não aparece pelo menos desde 2014, na métrica do acumulado em 12 meses. Em 12 meses,

vale lembrar, a entrada de investimento estrangeiro acumula US\$ 70,7 bilhões, ou 3,2% PIB.

Para Rodolfo Murrer, do Bradesco, o tema tem recebido maior escrutínio, em parte, porque as próprias expectativas para o resultado em conta corrente no início do ano eram mais otimistas. "O mercado esperava que o déficit fecharia em transações correntes novamente perto de 1%. Nossa projeção hoje é que ele encerre 2024 em 2,2%", diz.

Isso alimenta o debate sobre o câmbio, continua Constantin Clemens, também do Bradesco. Segundo ele, "esperava-se fluxo de dólares que não ocorreu". "Houve, claro, um maior déficit em conta corrente, no entanto o fluxo em carteira também piorou muito. Seguimos com saldo comercial positivo em 2024, mas todo esse ganho foi mais que compensado pela saída de fluxo financeiro." Para Livio Ribeiro, sócio da BRCG e pesquisador associado do FGV Ibre, a expectativa de parte dos analistas sobre um resultado igualmente forte ou talvez ainda maior da balança comercial em 2024 - e, portanto, um déficit menor da conta corrente - era exagerada. "As condições que resultaram no forte resultado de 2023 da balança comercial eram muito peculiares", diz.

"Era uma combinação de exportações mais altas por causa da safra recorde e importações muito fracas, na esteira principalmente do fim da política de paridade de preços da Petrobras, que fez colapsar as importações de combustível." Em relação a este ano, a ampliação do déficit em transações correntes foi fruto de demanda de absorção interna muito forte, diz Iana Ferrão, economista do BTG Pactual.

A demanda doméstica deverá saltar de 1,8% em 2023 para 4,4% em 2024. "Esse crescimento coloca pressão não apenas sobre as importações, mas também sobre outras despesas que crescem com uma demanda mais aquecida, como o pagamento de serviços de streaming, fretes internacionais e remessas de lucros e dividendos." Somado a esse fator, está o fato de que a perspectiva para o resultado das exportações pode ter decepcionado um pouco, especialmente no caso da balança do petróleo, continua.

O Brasil é hoje o oitavo maior produtor do mundo e deve galgar mais posições nos próximos anos, mas

devido à combinação de mais plataformas de produção em manutenção, greve de agências regulatórias e o consequente atraso na liberação de licenças ambientais para a entrada em operação de novas estruturas, houve certa frustração sobre a produção brasileira em 2024.

O BTG projeta um déficit em conta corrente de 2,5% do **PIB** este ano, mas vê esse patamar ceder a novamente a 1,5% em 2025. "Com a desaceleração da demanda doméstica, devemos ver descompressão das despesas com importação e também de serviços. Nossa projeção é que a demanda doméstica deve desacelerar para 2,4% ano que vem. Além disso, esperamos uma balança comercial bastante favorável, após a queda de 7% desse ano." "Mesmo olhando o histórico brasileiro, dá para ver que existe uma distância em relação ao período mais difícil, entre 2010 e 2015, quando o déficit rodou acima de 3%.

O investimento estrangeiro também era forte naquele momento, mas havia anos em que ele não cobria o déficit na conta corrente", diz.

Ela nota ainda que o IDP deve continuar a financiar com alguma folga o esse déficit neste e no próximo ano.

"Olhando apenas a balança comercial do petróleo, o superávit que ela gera significa uma mudança estrutural.

Até 2015 era negativa ou zerada. Atualmente, está superavitária em US\$ 30 bilhões", diz Clemens.

"O financiamento das nossas contas externas está muito longe daquele mundo que vivemos 20 anos atrás." No Bradesco, a projeção é que resultado negativo da conta corrente desacelere para 1,9% em 2025, também ajudado por uma combinação menor demanda interna e aumento das exportações. A expectativa de queda dos preços de commodities deve impedir um saldo comercial maior, diz o economista.

Lívio Ribeiro tem um cenário mais pessimista, com o déficit alcançando 2,5% em 2025. Em sua avaliação, mesmo uma desaceleração da demanda interna e a recuperação da safra agrícola não devem compensar altas em linhas como viagens internacionais, preços de exportações menores e o aumento da importação de defensivos agrícolas.

Além disso, diz, o cronograma de pagamento de juros de dívida é um pouco mais pesado em 2025.

Embora também entenda que o IDP deve continuar a financiar com alguma folga esse buraco, o economista avalia que esta não é a melhor forma de acompanhar

a questão. Para ele, parte importante do IDP "é formada por empréstimos intercompanhias, que até certo ponto podemos entender como fluxos que vêm atrás do diferencial de juros entre o Brasil e o exterior".

Em relação à conta corrente, "parte dos fluxos de investimento produtivo também pode ser lançada, contabilmente, como renda variável", explica. "Dessa forma, é difícil dizer que o IDP é apenas investimento e que fluxos de portfólio são apenas capital especulativo." Ribeiro prefere reorganizar as linhas e dividir os investimentos em produtivos (participação em capital e renda variável) e não produtivos (empréstimos intercompanhia e rolagem de dívida externa). Por esta métrica, diz, o que se vê é que a parte produtiva está abaixo do não produtivo já há algum tempo.

"Acho que isso ocorre por uma combinação de fatores. Do lado não produtivo, o que existe é um processo recente de alta da Selic, que atrai esse tipo de capital. Do lado produtivo, o que vemos é certa estabilidade há bastante tempo.

O fato é que a economia ficou muito tempo sem crescer - o avanço maior que o esperado do **PIB** nos últimos anos foi bastante focado no agronegócio e no consumo, fatores que não dão uma contribuição tão relevante para o investimento externo. Além disso, acredito que a **reforma tributária** tem atrapalhado o crescimento da participação em capital, porque as empresas ainda estão inseguras em relação a qual imposto vão pagar ao final da transição." Para ele, o crescimento da importância do capital não produtivo significa que a natureza do financiamento externo está ficando mais volátil, mas não necessariamente insuficiente.

"Em 2014 e 2015, quando isso esteve mais próximo, houve uma situação mais delicada, mas também porque o câmbio naquela momento não era totalmente livre, ele flutuava dentro de uma banda. Então o ajuste que era necessário acabou não ocorrendo.

Enquanto o câmbio for flutuante, não faz sentido falar em crise do balanço de pagamentos", diz.

"Câmbio flutuante não permite falar em crise do balanço de pagamentos." Lívio Ribeiro

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188034?page=1§ion=1>

Atividade aquecida puxa déficit em conta corrente

Por Marcelo Osakabe - De São Paulo

06/11/2024 05h00 Atualizado há uma hora

A economia mais aquecida que o esperado levou a uma deterioração do resultado conta corrente e voltou a chamar atenção para o desempenho das contas externas do Brasil, um risco que até pouco tempo atrás parecia estar fora do radar. Após chegar a 0,75% do **PIB** em fevereiro deste ano, o déficit em transações correntes em 12 meses voltou a subir paulatinamente desde então e marcou 2,07% em setembro, nível que deve continuar piorando nos próximos meses. Economistas avaliam que as contas externas ainda têm perfil saudável e que fantasmas do passado, como crise do balanço de pagamentos, seguem fora do radar.

Em setembro, o déficit em transações correntes foi de US\$ 6,5 bilhões, forte deterioração em relação ao observado no mesmo mês do ano anterior, quando houve saldo de US\$ 268 milhões. Algumas análises destacaram o fato de que a entrada de Investimento Direto País (IDP) foi inferior naquele mês, alcançando US\$ 5,2 bilhões.

"Apesar de o IDP não ter sido capaz de financiar o déficit em transações correntes pelo segundo mês consecutivo, no médio prazo o cenário ainda é benigno, embora menos promissor do que nos últimos anos e do que se esperava para 2024", nota a Genial Investimentos em comentário distribuído.

O tema também tem resvalado nas discussões sobre os motivos do real ter desvalorizado tanto recentemente. Em evento recente organizado pelo Itaú BBA, o sócio-fundador da SPX Capital, Rogério Xavier, afirmou que, entre outras questões, havia um quadro saudável para o balanço de pagamentos até o ano passado, mas ele minguou. Xavier afirmou também que, em 2024, o investimento estrangeiro direto será insuficiente para cobrir as necessidades de financiamento externo. "Vai precisar do dinheiro do motel [o capital especulativo], aquele que vem para ganhar com diferencial de juros e vai embora; é mais um motivo porque os juros têm que permanecer num nível atrativo, para chamar capital externo", disse.

Economistas não veem esse cenário de insuficiência do IDP para cobrir o déficit em conta corrente, um sinal

de alerta que não aparece pelo menos desde 2014, na métrica do acumulado em 12 meses. Em 12 meses, vale lembrar, a entrada de investimento estrangeiro acumula US\$ 70,7 bilhões, ou 3,2% **PIB**.

Para Rodolfo Murrer, do Bradesco, o tema tem recebido maior escrutínio, em parte, porque as próprias expectativas para o resultado em conta corrente no início do ano eram mais otimistas. "O mercado esperava que o déficit fecharia em transações correntes novamente perto de 1%. Nossa projeção hoje é que ele encerre 2024 em 2,2%", diz.

Isso alimenta o debate sobre o câmbio, continua Constantin Clemens, também do Bradesco. Segundo ele, "esperava-se fluxo de dólares que não ocorreu". "Houve, claro, um maior déficit em conta corrente, no entanto o fluxo em carteira também piorou muito. Seguimos com saldo comercial positivo em 2024, mas todo esse ganho foi mais que compensado pela saída de fluxo financeiro."

Para Livio Ribeiro, sócio da BRCG e pesquisador associado do FGV Ibre, a expectativa de parte dos analistas sobre um resultado igualmente forte ou talvez ainda maior da balança comercial em 2024 - e, portanto, em um déficit menor da conta corrente - era exagerada. "As condições que resultaram no forte resultado de 2023 da balança comercial eram muito peculiares", diz. "Era uma combinação de exportações mais altas por causa da safra recorde e importações muito fracas, na esteira principalmente do fim da política de paridade de preços da Petrobras, que fez colapsar as importações de combustível."

Em relação a este ano, a ampliação do déficit em transações correntes foi fruto de demanda de absorção interna muito forte, diz Iana Ferrão, economista do BTG Pactual. A demanda doméstica deverá saltar de 1,8% em 2023 para 4,4% em 2024. "Esse crescimento coloca pressão não apenas sobre as importações, mas também sobre outras despesas que crescem com uma demanda mais aquecida, como o pagamento de serviços de streaming, fretes internacionais e remessas de lucros e dividendos."

Somado a esse fator, está o fato de que a perspectiva para o resultado das exportações pode ter decepcionado um pouco, especialmente no caso da balança do petróleo, continua. O Brasil é hoje o oitavo

maior produtor do mundo e deve galgar mais posições nos próximos anos, mas devido à combinação de mais plataformas de produção em manutenção, greve de agências regulatórias e o consequente atraso na liberação de licenças ambientais para a entrada em operação de novas estruturas, houve certa frustração sobre a produção brasileira em 2024.

O BTG projeta um déficit em conta corrente de 2,5% do **PIB** este ano, mas vê esse patamar ceder a novamente a 1,5% em 2025. "Com a desaceleração da demanda doméstica, devemos ver descompressão das despesas com importação e também de serviços. Nossa projeção é que a demanda doméstica deve desacelerar para 2,4% ano que vem. Além disso, esperamos uma balança comercial bastante favorável, após a queda de 7% desse ano."

"Mesmo olhando o histórico brasileiro, dá para ver que existe uma distância em relação ao período mais difícil, entre 2010 e 2015, quando o déficit rodou acima de 3%. O investimento estrangeiro também era forte naquele momento, mas havia anos em que ele não cobria o déficit na conta corrente", diz. Ela nota ainda que o IDP deve continuar a financiar com alguma folga o esse déficit neste e no próximo ano.

"Olhando apenas a balança comercial do petróleo, o superávit que ela gera significa uma mudança estrutural. Até 2015 era negativa ou zerada. Atualmente, está superavitária em US\$ 30 bilhões", diz Clemens. "O financiamento das nossas contas externas está muito longe daquele mundo que vivemos 20 anos atrás."

No Bradesco, a projeção é que resultado negativo da conta corrente desacelere para 1,9% em 2025, também ajudado por uma combinação menor demanda interna e aumento das exportações. A expectativa de queda dos preços de commodities deve impedir um saldo comercial maior, diz o economista.

Livio Ribeiro tem um cenário mais pessimista, com o déficit alcançando 2,5% em 2025. Em sua avaliação, mesmo uma desaceleração da demanda interna e a recuperação da safra agrícola não devem compensar altas em linhas como viagens internacionais, preços de exportações menores e o aumento da importação de defensivos agrícolas. Além disso, diz, o cronograma de pagamento de juros de dívida é um pouco mais pesado em 2025.

Embora também entenda que o IDP deve continuar a financiar com alguma folga esse buraco, o economista avalia que este não é a melhor forma de acompanhar a questão. Para ele, parte importante do IDP "é formada por empréstimos intercompanhias, que até certo ponto podemos entender como fluxos que vêm

atrás do diferencial de juros entre o Brasil e o exterior". Em relação à conta corrente, "parte dos fluxos de investimento produtivo também pode ser lançada, contabilmente, como renda variável", explica. "Dessa forma, é difícil dizer que o IDP é apenas investimento e que fluxos de portfólio são apenas capital especulativo."

Ribeiro prefere reorganizar as linhas e dividir os investimentos em produtivos (participação em capital e renda variável) e não produtivos (empréstimos intercompanhia e rolagem de dívida externa). Por esta métrica, diz, o que se vê é que a parte produtiva está abaixo do não produtivo já há algum tempo.

"Acho que isso ocorre por uma combinação de fatores. Do lado não produtivo, o que existe é um processo recente de alta da Selic, que atrai esse tipo de capital. Do lado produtivo, o que vemos é certa estabilidade e há bastante tempo. O fato é que a economia ficou muito tempo sem crescer - o avanço maior que o esperado do **PIB** nos últimos anos foi bastante focado no agronegócio e no consumo, fatores não dão uma contribuição tão relevante para o investimento externo. Além disso, acredito que a **reforma tributária** tem atrapalhado o crescimento da participação em capital, porque as empresas ainda estão inseguras em relação a qual imposto vão pagar ao final da transição."

Para ele, o crescimento da importância do capital não produtivo significa que a natureza do financiamento externo está ficando mais volátil, mas não necessariamente insuficiente. "Em 2014 e 2015, quando isso esteve mais próximo, houve uma situação mais delicada, mas também porque o câmbio naquele momento não era totalmente livre, ele flutuava dentro de uma banda. Então o ajuste que era necessário acabou não ocorrendo. Enquanto o câmbio for flutuante, não faz sentido falar em crise do balanço de pagamentos", diz.

Site:

<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2024/11/06/atividade-aquecida-puxa-deficit-em-conta-corrente.ghtml>

Renda para consumo deve seguir em alta até 2034, aponta estudo

Lucianne Carneiro Do Rio

A massa de renda total dos domicílios brasileiros e a renda disponível para consumo devem crescer de forma contínua em um horizonte de dez anos, até 2034, mostra um estudo da Tendências Consultoria.

O ritmo, no entanto, deve ser diferente daquele observado nos últimos anos, impulsionado pelo aumento das transferências sociais na pandemia - que se mantiveram em patamar elevado - e pelo juro alto, que favorece os rendimentos financeiros.

A expectativa da consultoria é que o consumo no país acompanhe essa trajetória de expansão, com destaque para algumas tendências de longo prazo, como aumento menor em regiões de maior presença do setor público, seja o Distrito Federal, seja em cidades de pequeno e médio porte; e continuidade da importância do varejo eletrônico.

Na população mais pobre, o cenário contempla a influência de duas forças contrárias. Se de um lado não há expectativa de expansão de transferências sociais, por outro a inclusão financeira deve beneficiar o consumo. Neste panorama até 2034, a **reforma tributária** entra como um fator de impulso para a economia, e o consumo, a médio prazo, aponta o trabalho.

O estudo reflete o cenário básico da consultoria, com 65% de chances de realização, e é parte de um acompanhamento regular da renda dos domicílios brasileiros como base para análises de consumo, desigualdades e diferenças regionais. A edição mais recente do estudo Classes de Renda e Consumo no Brasil se refere ao período de 2024 a 2034.

O economista e associado sênior da Tendências Lucas Assis explica que este cenário considera desaceleração das principais economias mundiais nos próximos anos, com ciclo gradual de redução de juros. Há também impactos moderados das tensões geopolíticas e de medidas protecionistas no Brasil.

No Brasil, a leitura é de uma dificuldade de andamento da agenda econômica, pela dificuldade de popularidade da Presidência, seja de qual for o espectro político: "Nossa visão é de que não haverá popularidade presidencial ilimitada nos próximos anos,

o que inibe o grau de coesão do governo e dificulta o andamento da agenda econômica.

Isso sem relação direta com um ou outro candidato".

Neste contexto, diz, haverá dificuldades em compensar aumento de gasto público com arrecadação, por exemplo, o que impede melhora mais expressiva da percepção de risco. Além disso, a política monetária se mantém restritiva, para contrapor o expansionismo da política fiscal. Por outro lado, há expectativa de que a **reforma tributária** possa gerar efeitos positivos nesses próximos dez anos, com impacto também em consumo.

As projeções da consultoria são de alta de 4% por ano da massa de renda total no país entre 2024 e 2028, puxada pelo desempenho de 2024 (6,7%). Entre 2029 e 2034, esse ritmo cai para 3,5%. No caso da renda disponível, o aumento médio esperado é de 4,4% entre 2024 e 2028 e de 3,9% entre 2029 e 2034.

A massa de renda total dos domicílios inclui recursos do trabalho, mas também de outras origens, como programas sociais, Previdência e ativos financeiros.

O peso de cada uma dessas fontes depende principalmente da classe de renda dessas famílias.

A renda disponível, por sua vez, é a parcela do orçamento médio das famílias que sobra para consumo de bens, após os gastos com os itens essenciais, como alimentação, habitação, transporte e saúde.

Economista-chefe do G5 Partners, Luis Otávio Leal vê com cautela uma perspectiva de crescimento contínuo da economia e, por consequência, do consumo nos próximos anos. Na sua avaliação, o Brasil ainda não fez "o dever de casa de forma suficiente" para garantir crescimento de 2,5% a 3% de forma contínua e o "crescimento tende a ser mais acidentado".

"A probabilidade maior é que o país continue com voos de galinha, o crescimento bate na parede em algum momento. Quando se tenta uma marcha forçada na economia brasileira, vem uma ressaca", afirma.

A dinâmica política, diz Leal, permanece como uma influência negativa para a economia e as reformas

estruturantes em geral "só são feitas a fórceps": "Enquanto a gente não resolver algumas idiossincrasias, como 90% do Orçamento público ser engessado e termos R\$ 50 bilhões em emendas parlamentares...

Enquanto não tiver reforma fiscal e política, a economia vai continuar no rame-rame".

Conselheiro de empresas e fundador da Varese Retail, Alberto Serrentino afirma que o Brasil vive hoje uma retomada de consumo mais estruturada e consistente do consumo, mas que ainda não se pode avaliar que será sustentável para os próximos anos: "Os juros se tornaram o maior obstáculo de uma retomada mais consistente do consumo e do varejo como um todo. E é essa a variável que precisa voltar a convergir com outras para ter crescimento mais sustentável".

Hoje, diz Serrentino, é a única das quatro principais alavancas para o comportamento do consumo que destoa. "Os fundamentos macroeconômicos são importantíssimos, há discussão forte sobre a situação fiscal. Mas o consumo é mais pautado por curto que por longo prazo. É preciso, basicamente, evolução consistente de renda, massa salarial, confiança e crédito.

O que está faltando é o crédito." Como contraponto ao cenário básico, a Tendências Consultoria vê 25% de um cenário pessimista e 10% de uma perspectiva mais positiva para o longo prazo. No panorama pessimista, há uma piora mais abrupta das grandes economias, inclusive a americana, além do pouso forçado da China e taxas de juros de juros mais elevadas no médio prazo. No Brasil, permanecem os principais gatilhos: aumento da percepção de risco pelo insucesso do governo na agenda fiscal, mas há "mudanças mais dramáticas na política econômica".

O quadro otimista - com chance bem menor de realização - contempla a mesma leitura do ambiente externo, mas com uma coalização política mais favorável para a agenda econômica, com encaminhamento da questão fiscal, que passa por alterações na dinâmica de gastos obrigatórios e uma **reforma tributária** sobre o consumo menos sujeita a exceções.

"Probabilidade maior é que o país continue com voos de galinha" Luis Otávio Leal

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188034?page=1§ion=1>

Em oito anos, Brasil dobra participação no IED global

Diego Viana Para o Valor, de São Paulo

De 2015 a 2023, mesmo com alguns períodos de redução nas entradas de capital, o Brasil dobrou sua participação no investimento estrangeiro direto (IED) no mundo, passando de 2,4% para 5% em oito anos. Esse crescimento ocorreu em um período recheado de adversidades domésticas e internacionais: globalmente, o fluxo de IED vem recuando, o nacionalismo econômico está em alta e o Brasil atravessou escândalos de corrupção, protestos populares e turbulências políticas. Por isso, o resultado expressa "um caso bem-sucedido de internacionalização", de acordo com o economista Luís Afonso Lima, chefe de análise da Mapfre Investimentos.

Esse número é mais do que o dobro da parcela brasileira no **PIB** mundial, que hoje está em cerca de 2,1%, aponta o economista Celio Hiratuka, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Isso indica que o Brasil continua sendo um mercado importante para as empresas internacionais. "É difícil estimar o potencial que o país teria de receber mais recursos do que isso.

Na verdade, o ponto principal é outro: até que ponto esse investimento está contribuindo, de fato, para gerar capacidade de produção nova, criar empregos e adicionar valor?", questiona Hiratuka.

"O que se espera do capital estrangeiro é que contribua para o processo cada vez mais importante de mudança estrutural da economia, ou seja, para que nosso tecido produtivo se torne mais nobre, mais sofisticado", completa.

Em outras palavras, dois efeitos desejados quando se atrai capital estrangeiro são a transferência de tecnologias que o país receptor ainda não domina e, em seguida, o impulso para que as empresas locais também se modernizem, efeito conhecido como "spillover".

Hiratuka aponta que o rápido crescimento da China nas últimas décadas produziu um efeito indesejado no Brasil. Levou à concentração dos investimentos estrangeiros nos setores de produção e exportação de commodities, visando a alimentar a crescente máquina industrial chinesa. Já os investimentos em manufatura,

que na segunda metade do século passado fluíam para cá, passaram a correr na direção da nova potência produtiva. Esse fenômeno alimentou a desindustrialização do país.

Hoje, com o desacoplamento entre China e Estados Unidos, o economista da Unicamp considera improvável que o Brasil se encaixe em um dos grandes polos que se formam, devido ao "nearshoring" (produzir perto do mercado consumidor) e ao "friendshoring" (produzir em países aliados), que devem favorecer o México. O país vizinho aos EUA tem recebido muitos investimentos de empresas chinesas que querem contornar as restrições americanas sem perder o maior mercado do mundo. Países do Sudeste Asiático também têm se beneficiado do mesmo efeito, mas em sentido inverso.

O mais provável, avalia Hiratuka, é o Brasil se consolidar na condição de produtor de manufaturas destinadas aos países vizinhos da América do Sul, posição já ocupada no passado. Ao mesmo tempo, a postura diplomática de evitar confrontos seja com o Ocidente seja com o Oriente pode permitir que o Brasil receba injeções de capital e tecnologia de ambos os lados.

Um dos motivos é que o investimento internacional ocorre muito por meio de triangulações: Luxemburgo, Antígua e Barbuda e as Ilhas Cayman são, oficialmente, algumas das maiores fontes de IED no Brasil, embora a origem dos recursos sejam a China, os EUA e a Europa. "Seja como for, o que precisamos ter em mente é que nosso desafio atual é avançar em setores novos e articulados com a produção industrial, aquilo que é chamado de "Kibs": os serviços baseados em conhecimento intensivo", diz o economista da Unicamp.

Com essa meta em mente, um caminho aberto é explorar o potencial da pegada de carbono mais leve do país, sobretudo depois que a guerra na Ucrânia escancarou a fragilidade de determinadas cadeias de fornecimento de alimentos, como o trigo ucraniano, além do petróleo e do gás russos, dos quais a Europa era profundamente dependente. "Os investidores estrangeiros, especialmente os europeus, estão muito interessados nisso. Eles vêm bater na nossa porta, porque estão procurando novas fontes de energia. É uma oportunidade enorme", argumenta Lima.

Essa possibilidade, porém, ainda depende da aprovação de leis que regulamentem a comercialização do carbono, alerta o economista da Mapfre. Para que o potencial dos renováveis possa se traduzir na exportação de produtos feitos com energia limpa, e não só a própria energia, é preciso avançar nessa legislação. Há atrasos no mercado de hidrogênio verde, que se agravam devido a subsídios oferecidos pelos europeus aos seus próprios produtores, afirma o economista.

A perspectiva de receber novamente o grau de investimento das agências de rating é vista como uma grande oportunidade de subir ainda mais degraus na escala do IED, sobretudo no governo.

O Brasil teve grau de investimento entre 2008 e 2015, mas perdeu o selo durante a crise da última década, quando escândalos de corrupção e uma profunda recessão afastaram temporariamente os investimentos no país.

Mesmo assim, a queda no IED não foi particularmente acentuada no Brasil, quando comparada com o resto do mundo, em que os fluxos também caíam.

A razão, de acordo com Lima, é que o investimento estrangeiro é um capital de longo prazo, que flutua menos com os fatores conjunturais e de curto prazo. "O que pode acontecer é postergar alguns projetos anunciados, por exemplo. E isso aconteceu, realmente, naqueles anos", diz.

De fato, apesar de reconhecerem a importância de elementos como o ambiente de negócios, a segurança jurídica e a estrutura tributária, os economistas consideram que o principal fator para a atração do investimento produtivo é a própria economia: se houver perspectiva de crescimento, os capitais começam a chegar. E se o mercado for grande, com bom potencial de expansão e de exportação, as chances de cair nas graças dos investidores aumentam um pouco mais.

Por isso, os maiores ímãs dos fluxos de capital produtivo são os países mais ricos e prósperos, especificamente os Estados Unidos e a China. Na América Latina, as duas maiores economias, Brasil e México, são também os principais polos de investimento. No período pós-pandemia, um dos motivos para que o Brasil se destacasse foi a velocidade da recuperação econômica, principalmente porque desde o ano passado a expansão do **PIB** vem superando as projeções do mercado.

"Nosso desafio é avançar em setores novos e articulados com a indústria" Celio Hiratuka

-

Adoção da **reforma tributária** pode destravar ingressos

Além do esperado grau de investimento, uma carta na manga que pode destravar ingressos do exterior, na expectativa do governo e de economistas, é a **reforma tributária**. Aprovada no Congresso no ano passado, ela ainda está em processo de regulação.

"A estrutura tributária sempre foi um dos principais fatores de repulsa do Brasil", diz o economista Luís Afonso Lima, chefe de análise da Mapfre Investimentos.

"Com muita complexidade, ela torna o ambiente de negócios inóspito. Se tivermos sorte, a regulamentação vai ser aprovada neste ano e começamos a perceber os efeitos já no ano que vem.

O ciclo da reforma vai levar cinco anos e a partir daí o ambiente de negócios brasileiro vai começar a ser visto como bem melhor." Outra tentativa de reduzir as barreiras à entrada de capital estrangeiro foi o novo marco cambial, adotado pelo Banco Central em 2022. Uma das mudanças implementadas foi o fim da exigência de efetivo ingresso do capital no país para qualificá-lo como capital estrangeiro. A partir da regulamentação do BC, passaram a ser reconhecidos como IED não só a participação em empresas no país, mas "quaisquer outros direitos econômicos de não residente no país derivado de ato ou contrato, sempre que o retorno desse investimento dependa dos resultados do negócio", explica o jurista Henrique Pimenta, sócio da área de mercados financeiro e de capitais do escritório BMA.

Também foi eliminada, para algumas atividades ligadas ao IED, a exigência de contratar operações de câmbio simultâneas.

"Essas mudanças representam uma redução significativa de custos relacionados à contratação de operações de câmbio, sejam operações com fluxo efetivo de recursos ou operações simultâneas de câmbio. Por isso, também são uma ampliação, com segurança jurídica, das estruturas possíveis para realização do investimento estrangeiro direto", diz Pimenta.

No contexto da busca por investimento produtivo que favoreça a sustentabilidade e a transição da economia brasileira, o governo põe as fichas em um instrumento financeiro lançado em novembro do ano passado: o plano EcoInvest Brasil. Um de seus eixos é justamente a atração de capital externo, para enfrentar a escassez

de poupança interna, em comparação com a dimensão dos investimentos necessários. "A reindustrialização só poderá ser bem-sucedida se for possível incluir o capital externo. O governo sabe disso e, por meio do EcoInvest, está oferecendo linhas de crédito específicas, que atacam os principais entraves ao incremento do IED, que são o custo de captação e a volatilidade cambial", afirma Pimenta.

O jurista acrescenta que, apesar da redução de muitas barreiras legais à entrada do capital estrangeiro no Brasil, ainda restam restrições em alguns setores regulados.

São exemplos as empresas estratégicas de defesa, em que acionistas estrangeiros devem ter menos votos do que os brasileiros, companhias jornalísticas e de radiodifusão, em que permanece a limitação do capital estrangeiro em 30%, e negócios que atuem em atividades consideradas estratégicas nas fronteiras.

"Nos demais setores, ainda que não haja uma vedação expressa ao investimento estrangeiro, fatores como uma **legislação tributária** complexa, altos índices de judicialização, além de eventos políticos, afastam o investimento produtivo de estrangeiros no país", conclui.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188034>

Imposto maior para bebidas é um caminho

Organização global de saúde que trabalha com governos e a sociedade civil no enfrentamento de problemas de saúde pública (e que encomendou o estudo à Fiocruz), a Vital Strategies recomenda a adoção de medidas como o imposto seletivo sobre bebidas alcoólicas, que será implementado com a **reforma tributária**.

O texto da reforma prevê que produtos prejudiciais à saúde, como cigarros e bebidas alcoólicas, sejam sobretaxados. Essa também é uma das ações recomendadas pela OMS para tentar reduzir o consumo de álcool e seu impacto econômico negativo. Só de custos diretos com hospitalizações e procedimentos ambulatoriais no Sistema Único de Saúde (SUS), foram gastos R\$ 1,1 bilhão pelos cofres públicos, de acordo com o levantamento da Fiocruz. t

Site: <https://extra-globo.pressreader.com/extra>

CNM mostra realidade cruel a prefeitos eleitos

Os novos prefeitos, inclusive os reeleitos, começaram a ser treinados, ontem, pela Confederação Nacional dos Municípios, para o enfrentamento da burocracia federal imposta pelos órgãos de controle. O presidente Paulo Ziulkoski resolveu fazer por regiões, inicialmente os gestores do Centro-Oeste, com exceção de Mato Grosso do Sul; do Norte; e dos Estados do Maranhão e do Piauí. Os prefeitos do Nordeste serão treinados entre os dias 18 e 20 deste mês.

"Eles conferiram apresentação sobre a relação do movimento municipalista com os poderes Judiciário e Legislativo. "Por diversas vezes, nos reunimos aqui [em Brasília] e os parlamentares sentem nossa força, enxergam nossas mazelas e aprovam nossas pautas", afirmou Ziulkoski. Ao apresentar a pauta prioritária no Supremo Tribunal Federal (STF), o dirigente da CNM disse haver uma inclinação para o conflito de alguns integrantes do grupo de trabalho de debate sobre as terras indígenas.

E isso reforça a importância de representantes municipais no co-legiado deliberativo. "Vocês não imaginam o impacto disso, e nós estamos lá construindo uma alternativa e defendendo os interesses dos Municípios afetados", disse. Ainda sobre a realidade que será encontrada pelos prefeitos a partir de 1º de janeiro do ano que vem, o presidente da CNM falou do acordo sobre o financiamento de medicamentos fora da lista da cobertura, por meio de ações judiciais. E alertou, por vezes, para a importância de escolher bem o secretariado, principalmente de saúde e educação, priorizando quem defende os entes municipais.

Quase R\$ 100 bi

Um imbróglio que se arrasta há mais de uma década foi mostrado, a luta por justiça na distribuição dos royalties do pré-sal, também fez parte da apresentação ocorrida na parte da manhã. Ganham destaque o intenso trabalho do movimento municipalista para aprovar a distribuição dos royalties de petróleo, das plataformas em alto mar, pelo Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

"Os valores são enormes, quase R\$ 100 bilhões. E é uma excrescência, um município com 80 mil habitantes receber bilhões de royalties e os outros

não", exemplificou ao reclamar da liminar monocrática sem julgamento do plenário há mais de 11 anos.

Uma das matérias que envolve o Legislativo e o Judiciário teve sua necessidade de aprovação mostrada: a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 253/2016 permite às entidades de representação municipalista apresentarem Ação Direta de Inconstitucionalidade e Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADI e ADC). Essa proposta aguarda aprovação da Câmara dos Deputados.

Parlamento

Já sobre a relação com o Congresso, Ziulkoski apontou a tramitação da PEC 66/2024, construída com apoio dos especialistas da Confederação para liquidar três graves problemas dos Municípios. São eles: as dívidas previdenciárias, precatórios e a extensão das novas regras trazidas pela Reforma da Previdência federal aos funcionários municipais.

"Quanto vocês acham que é a dívida dos Municípios que estão no Regime Geral?", perguntou Ziulkoski. Segundo ele, 4,2 mil prefeituras devem ao Instituto Nacional de **Seguridade Social (INSS)** e o valor total era de R\$ 250 bilhões, em dezembro passado. "Essas dívidas são impagáveis", afirma.

Ainda na programação inicial, o mentor municipalista esclareceu o tema **Reforma Tributária** e a mudança em relação aos cinco **impostos** cobrados no consumo. "Essa PEC está na pauta e os novos gestores devem entrar nessa luta, porque estamos falando de mais de R\$ 400 bilhões, e isso não é pouca coisa, pode viabilizar o mandato", apontou ao dizer que 38% dos municípios estão no vermelho.

Limite de gastos

Uma preocupação específica foi compartilhada, a normativa federal que inclui os valores destinados a parcerias nos limites da despesa com pessoal. Segundo Ziulkoski, os prefeitos foram incentivados a promover parcerias e agora esses gastos serão considerados na folha. Mas a CNM tem trabalhado para garantir a aprovação do Projeto de Lei Complementar (PLP) 141/2024 - antigo PLP 98/2023 - e retirar os valores de parcerias ou de contratações do cômputo dos limites de despesa com pessoal.

A matéria tramita no Senado. "Se não votar isso, todos os prefeitos serão ficha suja e podem ser condenados", prevê o presidente da Confederação. Ao longo da apresentação, especialistas e consultores fizeram apertes importantes e Ziulkoski abriu espaço para perguntas. Ele fez questão de reforçar: "Todos os que estão aqui serão ex-prefeitos amanhã, então temos que nos unir e nos ajudar", reforçou ao lembrá-los da falta de estrutura de defesa para quem exerceu o cargo.

Site:

<https://edicaoimpressa.folhape.com.br/books/ymbc/#p=1>

Reforma Tributária e desigualdades sociais (VISÃO DO CORREIO)

Correio Braziliense

A **Reforma Tributária** aprovada na Câmara dos Deputados pode trazer mudanças significativas no funcionamento da economia brasileira, caso também passe no Senado Federal. A principal alteração se concentra na criação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), um texto único para substituir os complexos **tributos** estadual (ICMS) e municipal (ISS). A reforma cumpre com seu papel de desburocratização da relação de consumo e aumenta a transparência - facilitando o entendimento da população sobre aquilo que ela paga ao comprar um determinado produto. Porém, deixa de atacar um ponto fundamental da discussão acerca da tributação no país: a diminuição da desigualdade social.

Na semana passada, deputados federais tiveram uma nova oportunidade para mudar um pouco da realidade atual, na qual o grupo dos 1% mais ricos tem um rendimento médio 39 vezes maior do que a média daqueles incluídos nos 40% mais pobres do país: R\$ 20,6 mil contra R\$ 527, de acordo com o IBGE. Não o fizeram. Pela proposta de emenda do deputado federal Ivan Valente (PSol-SP), fortunas entre R\$ 10 milhões e R\$ 40 milhões seriam taxadas em 0,5%. O percentual dobraria para 1% para patrimônios entre R\$ 40 milhões e R\$ 80 milhões. Quem ultrapassa a barreira dos R\$ 80 milhões teria que pagar 1,5% de alíquota.

O texto precisava de 257 votos para passar, mas recebeu apenas 136 - a maior parte dos favoráveis foram parlamentares de esquerda e centro-esquerda. Além de aumentar a arrecadação do país, sobretudo em um momento de pressão por corte de gastos, a medida serviria para passar um recado à sociedade. A mensagem de que desigualdades tão volumosas não devem ter mais espaço no mundo contemporâneo.

A negação da emenda era esperada. Ainda assim, merece questionamentos. A própria Constituição Federal, em seu artigo 153, prevê que compete à União instituir **impostos** sobre grandes fortunas, nos termos de lei complementar. Essa legislação, no entanto, nunca saiu do papel e ajuda a manter 63% da riqueza do país nas mãos de 1% da população, segundo relatório elaborado pela Oxfam Brasil.

Um contraponto é importante. Especialistas, como o

ex-consultor do FMI Isaias Coelho, avaliam que a taxação das grandes fortunas não é a medida mais aconselhável para aumentar a arrecadação do país e equilibrar o caixa. Há um temor do mercado financeiro de que a medida, caso colocada em vigor, aumentasse as chances de investidores retirarem capital do país, o que pressionaria a economia interna e limitaria a efetividade do imposto.

Em uma segunda análise, vale discutir outra medida ignorada pela **Reforma Tributária**: a revisão da tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF). Hoje, no Brasil, qualquer pessoa com vencimentos acima de R\$ 4.664,68 paga uma alíquota de 27,5%, independentemente de ganhar R\$ 5 mil por mês ou R\$ 300 mil, usando uma comparação básica. Na prática, não há diferença no imposto pago entre um trabalhador de classe média ou alguém que fature milhões por ano.

Quando estava em campanha em 2022, Lula prometeu isentar do IRPF todos os trabalhadores que ganham até R\$ 5 mil - a medida hoje alcança quem recebe até R\$ 2.259,20. É bem verdade que essa política pública não depende unicamente do governo federal, já que requer árdua articulação com o Congresso. No entanto, medidas como a adotada pelo Planalto na votação da taxação das grandes fortunas - na qual o governo liberou os partidos de sua base para definir as posições de suas bancadas - não ajudam a diminuir a reconhecida desigualdade social e soam incoerentes.

A **Reforma Tributária** aprovada na Câmara dos Deputados pode trazer mudanças significativas no funcionamento da economia brasileira, caso também passe no Senado Federal. A principal alteração se concentra na criação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), um texto único para substituir os complexos **tributos** estadual (ICMS) e municipal (ISS). A reforma cumpre com seu papel de desburocratização da relação de consumo e aumenta a transparência - facilitando o entendimento da população sobre aquilo que ela paga ao comprar um determinado produto. Porém, deixa de atacar um ponto fundamental da discussão acerca da tributação no país: a diminuição da desigualdade social.

Na semana passada, deputados federais tiveram uma nova oportunidade para mudar um pouco da realidade

atual, na qual o grupo dos 1% mais ricos tem um rendimento médio 39 vezes maior do que a média daqueles incluídos nos 40% mais pobres do país: R\$ 20,6 mil contra R\$ 527, de acordo com o IBGE. Não o fizeram. Pela proposta de emenda do deputado federal Ivan Valente (PSol-SP), fortunas entre R\$ 10 milhões e R\$ 40 milhões seriam taxadas em 0,5%. O percentual dobraria para 1% para patrimônios entre R\$ 40 milhões e R\$ 80 milhões. Quem ultrapassa a barreira dos R\$ 80 milhões teria que pagar 1,5% de alíquota.

O texto precisava de 257 votos para passar, mas recebeu apenas 136 - a maior parte dos favoráveis foram parlamentares de esquerda e centro-esquerda. Além de aumentar a arrecadação do país, sobretudo em um momento de pressão por corte de gastos, a medida serviria para passar um recado à sociedade. A mensagem de que desigualdades tão volumosas não devem ter mais espaço no mundo contemporâneo.

A negação da emenda era esperada. Ainda assim, merece questionamentos. A própria Constituição Federal, em seu artigo 153, prevê que compete à União instituir **impostos** sobre grandes fortunas, nos termos de lei complementar. Essa legislação, no entanto, nunca saiu do papel e ajuda a manter 63% da riqueza do país nas mãos de 1% da população, segundo relatório elaborado pela Oxfam Brasil.

Um contraponto é importante. Especialistas, como o ex-consultor do FMI Isaias Coelho, avaliam que a taxação das grandes fortunas não é a medida mais aconselhável para aumentar a arrecadação do país e equilibrar o caixa. Há um temor do mercado financeiro de que a medida, caso colocada em vigor, aumentasse as chances de investidores retirarem capital do país, o que pressionaria a economia interna e limitaria a efetividade do imposto.

Em uma segunda análise, vale discutir outra medida ignorada pela **Reforma Tributária**: a revisão da tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF). Hoje, no Brasil, qualquer pessoa com vencimentos acima de R\$ 4.664,68 paga uma alíquota de 27,5%, independentemente de ganhar R\$ 5 mil por mês ou R\$ 300 mil, usando uma comparação básica. Na prática, não há diferença no imposto pago entre um trabalhador de classe média ou alguém que fature milhões por ano.

Quando estava em campanha em 2022, Lula prometeu isentar do IRPF todos os trabalhadores que ganham até R\$ 5 mil - a medida hoje alcança quem recebe até R\$ 2.259,20. É bem verdade que essa política pública não depende unicamente do governo federal, já que requer árdua articulação com o Congresso. No entanto, medidas como a adotada pelo

Planalto na votação da taxação das grandes fortunas - na qual o governo liberou os partidos de sua base para definir as posições de suas bancadas - não ajudam a diminuir a reconhecida desigualdade social e soam incoerentes.

Site:

<https://www.correiobraziliense.com.br/opiniaio/2024/11/6/981602-reforma-tributaria-e-desigualdades-sociais.html>

Adoção da reforma tributária pode destravar investimentos do exterior

Por *Diego Viana - De São Paulo*

06/11/2024 05h03 Atualizado há 2 horas

Além do esperado grau de investimento, uma carta na manga que pode destravar ingressos do exterior, na expectativa do governo e de economistas, é a **reforma tributária**. Aprovada no Congresso no ano passado, ela ainda está em processo de regulação.

"A estrutura tributária sempre foi um dos principais fatores de repulsa do Brasil", diz o economista Luís Afonso Lima, chefe de análise da Mapfre Investimentos. "Com muita complexidade, ela torna o ambiente de negócios inóspito. Se tivermos sorte, a regulamentação vai ser aprovada neste ano e começamos a perceber os efeitos já no ano que vem. O ciclo da reforma vai levar cinco anos e a partir daí o ambiente de negócios brasileiro vai começar a ser visto como bem melhor."

Outra tentativa de reduzir as barreiras à entrada de capital estrangeiro foi o novo marco cambial, adotado pelo Banco Central em 2022. Uma das mudanças implementadas foi o fim da exigência de efetivo ingresso do capital no país para qualificá-lo como capital estrangeiro. A partir da regulamentação do BC, passaram a ser reconhecidos como IED não só a participação em empresas no país, mas "quaisquer outros direitos econômicos de não residente no país derivado de ato ou contrato, sempre que o retorno desse investimento dependa dos resultados do negócio", explica o jurista Henrique Pimenta, sócio da área de mercados financeiro e de capitais do escritório BMA. Também foi eliminada, para algumas atividades ligadas ao IED, a exigência de contratar operações de câmbio simultâneas.

"Essas mudanças representam uma redução significativa de custos relacionados à contratação de operações de câmbio, sejam operações com fluxo efetivo de recursos ou operações simultâneas de câmbio. Por isso, também são uma ampliação, com segurança jurídica, das estruturas possíveis para realização do investimento estrangeiro direto", diz Pimenta.

No contexto da busca por investimento produtivo que favoreça a sustentabilidade e a transição da economia brasileira, o governo põe as fichas em um instrumento

financeiro lançado em novembro do ano passado: o plano EcoInvest Brasil. Um de seus eixos é justamente a atração de capital externo, para enfrentar a escassez de poupança interna, em comparação com a dimensão dos investimentos necessários. "A reindustrialização só poderá ser bem-sucedida se for possível incluir o capital externo. O governo sabe disso e, por meio do EcoInvest, está oferecendo linhas de crédito específicas, que atacam os principais entraves ao incremento do IED, que são o custo de captação e a volatilidade cambial", afirma Pimenta.

O jurista acrescenta que, apesar da redução de muitas barreiras legais à entrada do capital estrangeiro no Brasil, ainda restam restrições em alguns setores regulados. São exemplos as empresas estratégicas de defesa, em que acionistas estrangeiros devem ter menos votos do que os brasileiros, companhias jornalísticas e de radiodifusão, em que permanece a limitação do capital estrangeiro em 30%, e negócios que atuem em atividades consideradas estratégicas nas fronteiras.

"Nos demais setores, ainda que não haja uma vedação expressa ao investimento estrangeiro, fatores como uma **legislação tributária** complexa, altos índices de judicialização, além de eventos políticos, afastam o investimento produtivo de estrangeiros no país", conclui.

Site:

<https://valor.globo.com/publicacoes/suplementos/noticia/2024/11/06/adocao-da-reforma-tributaria-pode-destravar-investimentos-do-exterior.ghtml>

Reforma Tributária e desigualdades sociais (Editorial)

A **Reforma Tributária** aprovada na Câmara dos Deputados pode trazer mudanças significativas no funcionamento da economia brasileira, caso também passe no Senado Federal.

A principal alteração se concentra na criação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), um texto único para substituir os complexos **tributos** estadual (ICMS) e municipal (ISS). A reforma cumpre com seu papel de desburocratização da relação de consumo e aumenta a transparência - facilitando o entendimento da população sobre aquilo que ela paga ao comprar um determinado produto. Porém, deixa de atacar um ponto fundamental da discussão acerca da tributação no país: a diminuição da desigualdade social.

Na semana passada, deputados federais tiveram uma nova oportunidade para mudar um pouco da realidade atual, na qual o grupo dos 1% mais ricos tem um rendimento médio 39 vezes maior do que a média daqueles incluídos nos 40% mais pobres do país: R\$ 20,6 mil contra R\$ 527, de acordo com o IBGE. Não o fizeram. Pela proposta de emenda do deputado federal Ivan Valente (PSol-SP), fortunas entre R\$ 10 milhões e R\$ 40 milhões seriam taxadas em 0,5%. O percentual dobraria para 1% para patrimônios entre R\$ 40 milhões e R\$ 80 milhões. Quem ultrapassa a barreira dos R\$ 80 milhões teria que pagar 1,5% de alíquota.

O texto precisava de 257 votos para passar, mas recebeu apenas 136 - a maior parte dos favoráveis foram parlamentares de esquerda e centro-esquerda. Além de aumentar a arrecadação do país, sobretudo em um momento de pressão por corte de gastos, a medida serviria para passar um recado à sociedade. A mensagem de que desigualdades tão volumosas não devem ter mais espaço no mundo contemporâneo.

A negação da emenda era esperada.

Ainda assim, merece questionamentos. A própria Constituição Federal, em seu artigo 153, prevê que "compete à União instituir **impostos** sobre grandes fortunas, nos termos de lei complementar". Essa legislação, no entanto, nunca saiu do papel e ajuda a manter 63% da riqueza do país nas mãos de 1% da população, segundo relatório elaborado pela Oxfam Brasil.

Um contraponto é importante. Especialistas, como o ex-consultor do FMI Isaias Coelho, avaliam que a taxação das grandes fortunas não é a medida mais aconselhável para aumentar a arrecadação do país e equilibrar o caixa. Há um temor do mercado financeiro de que a medida, caso colocada em vigor, aumentasse as chances de investidores retirarem capital do país, o que pressionaria a economia interna e limitaria a efetividade do imposto.

Em uma segunda análise, vale discutir outra medida ignorada pela **Reforma Tributária**: a revisão da tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF). Hoje, no Brasil, qualquer pessoa com vencimentos acima de R\$ 4.664,68 paga uma alíquota de 27,5%, independentemente de ganhar R\$ 5 mil por mês ou R\$ 300 mil, usando uma comparação básica. Na prática, não há diferença no imposto pago entre um trabalhador de classe média ou alguém que fature milhões por ano.

Quando estava em campanha em 2022, Lula prometeu isentar do IRPF todos os trabalhadores que ganham até R\$ 5 mil - a medida hoje alcança quem recebe até R\$ 2.259,20. É bem verdade que essa política pública não depende unicamente do governo federal, já que requer árdua articulação com o Congresso. No entanto, medidas como a adotada pelo Planalto na votação da taxação das grandes fortunas - na qual o governo liberou os partidos de sua base para definir as posições de suas bancadas - não ajudam a diminuir a reconhecida desigualdade social e soam incoerentes.

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/6609/06-11-2024.html?all=1>

Carga tributária (Cartas do leitor)

O regime do Simples Nacional e o Lucro Presumido reduzem ainda mais a carga para pequenas empresas, o que, na prática, beneficia apenas alguns poucos. Assim, empresas menores, cujos donos nem sempre são de baixa renda, pagam em média 6,4% a 11% sobre os lucros -o que é inferior aos impostos sobre o rendimento de um trabalhador assalariado.

A regressividade da carga tributária brasileira é um reflexo de uma série de distorções e privilégios sustentados pelo sistema atual, que se mostra cada vez mais insustentável. Enquanto trabalhadores e pequenos empreendedores arcam com percentuais altos sobre sua renda direta, grandes acionistas, os milionários do Simples e outros privilegiados tributários continuam a colher os frutos de um sistema que beneficia os já abastados.

GREGÓRIOS SIMÕES, Uberlândia- MG

Site:

<https://edicaodigital.jornaldebrasil.com.br/pub/jornaldebrasil/?edicao=18229>

Gasto de Estados e municípios aumenta mais que o federal

Marcelo Osakabe De São Paulo

O gasto primário dos entes subnacionais tem crescido em velocidade maior que a dos gastos federais desde a pandemia.

Essa diferença foi especialmente intensa entre abril e junho, quando o gasto de Estados e prefeituras aumentou em aproximadamente R\$ 42 bilhões na comparação com os três meses anteriores, número que é exatamente todo o incremento do **PIB** nacional, na série com ajuste sazonal.

Os dados são do economista da LCA Consultores e do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre FGV), Bráulio Borges, para quem este é um alerta em relação ao projeto de renegociação da dívida dos Estados, em discussão na Câmara.

Caso aprovada, a medida liberaria teoricamente até R\$ 62 bilhões, valor que governadores precisam separar atualmente para pagar o serviço da dívida. Com as condições favoráveis propostas no texto que já foi aprovado no Senado, a medida poderia ampliar ainda mais o crescimento da despesa em uma esfera que costuma passar ao largo das cobranças sobre contenção de gastos públicos.

Em números, a despesa dos municípios cresceu de R\$ 291 bilhões no primeiro trimestre para R\$ 321 bilhões no segundo, alta de R\$ 26 bilhões na série dessazonalizada. Já Estados e Distrito Federal elevaram despesas em R\$ 16 bilhões, de R\$ 285 bilhões para R\$ 301 bilhões.

O gasto do governo central, por sua vez, caiu R\$ 11 bilhões do primeiro para o segundo trimestre, de R\$ 565 bilhões para R\$ 554 bilhões.

O gasto dos governos não aparece nas contas nacionais apenas na rubrica "consumo do governo", que reflete basicamente despesas de custeio, mas também impacta a formação bruta de capital fixo e o consumo das famílias, através de transferências como o Bolsa Família.

"No segundo trimestre, o que mais surpreendeu na abertura do **PIB** foi o consumo do governo geral, principalmente, dos entes subnacionais. Desta vez houve um descolamento forte, em nível não visto pelo

menos desde meados de 2022", diz Borges.

Historicamente, o governo central e os entes subnacionais são responsáveis, cada um, por aproximadamente metade da despesa do governo geral. Sem autorização para se endividar, a única forma que prefeitos e governadores têm de pisar no acelerador dos gastos é com mais dinheiro em caixa, diz o economista. Desde 2020 o que se viu foi a criação de uma folga de caixa proporcionada por alguns fatores, segundo Borges.

Em primeiro lugar, a própria surpresa de crescimento da economia na saída da pandemia, que levou a uma situação curiosa: a arrecadação com **tributos** estaduais e municipais não sofreu o baque que se imaginava, o que fez com que o repasse de R\$ 78,3 bilhões da União a Estados e municípios aprovado em meados de 2020 virasse um "bônus" que engordou o caixa nessas esferas.

Segundo dados do Observatório de Política Fiscal do Ibre FGV, a coleta de **tributos** municipais como proporção do **PIB** recuou de 2,16% em 2019 para 2,09% em 2020, número ainda longe de anos de crise anteriores, como 2016 (1,98%). Na mesma comparação, os **tributos** estaduais baixaram de 8,46% para 8,39%, número acima dos 8,36% de 2018.

"No auge da quarentena, imaginava-se que o **PIB** iria contrair até 7%, mas a queda no fim foi de 3,3%. Então houve na prática excesso de compensação. O governo federal turbinou mais do que seria adequado os caixas dos governos regionais e com isso eles conseguiram elevar as despesas sem precisar se endividar", diz Borges. "Tudo bem que, em 2022, houve certa retomada disso com as desonerações do governo Bolsonaro antes da eleição, mas os Estados compensaram isso elevando a alíquota do ICMS." Também ajudou a melhorar a situação financeira de Estados e municípios o fato de que, como contrapartida ao socorro da União, eles ficaram proibidos de conceder reajuste salarial a servidores em 2020 e 2020, o que significou um ajuste pelo lado da despesa no período.

Finalmente, a própria aceleração da **inflação** em 2021 e 2022 elevou a arrecadação com **tributos** em todas as esferas, mas não afetou imediatamente e na mesma proporção as despesas, o que também ajudou

a criar folga. Cálculos feitos por Borges replicando trabalho de um economista do Fundo Monetário Internacional (FMI) sugerem que as surpresas positivas do deflator do **PIB** brasileiro nesses dois anos ajudaram a relação dívida/ PIB cair cerca de 10,8 pontos percentuais no período.

A esses três pontos soma-se ainda o crescimento do uso das chamadas emendas Pix, atualmente alvo de impasse entre o Congresso e o Supremo Tribunal Federal (STF). De acordo com um levantamento da Transparência Brasil, foram apresentadas 941 emendas Pix na Lei Orçamentária Anual de 2024, totalizando R\$ 8,2 bilhões.

Alta em relação aos R\$ 7,3 bilhões disponibilizados em 2023. "Contabilmente, as emendas Pix são classificadas como despesa da União.

De qualquer forma, transferem recursos diretamente para o caixa de Estados e municípios", diz.

Dados do Banco Central sobre a disponibilidade de caixa dos governos regionais - que contabiliza a arrecadação a recolher, depósitos à vista, aplicações financeiras e outros créditos financeiros - mostram que o acumulado em 12 meses como proporção do **PIB** saiu de 0,66% em abril de 2020 para 2,48% em maio de 2022. Em agosto, o dado mais recente, este indicador estava em 2,33% do **PIB**.

Nesse contexto, o economista da LCA e do Ibre alerta que o projeto de renegociação da dívida dos Estados abriria uma folga ainda maior para o crescimento das despesas, ao menos na esfera estadual.

Isso porque, pela proposta apresentada pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), Estados podem trocar o indexador para a dívida de IPCA mais 4% para apenas o IPCA, ou seja, não há cobrança de juro real.

"Na prática, é um subsídio de pai para filho o que se propõe. Isso beneficiaria até os Estados mais ricos, que também são os mais endividados. Somente São Paulo ganharia uma folga de quase R\$ 10 bilhões em serviço da dívida para gastar a mais com essa mudança", diz Borges.

Segundo cálculos de Manoel Pires, colega de Ibre de Borges, a proposta de Pacheco liberaria, em tese, entre R\$ 48 bilhões e R\$ 62 bilhões para Estados gastar imediatamente após aprovação da medida. São recursos que o governo federal - vale lembrar, capta no mercado pagando atualmente IPCA mais algo perto de 7% - deixaria de receber. "Na prática, esse valor é menor porque muitos Estados conseguem atualmente, na Justiça, autorização para não pagar à União",

pondera o economista.

Em sua avaliação, uma nova rodada de renegociação da dívida dos Estados deveria ser negociada em outras bases, com subsídios menores e também contrapartidas mais duras. O projeto também poderia impor limites de crescimento das despesas, como ocorre com o novo arcabouço fiscal. Além disso, diz, a União poderia exigir avaliações de custo efetividade sobre as políticas estaduais, a exemplo do que já tenta implantar na esfera federal.

"É de interesse da União voltar à mesa, já que muitos Estados simplesmente deixaram de pagar, amparados por decisões que conseguem na Justiça. Mas é preciso também uma reformulação quase completa do projeto, as contrapartidas estão muito frouxas", diz Borges. "Além disso, beneficia a todos igualmente, o que esbarra no risco moral de se colocar no mesmo saco estados que sempre pagaram as contas em dia, como os do Nordeste, e aqueles que devem muito mais e não pagam, como é o caso de Minas Gerais."

Situação é um alerta para processo de renegociação das dívidas dos Estados

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188034?page=1§ion=1>

Os entes federativos brasileiros têm mesmo autonomia?

A Constituição define o Brasil como sendo uma República Federativa, composta por entes que gozariam de autonomia, onde o poder seria descentralizado, distribuído entre União, Estados e Municípios.

Em que pese a literalidade desse ponto específico da Constituição, considerando-se a estrutura dessa declarada Federação, traçada na própria Carta Magna, seriam mesmo autônomos todos os entes federativos?

Em linhas gerais, autonomia é ter os meios para se manter, orçamentária e materialmente, além do poder de se auto-organizar, autogerir e autodeterminar.

Entretanto, seja no campo orçamentário, quanto no âmbito administrativo e no tocante à competência para legislar, há uma concentração de poder quase absoluta na União, em detrimento de Estados e Municípios, que, em grande parte, ora sofrem interferência, ora são dependentes e até mesmo submissos à União.

Conforme os termos da Constituição que os declara autônomos, paradoxalmente, Estados e Municípios não podem legislar sobre diversos temas, alguns deles diretamente relacionados a questões das quais devem cuidar, como, por exemplo, regras de direito penal, que guardam íntima relação com as políticas públicas atinentes à promoção da segurança pública.

Ora, como um ente federativo pode ser efetivo em tema de segurança pública quando não pode conceber regras em conformidade com o grau de criminalidade que enfrenta localmente e precisa se submeter a um padrão normativo geral, como se todos os recantos do país fossem exatamente iguais?

Como não há nada tão ruim que não possa piorar, o atual governo quer concentrar ainda mais poder, na medida em que está propondo uma PEC, criando um (claramente inconstitucional) "Sistema Único de Segurança Pública", que colocará a União em posição de mando e de sobreposição frente aos Estados, usurpando-lhe relevante parcela de sua competência, em franca violação ao nosso (já frágil) pacto federativo.

Mas não é só.

Passando o olhar para a seara tributária, os superpoderes da União frente a Estados e Municípios não são diferentes.

Alguém duvida?

O que dizer, então, da competência da União para legislar sobre normas gerais em matéria tributária, que limitam a competência regulatória de Estados e Municípios acerca dos **tributos** que lhes cabem?

O que falar, também, das restrições, impostas a Estados e Municípios pela União, que limitam a concessão de benefícios fiscais, a pretexto de evitar o que se chama vulgarmente de "guerras fiscais", mas que, em verdade, são instrumentos de redução da carga tributária, que servem para estimular o empreendedorismo, o desenvolvimento e a justiça fiscal?

Por outro lado, de que adianta se dizer na Constituição que os Estados e Municípios têm competência para se organizarem administrativamente se esses entes são obrigados, por normas de caráter nacional, a seguirem a lei de diretrizes básicas da educação, a se integrarem ao sistema único de saúde, a obedecerem modelos licitatórios e regimes de contratação, seja para obter financiamentos, escolher fornecedores ou selecionar servidores, além de serem forçados a respeitar esta-bilidades funcionais, a praticar pisos ven-cimentais e a pagar salário mínimo nacional, dentre outras limitações de ordem geral que os impedem de tratar das questões a seu cargo com necessária especificidade?

Não bastassem as normas que os impedem de ser realmente autônomos, Estados e Município, não poucas vezes, sofrem intervenções nas esferas de seus poderes e competências, também, pelas vias judiciais, a exemplo da ordem proferida pelo Supremo Tribunal Federal proibindo a polícia do Rio de Janeiro de decidir, de acordo com as suas próprias diretrizes, como e quando realizar operações nas favelas cariocas, notoriamente dominadas pelo crime organizado.

Que autonomia é essa que um Ente Federativo não tem meios de decidir, exercer e defender a própria competência, a ponto de ser forçado a se sujeitar a algo tão claramente ofensivo aos seus deveres

poderes e danoso à sociedade local, por imposição de um tribunal superior federal, no bojo de uma ação judicial intentada por um partido político?

A autonomia dos Entes Federativos brasileiros não é real, é uma ficção cheia de contradições e bolsões autoritários, que afasta o país da democracia, ante a concentração de poder que aqui se verifica, a facilitar os arroubos totalitários daqueles que têm essa vertente em seu íntimo e se vêem investidos de posições de mando, em quaisquer dos três poderes republicanos.

O nosso país precisa de uma reforma libertadora e profunda, que cure as suas incoerências, impeça o arbítrio e descentralize o poder, para que todos os Entes Federativos efetivamente tenham autonomia, cumpram os seus deveres e sejam realmente responsáveis por aquilo que diz respeito ao povo que vive em seus territórios, a exemplo do que ocorre nos Estados Unidos, onde a autonomia de cada ente federativo, nos âmbitos executivo, legislativo e judiciário, é concreta e guiada pelos interesses, cultura, escolhas e necessidades dos cidadãos de cada localidade.

Brasília não pode continuar a ser "dona" do Brasil, muito menos da vida dos brasileiros, pois não existe democracia nem desenvolvimento onde há concentração e sobreposição de poderes.

Site:

<https://edicaoimpressa.folhape.com.br/books/ymbc/#p=1>

Imposto sobre imposto

/ BERNARDO HADDAD (*) (*) Estagiário, sob supervisão do editor Renato Fonseca

A emissão de Nota Fiscal Eletrônica pelo site da Prefeitura de Santa Luzia passou a ser paga na última segunda-feira (4). Donos de empresas que prestam serviço na cidade foram surpreendidos com a cobrança extra e sem qualquer **comunicado** prévio. Quem tenta emitir o documento oficial usado para comprovar transações comerciais, receber honorários e até salários - no caso de quem atua como Pessoa Jurídica (PJ) - é obrigado a aderir a "planos". Valores começam em R\$ 57,90 e podem chegar a R\$ 618,84, fora a taxa de adesão, cobrada no primeiro acesso.

O serviço era oferecido gratuitamente. Escritórios de contabilidade da cidade informaram que os clientes estão indignados, pois já pagam os **impostos** cobrados na nota. "Ficamos surpresos com a situação. Como foi ontem, ainda não sabemos como vai ficar. Quando você vai emitir a nota já aparecem os planos aos quais precisa aderir. A emissão sempre foi gratuita e na segunda-feira mudou", informou uma contadora da cidade.

A mesma informação foi passada por outro escritório de contabilidade. Segundo a firma, a prefeitura não detalhou a medida e todos seguem confusos. "Tem cliente meu que já está pensando em levar a empresa para outra cidade", revelou o contador.

A cobrança é feita por uma empresa terceirizada, contratada pela prefeitura para gerenciar a emissão de notas fiscais no município. Essa não é a primeira vez que problemas ocorrem na cidade. Em agosto, o sistema passou por mudanças e ficou inoperante por alguns dias, impedindo empresários de obter o documento.

Com a cobrança, os contribuintes precisam pagar uma taxa de adesão, ao custo de R\$ 37,90. Os planos oferecidos são mensal (R\$ 57,30 + taxa de adesão), bimestral (R\$ 112,31 + taxa de adesão), semestral (R\$ 326,61 + taxa de adesão) e anual (R\$ 618,84 + taxa de adesão).

"MAL-ENTENDIDO"

O Hoje em Dia procurou o secretário de Planejamento e Orçamento, Marco Antônio Ferreira Costa. O chefe da pasta pediu que a reportagem fizesse contato com o setor de **tributos**, que também foi procurado, mas não deu detalhes sobre a medida.

Por nota, a assessoria de imprensa da prefeitura garantiu que não haverá cobrança dos contribuintes por emissão de notas fiscais. "Houve um desacordo por parte da empresa NOBE SISTEMAS com a prefeitura. A empresa havia se comprometido em emitir as notas sem cobrança e descumpriu o contrato".

Conforme a prefeitura, a empresa já foi notificada e, a partir desta quarta-feira (6), os contribuintes poderão acessar o site da prefeitura para emissão das notas fiscais, em um novo sistema que será disponibilizado.

Site:

<https://digital.hojeemdia.com.br/produto/hed/edicao/12710/cef23aca5a553d936cf35b3878a86b7c58bc1e6fbd64ce268c8c0815bc1d8ea6.pdf>

Comitê do Banco Central inicia reunião para definir Selic

ESTADÃO CONTEÚDO

O Comitê de Política Monetária (Copom) deu início nesta terça-feira, 5, à reunião que definirá a taxa Selic, em meio à disparada da percepção de risco fiscal e à indefinição sobre o pacote de corte de gastos do governo. Conforme a pesquisa Projeções Broadcast, é praticamente unânime no mercado a expectativa pela aceleração do ritmo de aperto dos juros, de 0,25 ponto porcentual para 0,50 ponto porcentual, levando a taxa a 11,25% ao ano.

Nas últimas declarações públicas antes do período de silêncio, o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, e diretores da autarquia enfatizaram que a incerteza fiscal tem adicionado prêmios aos ativos e às expectativas. Um "choque fiscal positivo", entendido pelo mercado como uma medida estrutural para garantir a sustentabilidade das contas públicas, seria necessário para permitir juros menores, disseram.

Ao que tudo indica, esse choque dificilmente virá antes da decisão. Na noite de segunda, após uma reunião entre o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e os ministros Fernando Haddad (Fazenda), Rui Costa (Casa Civil), Simone Tebet (Planejamento), Esther Dweck (Gestão), Nísia Trindade (Saúde), Luiz Marinho (Trabalho) e Camilo Santana (Educação), a Fazenda informou em nota que o quadro fiscal do País foi "apresentado e compreendido".

Enquanto a indefinição permanece, a tendência é de que o Copom endureça o tom sobre a política fiscal no seu **comunicado**. As projeções do mercado já indicam que a taxa Selic terá de subir até 12,50% no fim do ciclo.

Mesmo assim, os economistas continuam aumentando as suas projeções para a **inflação** no horizonte relevante.

Site: <https://www.gazetadealagoas.com.br/edicao-digital>

Selic deve subir hoje a 11,25%; mercado conta com mais altas

E N Política monetária __ B1 e B2

Escalada do dólar, economia aquecida e risco fiscal pressionam juros, hoje em 10,75% ao ano. Projeção do mercado é de inflação em alta.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Selic deve subir hoje a 11,25%, e mercado já conta com novas altas

CÍCERO COTRIM BRASÍLIA

É praticamente unânime no mercado a expectativa de que o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central vai anunciar hoje um aumento de 0,5 ponto percentual para a Selic, para 11,25%, conforme pesquisa do Projeções Broadcast.

Mas, em meio ao aumento das desconfiças em relação ao risco fiscal - que fez, por exemplo, o dólar disparar nas últimas semanas -, há muitas dúvidas sobre os próximos passos da política monetária. Analistas têm falado em juros cada vez mais altos para que o BC consiga trazer a **inflação** para a meta.

Enquanto o mercado espera por um pacote de cortes de gastos (mais informações na pág.

B3), o temor fiscal levou a uma piora nas variáveis observadas pelo Copom desde a última reunião, em setembro. O dólar, por exemplo, saltou de R\$ 5,60 para a casa de R\$ 5,80.

No relatório Focus, uma compilação do BC das principais previsões do mercado financeiro, a mediana para a taxa Selic no fim do ciclo de alta passou de 11,5%, em 13 de setembro, para 12,5% no boletim divulgado na última segunda-feira. Mesmo assim, a projeção para a **inflação** acumulada em quatro trimestres até o segundo trimestre de 2026 continua em trajetória ascendente: de 3,81% para 3,86% - distante do centro da meta de **inflação**, de 3%.

"A grande questão nesta reunião (do Copom) é entender até onde o BC vai", diz o ex-diretor de Política Monetária do BC Luiz Fernando Figueiredo, hoje chairman da Jive Investments.

"Antes, se imaginava que ele iria até 12% ou 12,5% (para a Selic). Mas, com esse cenário de desemprego muito baixo, crescimento forte e dólar alto, parece que talvez a gente tenha de ir para 13% ou 13,5%. Ele (BC) provavelmente vai deixar claro, no **comunicado**, que vai ter de ir mais longe do que se pensava inicialmente." A explicação para esse ciclo mais longo, segundo Figueiredo, é a política fiscal expansionista e a incerteza sobre quando o crescimento dos gastos públicos vai desacelerar. Nas últimas semanas, o presidente do BC, Roberto Campos Neto, e outros membros do Copom deixaram claro em eventos

públicos que o ceticismo do mercado quanto ao futuro das contas públicas tem adicionado prêmios nas expectativas e nos preços de ativos, e que será necessário um "choque fiscal positivo" para reverter esse movimento.

"O BC só reage. O BC não é protagonista, ele é passageiro", diz Figueiredo.

COMUNICADO. O estrategistachefe da Warren Investimentos, Sergio Goldenstein, espera que o BC suba o tom dos seus comentários sobre a importância da política fiscal no **comunicado** de hoje. Ele explica que, desde que o Copom começou a aumentar a Selic, o movimento tem sido o oposto do que se espera em um ciclo de aperto: inclinação da curva de juros no mercado futuro, desvalorização do real e aumento das inflações implícitas (a expectativa de **inflação** futura embutida nos juros dos títulos vendidos no mercado). Sem o auxílio da política fiscal, a política monetária fica impotente para reverter essa situação.

"Se vier um pacote (de corte de gastos) muito bom, ao longo do tempo isso levaria a um ciclo muito menor do que o precificado pela curva (de juros futuros)", diz o analista, lembrando que os juros futuros indicam hoje um aumento da Selic para patamar entre 13,75% e 14% no fim do ciclo de alta. A Warren espera uma taxa de 12,5% no fim do ciclo, contando com uma desaceleração da economia e redução dos prêmios de risco ao longo do ano que vem.

Já o economista-chefe do Banco BV, Roberto Padovani, diz que toda a evolução do cenário nos últimos 45 dias aponta para aceleração do ritmo de aperto monetário a 0,5 ponto hoje. Ele espera um ciclo total de 2 pontos percentuais de alta, o que levaria a Selic a 12,5%. Mas também defende que o BC evite sinalizar um teto para a taxa, em meio às incertezas no cenário.

"A grande questão nesta reunião é entender até onde o BC vai. Antes, se imaginava que ele iria até 12% ou 12,5%. Mas, com esse cenário de desemprego muito baixo, crescimento forte e dólar alto, parece que talvez a gente tenha de ir para 13% ou 13,5%" Luiz Fernando Figueiredo, Ex-diretor de Política Monetária do BC e chairman da Jive Investments

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

"Juros terão de ir a 12,75% para inflação voltar à meta"

LUIZ GUILHERME GERBELLI

ENTREVISTA: Fernanda Guardado, Ex-diretora do Banco Central, Fernanda é chefe de pesquisa macroeconômica para América Latina do BNP Paribas

Ex-diretora do Banco Central e hoje chefe de pesquisa macroeconômica para América Latina do BNP Paribas, Fernanda Guardado calcula que a taxa básica de juros terá de ir a 12,75% ao ano para que o BC consiga levar a inflação à meta de 3% "em meados de 2026".

Na revisão de cenário divulgada na semana passada, o banco passou a prever quatro altas seguidas de 0,50 ponto porcentual para a Selic. Hoje, a taxa está em 10,75% ao ano. Em seu último encontro, o Comitê de Política Monetária (Copom) promoveu uma alta de 0,25 ponto porcentual - no primeiro aumento do terceiro mandato do governo Lula. A seguir, os principais trechos da entrevista: Como a sra. analisa a economia brasileira no atual momento? O crescimento surpreende, mas os ativos estão bastante deteriorados.

A economia tem apresentado um dinamismo surpreendente.

Começamos 2024 com uma projeção de crescimento de 2%, e revisamos para 3%.

Esse é o quarto ano consecutivo em que não apenas nós, mas a maior parte dos analistas econômicos - e até o próprio BC -, estamos revisando para cima as projeções. Os indicadores mais recentes que temos recebido mostram que esse dinamismo persiste. É uma notícia muito positiva ver o Brasil crescendo dessa maneira, mas há um lado preocupante, porque é um crescimento que se dá acima do potencial de crescimento da economia. E isso tem o potencial de manter acesos os riscos inflacionários.

E a preocupação com a questão fiscal e a expectativa pelas medidas de corte de gastos?

De fato, os riscos em relação ao cumprimento das metas fiscais, principalmente para 2025 e 2026, têm impactado negativamente os preços de ativos.

Não são apenas as dúvidas em relação ao atingimento

da meta, mas as diversas notícias e iniciativas que foram observadas nas últimas semanas que trabalhavam no sentido de maiores gastos, em um ambiente em que as metas fiscais são vistas como bastante desafiadoras e a trajetória da dívida/ PIB também é muito desafiadora.

Todas as notícias que traziam novas propostas de gastos - meritórias ou não - acabavam tendo esse impacto muito negativo na precificação dos ativos e na própria curva de juros do mercado, por conta desse questionamento sobre se haveria ou não alguma consolidação fiscal no horizonte.

E o governo consegue cumprir a meta fiscal deste ano?

Em 2024, o governo se aproxima da banda inferior. Ainda temos dúvidas se eles atingirão a banda inferior da meta fiscal, mas, para o ano que vem, nós vemos um cenário bastante desafiador.

Por quê?

Nós acreditamos que a arrecadação será mais baixa do que aquela que foi enviada no Orçamento.

Além disso, não está claro se a meta de poupança do governo com a contenção de fraudes vai de fato se verificar naquele tamanho. Por isso, essa notícia de um anúncio de um ajuste fiscal (o governo estuda limitar as principais despesas do Orçamento a um crescimento real de 2,5% ao ano) vai ser muito bem-vinda. Se o governo, de fato, anunciar um pacote nesse sentido, acho que tem o potencial para diminuir um pouco essa desconfiança em relação ao futuro da política fiscal.

É importante ver iniciativas nesse sentido, da contenção do crescimento dos gastos, principalmente quando se observa que algumas linhas do Orçamento, como a de gastos obrigatórios, têm crescido bastante acima da inflação.

Mas há algum tipo de exagero na reação do mercado?

Vimos, por exemplo, os juros futuros subindo a patamares muito elevados.

É sempre difícil fazer essa avaliação sobre se os

prêmios estão excessivos ou não. Os prêmios vão refletir a aversão maior ou menor ao risco que as pessoas que financiam a dívida pública estão dispostas a correr. Então, diante desse cenário em que ocorreram diversas propostas e iniciativas de maiores gastos, já num ambiente de percepção de que a dívida pública vai crescer de forma muito forte, é de se esperar que haja um aumento do prêmio pedido para horizontes mais longos na dívida pública.

É o que é. O mercado é o que é.

E como fica o BC nessa história?

Quais serão os próximos passos?

Já há bastante tempo, projetamos que o BC, nessa reunião de novembro (hoje), vai acelerar o ritmo (de alta) para 0,50 ponto porcentual. Acreditamos que eles vão fazer isso em novembro e em dezembro para garantir, com esse ritmo um pouco mais forte, que a política monetária aja no tempo hábil para trazer a **inflação** de volta para a meta em meados de 2026. Nós víamos que o ciclo continuaria até março. E nós ainda vemos. Mas agora esperamos que esse ritmo de 0,50 se repita também em janeiro e em março. Portanto, nós estamos revisando para cima a nossa Selic final para 12,75%.

Isso é suficiente para trazer a **inflação** para a meta em meados de 2026?

Isso, no terceiro trimestre de 2026. No modelo, é suficiente.

Mas, agora, sempre há condicionantes importantes por trás dessa projeção. Uma das condicionantes é que se parte do nível atual de câmbio, sem depreciações adicionais, além do que é o usual para esse tipo de exercício. Não vemos notícias positivas para o Banco Central até o final do ano, com a grande exceção do possível anúncio do pacote de contenção de gastos.

"Não vemos notícias positivas para o Banco Central até o final do ano, com a grande exceção do possível anúncio do pacote de contenção de gastos"

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Correções do regime fiscal não podem ser cosméticas (Editorial)

O governo prepara a segunda correção de rumos do novo regime fiscal, empurrado pela pressão da piora das contas públicas, pelo aumento dos juros futuros e pela maxidesvalorização do real.

Depois de adiar as metas originais - o governo Lula não precisará apresentar um superávit até o fim do mandato, usando o piso permitido -, procura-se corrigir alguns defeitos de concepção, como a indexação dos pisos de saúde e educação à evolução das receitas. Os efeitos negativos e a deterioração das contas públicas foram magnificados por um fator estranho ao regime fiscal: a concessão de aumentos reais para o salário mínimo, que indexa as despesas previdenciárias, as mais pesadas da União. O presidente Lula reinstituíu a regra de **inflação** mais o **PIB** de dois anos anteriores e não aceita abrir mão dela.

Com isso, forçou a equipe econômica a fazer contorcionismos para tentar conseguir um equilíbrio precário das contas, missão cujo sucesso está sob enorme desconfiança dos investidores.

O fim do novo sistema de reajuste real do mínimo por si só seria uma enorme ajuda à busca do superávit fiscal. Cálculos de dois economistas da ARX Investimentos, Gabriel Barros e Johann Soares, mostram que os gastos encolheriam R\$ 1,2 trilhão em 10 anos e R\$ 19 bilhões em 2025 com a extinção do mecanismo (Valor, ontem). Paulo Bijos, ex-secretário de Orçamento Federal e hoje consultor de orçamento da Câmara dos Deputados, tem cálculos parecidos - uma economia de R\$ 1,1 trilhão em 10 anos (Valor, idem).

A equipe econômica não tem muitas saídas além das que estão sendo divulgadas. Há a possibilidade remota de restringir a correção real do mínimo à variação permitida pelo novo regime fiscal, de 0,6% a 2,5%. No primeiro caso, a economia de recursos em relação ao sistema atual seria de R\$ 890 bilhões, de acordo com Bijos. No segundo, seria bem menor, porque o **PIB** tem crescido 3% nos últimos dois anos. De qualquer forma, a mudança afronta um veto do presidente ao assunto.

Os pisos constitucionais para educação e saúde, ao que tudo indica, perderão a indexação pelas receitas. Como o regime fiscal petista se baseia no aumento da

arrecadação, seu sucesso automaticamente eleva os gastos, o que é um contrassenso para quem leva a sério a necessidade de obter superávits. Segundo os economistas da ARX, os ganhos com a mudança não seriam grandes de imediato - R\$ 4,7 bilhões em 2025 -, mas expressivos a longo prazo, de R\$ 54,4 bilhões em 2034. Nos cálculos de Bijos, seria possível evitar despesas de R\$ 97 bilhões de 2026 a 2028 com essa medida. Cogitados pela equipe da Fazenda estão o aumento de 30% para 60% da parcela dos recursos do Fundeb contabilizada no piso da educação, que abriria espaço de R\$ 16,8 bilhões para despesas discricionárias. É desejo do governo, com projeto no Congresso, que 50% dos recursos das emendas de comissão se destinem à saúde, tornando disponíveis mais R\$ 7,7 bilhões. Essas mudanças, se realizadas em conjunto, melhorariam a alocação de recursos intraorçamento em R\$ 24,5 bilhões, mas não significam corte de despesas efetivo.

Uma reformulação do abono salarial, limitando o direito a recebê-lo a quem ganha um salário mínimo, e não mais dois, como é hoje, traria uma redução de gastos importante, de R\$ 20,5 bilhões em 2026. A evolução dos gastos com o Benefício de Prestação Continuada (BPC), que crescem muito e atingirão R\$ 107 bilhões este ano, seria submetida à regra do teto, além de ser objeto de mudanças nos critérios de concessão. Barros e Soares estimam que o número de beneficiários do abono cairia de 25 milhões de trabalhadores para 5 milhões. Restringir o seguro-desemprego e utilizar recursos das multas por demissão sem justa causa do FGTS poderia encolher as despesas em mais R\$ 10,4 bilhões já em 2025.

Além de tentar salvar o novo regime fiscal e cumprir as metas de 2025, que estão sob risco, as mudanças em estudo são importantes por outros motivos. A partir de 2027, os gastos com precatórios, de R\$ 50 bilhões anuais, hoje fora do cálculo das despesas por acordo com o Supremo Tribunal Federal, voltam a ser contabilizados normalmente. Da mesma forma, neste ano ou no seguinte, se as regras do regime fiscal não forem logo alteradas, o governo estará ameaçado de paralisia da máquina administrativa, pela expulsão das despesas discricionárias pelo crescimento veloz dos gastos obrigatórios.

O novo regime fiscal criou um mecanismo para conter a velocidade (não o crescimento) do endividamento

público e ao mesmo tempo aumentar acima da **inflação** as despesas públicas. Não está dando certo. A relação dívida/**PIB** deu um salto, e os pisos constitucionais vinculados às receitas produziram um desequilíbrio congênito e permanente. A disparada dos juros e do dólar pode ter convencido o presidente Lula de que terá de corrigir os rumos. A correção não poderá ser cosmética, sob pena de provocar uma reação dos mercados tão virulenta como a de quando as metas fiscais foram afrouxadas. Entre as formas mais rápidas de fazê-lo estão retirar o ganho real do salário mínimo e desvincular o mínimo da Previdência. O presidente não aceita caminhos como esses, mas a realidade deveria fazê-lo mudar de ideia.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188034?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188034?page=1§ion=1)**

Aprovado projeto que modifica regras de emendas parlamentares

Após meses de impasse, a Câmara dos Deputados aprovou ontem à noite, por 330 votos a 74, o texto-base do projeto de lei que cria novas regras para o pagamento de emendas parlamentares.

O texto, que agora irá ao Senado, é resultado de um acordo entre Congresso e Supremo Tribunal Federal (STF). Em agosto, o ministro Flávio Dino, do STF, suspendeu todos os pagamentos de emendas impositivas (ou seja, as que o governo federal) é obrigado a executar - até que fossem estabelecidos requisitos de transparência. A decisão do magistrado abriu uma crise entre os poderes.

O autor da proposta, cujo objetivo é conter a expansão do valor destinado a emendas nos últimos anos, é o deputado Rubens Pereira Júnior (PT-MA), um dos vice-líderes do governo de Luiz Inácio Lula da Silva na Câmara e aliado de Dino. Já o relator foi Elmar Nascimento (União Brasil-BA), indicado em meio às negociações para a sucessão de Arthur Lira (PP-AL) no comando da Casa.

O texto aprovado altera o método de atualização do valor das emendas a cada ano, define um limite para emendas de bancada e torna obrigatório que os autores das emendas Pix indiquem onde os recursos vão ser aplicados, o que hoje não acontece.

O projeto ainda autoriza o governo a congelar o pagamento de emendas para cumprir as metas fiscais, na mesma proporção das demais despesas discricionárias - ou seja, cuja execução está sujeita à avaliação do Executivo.

A versão inicial também previa prazo para o pagamento dos valores indicados pelos congressistas. O dispositivo acabou sendo retirado pelo relator.

Críticas Apesar da aprovação, alguns parlamentares afirmaram que o projeto não corrigirá todos os problemas de transparência, já que, no caso das emendas de comissões, não há obrigação expressa de apontar o parlamentar que fez a indicação, o que também é criticado por entidades de combate à corrupção.

- Houve alguma evolução nas emendas de bancada e nas emendas Pix. Mas a emenda de comissão continua a mesma coisa - alegou Adriana Ventura

(Novo-SP).

O valor reservado para emendas no orçamento de 2024 chega a cerca de R\$ 50 bilhões. Em 2014, o valor era de R\$ 6,1 bilhões. Com isso, as indicações dos congressistas, que há 10 anos correspondiam a 3,95% das despesas discricionárias, este ano vão representar em torno de 20%. _

O que muda

EMENDAS INDIVIDUAIS

Em 2025, o valor disponibilizado será de no máximo 2% da receita corrente líquida do ano anterior. A partir de 2026, será reajustado pela regra geral do arcabouço fiscal - ou seja, **inflação** mais variação de até 2,5%.

EMENDAS PIX

Neste tipo de emenda individual, os valores são transferidos diretamente aos caixas de Estados e prefeituras, sem a necessidade de convênios com o governo federal. Pelo texto, os autores das emendas terão de indicar onde o recurso vai ser aplicado, o que hoje não é obrigatório, e priorizar obras inacabadas. Já os beneficiários terão que informar a agência e conta bancária em que os valores serão depositados.

EMENDAS DE COMISSÕES

Em 2025, o valor será limitado a R\$ 11,5 bilhões. A partir de 2026, o teto será o valor do exercício anterior, atualizado pelo IPCA. As comissões terão que informar onde o valor será aplicado, mas não há obrigação de informar o parlamentar que indicou.

EMENDAS DE BANCADA

Cada Estado terá direito a um número máximo de emendas, de acordo com o tamanho da população, e os recursos deverão ser repassados prioritariamente para "projetos estruturantes". Em 2025, o valor será de no máximo 1% da receita corrente líquida do ano anterior. A partir de 2026, o valor também será reajustado pela regra do arcabouço.

Site: <https://flipzh.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/gruporbs/?numero=20241106&edicao=30523>

Câmara aprova projeto que promete dar transparência a emendas; texto vai ao Senado

G1

A Câmara dos Deputados aprovou ontem o projeto de lei que estabelece novas regras de transparência para o pagamento de emendas parlamentares. Foram 330 votos a favor e 74 contrários ao texto.

O projeto é fruto de uma série de reuniões entre os poderes para tentar cumprir uma exigência do Supremo Tribunal Federal (STF), a partir de decisão do ministro Flávio Dino.

O texto segue agora para o Senado, onde deve ser votado na próxima semana. Nos próximos dias, o Congresso sediará a Cúpula Parlamentar do G20 e, por isso, não haverá sessões.

Quando a etapa do Congresso foi concluída, o texto ainda terá de ser sancionado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para entrar em vigor.

Até lá, Dino deve manter a suspensão do pagamento das emendas que vigora desde agosto. Entidades afirmaram, no início da semana, que o texto colocado em votação não atende às exigências de transparência do STF.

Relator do projeto, o deputado Elmar Nascimento (UniãoBA) prevê para 2025 o pagamento de R\$ 11,5 bilhões em emendas não impositivas (ou seja, de pagamento não obrigatório).

A partir de 2026, o texto prevê que esse valor deve ser corrigido anualmente pela **inflação**.

Elmar Nascimento tentou emplacar a imposição de um calendário para o pagamento das emendas, mas o trecho foi retirado durante a tramitação.

Na proposta de Elmar, uma emenda teria até 120 dias para ser paga, mas o texto final não traz tempo limite.

Pelo projeto, as emendas deverão, prioritariamente, ser destinadas para o custeio de políticas públicas. Apesar de não haver obrigatoriedade, o autor do texto, deputado Rubens Pereira Júnior (PT-MA), afirmou que os deputados poderão ser cobrados a colaborar com projetos estruturantes estipulados pelo governo.

Os órgãos do executivo terão que publicar, até o dia

30 de setembro de cada ano, a lista de políticas públicas prioritárias a serem contempladas pelas emendas executadas no ano seguinte.

A lista deverá conter os projetos de investimento, as estimativas de custo e informações sobre sua execução física e financeira, além dos critérios adotados para a seleção dos investimentos em questão.

O governo poderá não executar emendas que: não tenham despesa compatível com sua finalidade; não tenham projeto de engenharia ou licença ambiental prévia, se não for comprovada a capacidade dos estados, do Distrito Federal ou dos municípios de fazerem a operação do projeto, sejam incompatíveis com a política pública desenvolvida pelo órgão responsável pela sua programação, como os Ministérios, por exemplo.

O projeto também limita a possibilidade de suspensão parcial ou total da execução de emendas, o chamado contingenciamento.

Caso aprovado, o contingenciamento só poderá ser feito "até a mesma proporção aplicada às demais despesas discricionárias".

EMENDAS DE BANCADA ESTADUAL O projeto aprovado prevê que as emendas definidas por deputados de um mesmo estado, as chamadas emendas de bancada estadual, só poderão ser destinadas para investimentos estruturantes, no caso, grandes obras ou "empreendimentos de grande vulto".

Cada bancada estadual terá direito a até 8 emendas..

Site: <https://www.gazetadealagoas.com.br/edicao-digital>

GT do "spread" bancário limita foco para tentar avançar

A primeira reunião do Grupo de Trabalho (GT) Interministerial do Spread Bancário, instalado formalmente ontem, foi mais de organização e definição das agendas de trabalho. Em um encontro definido por participantes como amistoso, grandes bancos, fintechs, indústria e até sindicatos tentaram afunilar a agenda de propostas, aproveitando projetos já em andamento para avançar com medidas concretas de curto e médio prazo.

O secretário-executivo do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável (CDESS, o chamado "Conselhão"), Paulo Pereira, afirmou ao Valor que as questões tratadas são bastante complexas, mas alegou que já há muito debate e até mesmo projetos nessa área.

Segundo Pereira, o governo já teve outras iniciativas de contato direto e constante com o setor bancário, mas o diferencial desta vez é o foco bastante concreto em como reduzir o spread. "Queremos entender o que podemos resolver da porta para dentro, com regulamentação administrativa, e quais temas precisam de prioridade na agenda estratégica de relação do governo com o Legislativo." O chefe do Conselhão disse que, apesar de serem discussões estruturais, que demandam tempo, já há um amplo debate na sociedade sobre muitos pontos. "Já temos muitos projetos bem feitos, estruturados, o governo tem muitas iniciativas nesse campo. Estamos mapeando onde existe consenso, para melhorar e avançar no que for necessário." Segundo ele, essa priorização também ajudará a convencer Legislativo e Judiciário das eventuais mudanças necessárias.

Pereira disse ainda que o GT vai convidar representantes do Banco Central para participar das próximas reuniões e reconheceu que o grupo não deve gerar grande inovação. "Não vamos ter invenções gigantescas, é mais priorizar o que já foi construído nos últimos meses, dar destaques para algumas pautas." Questionado sobre alguns pontos de divergência entre o governo e o setor bancário, como o teto de juros no consignado **INSS** ou a proposta de extinguir o saque-aniversário do **FGTS**, o secretário disse que esses assuntos ainda não surgiram, mas que serão tratados. "Seguramente teremos divergências, os membros do GT não vão concordar em tudo. Mas isso ainda não se apresentou, nesse primeiro encontro focamos em debater sobre

competitividade, como fazer para que o mercado tenha mais atores, instrumentos que ampliem a oferta de crédito." O presidente da Febraban, Isaac Sidney, aproveitou a reunião para alertar contra eventuais intervenções no mercado. Ele não citou nenhum caso específico, mas deu um recado ao governo e ao Congresso, ao cobrar também uma redução da carga tributária ao setor. "Criticar é a parte mais fácil, mas o grande desafio é enfrentarmos as causas dos juros altos praticados no crédito", disse Sidney. "A redução do spread não depende apenas de um ato voluntário dos bancos ou da indústria financeira, ou, muito menos, de intervenções na formação de preços, como tetos, por exemplo", complementou.

Segundo ele, é preciso "fugir de iniciativas como intervenções artificiais na formação de preços dos produtos bancários, que geram distorções, causando ineficiência, e, ao contrário, prejudicam os que mais precisam de crédito". Para Sidney, ou se enfrenta a estrutura de custos do crédito "ou vamos jogando cada vez mais a sujeira para debaixo do tapete com medidas que não atacam efetivamente a causa".

O setor e o governo vivem um embate no âmbito do Conselho Nacional de **Previdência Social** (CNPS), que determina o teto de juros no consignado **INSS** e é presidido pelo ministro da Previdência, Carlos Lupi. O órgão reduziu o teto de juros em linha com a queda da Selic, apesar de os bancos terem defendido que o ideal era usar como referência a curva de juros de dois anos. Agora que a Selic voltou a subir, o CNPS ignorou o movimento e manteve o teto de juros estável.

Outro ponto de atrito é que o ministro do Trabalho, Luiz Marinho, quer acabar com o **saque-aniversário** do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**) e, conseqüente, as linhas de antecipação desse saque oferecidas pelos bancos.

Desde o início do atual governo ele vem dizendo que isso retira recursos do **FGTS**. A ideia de Marinho é fazer uma troca, acabando com a antecipação do **FGTS** e criando o chamado e Consignado.

Para um participante do encontro, o desafio de ter uma agenda muito ampla foi pontuado por diversos representantes. "Acho que ter um prazo até março ajuda, porque senão fica uma discussão sem fim."

Enquanto a pauta de redução dos depósitos compulsórios pode interessar mais os grandes bancos, fintechs bateram na tecla do incentivo a competitividade, incluindo com o compartilhamento mais amplo de algumas bases de dados que já existem atualmente.

Em sua fala, Sidney ainda afirmou que é preciso "colocar o dedo em algumas feridas, como a carga tributária, direta e indireta, que responde por 22% do spread bancário e, por isso, temos de discutir como reduzir a cunha fiscal sobre as operações de crédito".

Ele defendeu ainda dar maior efetividade na implantação do marco legal de garantias.

"Redução do spread não depende de um ato voluntário dos bancos e muito menos de intervenções"
Isaac Sidney

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188034>

Dólar e juros recuam em sessão volátil

Arthur Cagliari, Gabriel Caldeira, Maria Fernanda Salinet, Bruna Furlani e Eduardo Magossi De São Paulo

Novas reuniões entre ministros de várias pastas e o chefe da equipe econômica, Fernando Haddad, estiveram no foco dos agentes na sessão de ontem, em um pregão marcado pela forte volatilidade, com investidores à espera do resultado das eleições nos Estados Unidos. A moeda americana voltou a perder a força contra o real, ao mesmo tempo em que os juros futuros recuaram e o Ibovespa teve leve alta.

O dólar comercial fechou em queda de 0,63%, cotado a R\$ 5,7464. Mesmo sem grandes alterações nas pesquisas eleitorais, que voltaram a indicar um favoritismo do candidato republicano Donald Trump, um recuo no chamado "Trump trade" deu espaço para mais uma sessão de dólar depreciado contra a maioria das moedas mais líquidas.

Também houve queda em boa parte dos rendimentos dos Treasuries (títulos do Tesouro americano).

No fim do pregão, o índice DXY, que mede a força do dólar contra uma cesta de seis moedas de mercados desenvolvidos, caía 0,42%, aos 103,445 pontos.

O economista-chefe da Porto Asset, Felipe Sichel, diz que o resultado das votações pode surpreender nas duas direções e que os próximos dias podem ser marcados por movimentos mais bruscos. "Passado o evento das eleições, poderemos ver uma volatilidade mais baixa no mercado de câmbio, mas é preciso considerar que, caso o ex-presidente Donald Trump seja reeleito, as medidas do programa de governo dele, que são medidas de aumento de tarifas e expansão fiscal, tendem a fortalecer o dólar global em médio e longo prazo", afirma o executivo.

Para além de um movimento de enfraquecimento do dólar na sessão, a antecipação da reunião entre Haddad e os demais ministros do governo foi vista como o "empurrão adicional" para melhorar a performance dos ativos locais, a partir do início da tarde de ontem.

No fim do pregão, a taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) com vencimento de janeiro de 2026 anotou uma queda de 12,89%, do ajuste anterior, a 12,815%; e a do DI de janeiro de 2031 cedeu de 12,975% a 12,86%.

Para Huang Seen, diretor de renda fixa da Schroders

no Brasil, o noticiário indica que algumas medidas de cortes de gastos devem sair ainda nesta semana, passadas as eleições nos Estados Unidos e antes da decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC), em que a maior parte dos agentes financeiros espera uma alta de 0,50 ponto na Selic.

A forte oscilação no mercado local ocorreu em linha com o desempenho visto nos mercados dos Estados Unidos. O dia começou com uma subida nos rendimentos dos Treasuries, à medida que o candidato republicano Donald Trump voltou à liderança nas casas de apostas. Porém, o forte resultado de um leilão de títulos de 10 anos no meio da tarde fez com que a alta dos rendimentos fosse apagada em grande parte dos vencimentos.

A taxa da T-Note de 2 anos subiu de 4,170% para 4,189%, enquanto a do papel de 10 anos passou de 4,289% para 4,285%.

A sessão também foi mais positiva para os índices americanos.

O Nasdaq avançou 1,43%, da mesma forma que o S P e Dow Jones tiveram alta de 1,23% e de 1,02%, respectivamente.

O Ibovespa, por sua vez, terminou a sessão em leve alta de 0,11%, aos 130.661 pontos. Para o estrategista-chefe da RB Investimentos, Gustavo Cruz, a bolsa brasileira pode ter uma reação mais positiva se a democrata ganhar pela ausência de ruptura.

Algumas ações, porém, poderiam sofrer um pouco mais no caso de uma vitória. Cruz afirma que frigoríficos, como Marfrig e JBS, por exemplo, ficariam em uma situação mais difícil devido ao aumento de **impostos** para empresas citado por Kamala. Ele lembra que a candidata também é contra o monopólio na indústria alimentícia, o que pode impactar empresas como a Ambev.

Já se o candidato republicano levar a melhor, o profissional da RB diz que siderúrgicas, como CSN, Gerdau e Usiminas, poderiam ser mais afetadas negativamente.

"Trump propõe fazer mudanças muito grandes que não impactam só os EUA", avalia o estrategista.

"Os EUA não têm nenhum atrito com o Brasil, mas o país pode receber alguma tarifa de importação de aço,

e alguma empresa pode ser prejudicada por isso."

R\$ 5,74 foi o dólar no fechamento de ontem

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188034>

Trump vence, como será o segundo mandato?

Donald Trump é o vencedor das eleições presidenciais nos EUA se tornando o 47º presidente do país.

A vitória de Trump foi confirmada assim que os Estados de Wisconsin e Alasca divulgaram o resultado final da apuração dando ao republicano 13 cadeiras adicionais garantindo 279 assentos e maioria no Colégio Eleitoral.

Se antecipando à divulgação do resultado final, Donald Trump fez, na manhã de quarta-feira (06/11), discurso de agradecimento aos eleitores se declarando vencedor.

Falando em um centro de convenções na Flórida, Trump disse que era uma honra extraordinária receber do povo americano o poderoso mandato que lhe tornava o 47º presidente dos Estados Unidos, depois de já ter sido o 45º.

A vitória de Trump ficou mais evidente após confirmação do resultado favorável ao republicano nos Estados-chave da Pensilvânia e Geórgia, considerados indefinidos nas últimas pesquisas de opinião antes do pleito.

A candidata democrata, Kamala Harris, conseguiu apenas 223 cadeiras até o momento de publicação desta reportagem.

Ainda permaneciam 4 Estados por confirmar, com um total de 37 cadeiras no Colégio Eleitoral. Destes, Trump lidera com boa margem em 3 deles o que garantiriam ao republicano outros 32 assentos no Colégio Eleitoral.

Mas o que se pode esperar de um segundo mandato de Trump na Presidência?

Seu primeiro mandato, entre 2017 e 2020, pode ser um bom indicador de como vai ser o segundo - que começa em 20 de janeiro de 2025.

Trump deve continuar de onde parou em 2020, no final de seu primeiro mandato presidencial.

Um projeto inacabado é o fechamento da fronteira sul dos EUA e a construção de um muro - uma política que marcou seu primeiro mandato.

Na época, ele não conseguiu obter a aprovação do Congresso para o financiamento necessário para construir o muro conforme previsto.

Agora, os republicanos conquistaram o Senado e podem também garantir maioria na Câmara dos Representantes (até o momento da publicação desta matéria os republicanos lideravam a apuração para a Câmara com 200 dos 218 assentos necessários para obter maioria), dando a Trump uma confortável liderança para aprovação de seus projetos como a construção do muro, uma das promessas de campanha.

Também é provável que Trump conte com apoio do Congresso para o seu plano de fazer uma deportação em massa de imigrantes que não tenham visto para morar nos EUA.

De acordo com estimativas do Pew Research Center, havia cerca de 11 milhões de imigrantes não autorizados nos EUA em 2022, embora Trump tenha afirmado ao longo da campanha que o número seria muito maior.

Especialistas alertaram que qualquer deportação em massa seria custosa e difícil de implementar, e poderia ter efeitos negativos em certas áreas da economia nas quais o trabalho de imigrantes tem um papel fundamental.

Quando Trump aceitou a nomeação do Partido Republicano como candidato presidencial, em julho, ele prometeu acabar com a devastadora crise inflacionária imediatamente, reduzir as taxas de juros e diminuir o custo da energia.

Ele quer prorrogar os cortes de **impostos** que promulgou em 2017, que devem expirar em 2025.

Essa foi a maior **reforma tributária** em décadas, que Trump alegava que tinha o objetivo de simplificar o código tributário e promover o crescimento e o investimento.

No entanto, os maiores cortes beneficiaram empresas e ricos, algo que os democratas queriam reverter.

Também se espera que Trump reduza ainda mais os **impostos** sobre lucros das empresas, para 15%, e

elimine **impostos** sobre gorjetas e pagamentos de **previdência social** para aposentados.

Trump também quer expandir os trabalhos de perfuração para exploração de petróleo, pois acredita que isso reduziria os custos de energia, embora analistas estejam céticos.

Ele também disse que planeja criar **impostos** de 10% a 20% sobre a maioria dos produtos estrangeiros, com as importações da China sofrendo o impacto de 60%.

Muitos economistas alertaram, no entanto, que tais medidas acabarão sendo pagas pelos consumidores americanos na forma de preços mais altos.

Em seu primeiro mandato, Trump iniciou uma guerra comercial com Pequim, acusando a China de práticas comerciais desleais e roubo de propriedade intelectual.

No entanto, a composição do Congresso dos EUA, sem dúvida, vai determinar se Trump será capaz de realizar as políticas que prometeu da maneira que deseja. Se as últimas apurações confirmarem as tendências observadas, pode ser que os republicanos assumam o controle das duas casas, dando a Trump um confortável mandato em relação à aprovação de projetos da Presidência.

Vale lembrar que no início do primeiro mandato de Trump como presidente, entre os anos de 2017-2019, os republicanos também tinham o controle do Senado e da Câmara.

Mas naquela época, como um novato em Washington, Trump era visto como desconhecedor do funcionamento do Congresso e isso prejudicou sua capacidade de aproveitar a vantagem republicana de estar na Casa Branca e ter maioria no Congresso para obter grandes vitórias políticas, disseram analistas políticos na época.

Se confirmada a maioria republicana em ambas as casas do Congresso nessas eleições de 2024, o governo Trump provavelmente buscará uma legislação que inclua apoio para, entre outras coisas, segurança de fronteira, conclusão do muro e cortes de **impostos**.

A revogação do direito ao aborto nos Estados Unidos é uma das maiores conquistas políticas da agenda republicana executada por Donald Trump durante o seu primeiro governo, mas durante a campanha de 2024 tornou-se uma espécie de campo minado eleitoral para ele.

Durante seu primeiro mandato, Trump indicou três juízes da Suprema Corte que foram essenciais para anular o direito constitucional ao aborto, a decisão de

1973 conhecida como Roe v. Wade.

Esta nova maioria conservadora revogou em 2022 o direito ao aborto no nível federal (em vigor desde 1973), que era precisamente um dos objetivos que o político republicano tinha proposto com estas nomeações.

Esta mudança teve consequências. Atualmente, existem 14 Estados em que há proibição total ou quase total do aborto e há outros três Estados em que só é permitido antes da sexta semana de gravidez, altura em que é comum que as mulheres nem tenham descoberto que estão grávidas.

Devido a estas proibições, houve casos de mulheres que morreram porque os médicos não lhes prestaram os cuidados de saúde necessários, por medo de serem processados criminalmente.

Estas medidas levaram a reveses políticos para os republicanos, que perderam várias eleições locais desde 2022, mesmo em Estados tradicionalmente conservadores, onde a maioria dos eleitores considerou que as restrições impostas ao aborto foram longe demais.

Isto obrigou Trump a buscar uma espécie de equilíbrio durante a campanha.

Durante o debate televisivo de setembro com Kamala Harris, ele disse que não assinaria uma proibição federal ao aborto, pois não há razão para assinar a proibição porque conseguimos o que todos queriam, de acordo com suas palavras.

Ele criticou a legislação da Flórida que proíbe aborto após a sexta semana de gravidez, mas também disse que se opõe a uma iniciativa eleitoral para restabelecer o direito ao aborto naquele Estado.

Embora possa parecer que seu posicionamento como presidente seja uma incógnita devido a essa moderação de campanha, a postura de apontar nomes conservadores para cargos no Judiciário e em órgãos públicos deve continuar a todo vapor - como mostra o chamado Projeto 2025.

Batizado de Projeto 2025 e elaborado pela fundação conservadora Heritage Foundation, o projeto é um plano com mais de 900 páginas que prevê uma série de mudanças na estrutura de governo americana que podem afetar o país para muito além dos quatro anos de mandato de Trump.

O plano prevê a demissão de milhares de **servidores públicos** de carreira, o aumento de **cargos de confiança** - ou seja, cargos ocupados por indicação

política -, a expansão dos poderes do presidente, o desmantelamento do Departamento de Educação (equivalente a ministério) e de outras agências do governo federal, além de cortes de **impostos**.

A Heritage Foundation divulgou seu plano em abril do ano passado.

O Projeto 2025 propõe colocar toda a burocracia federal - incluindo agências independentes, como o Departamento de Justiça - diretamente sob controle do presidente.

Essa ideia polêmica é conhecida como teoria do Executivo unitário e seus defensores dizem que isso agilizará o processo de tomada de decisões.

O plano também propõe a eliminação da estabilidade no trabalho para milhares de servidores do governo, que poderiam ser substituídos por indicados políticos.

O documento classifica o FBI como uma organização inflada, arrogante e cada vez mais fora da lei - e pede uma reforma drástica nesta e em outras agências federais.

Críticos do projeto afirmam que ele vai politizar áreas que deveriam ser técnicas e ampliar demais o poder do presidente, ameaçando o equilíbrio entre os três poderes e a própria democracia.

Em política externa, o segundo mandato de Trump provavelmente se assemelhará ao primeiro - afastando os EUA de conflitos em outras partes do mundo.

Ele disse que acabará com a guerra na Ucrânia dentro de 24 horas por meio de um acordo negociado com a Rússia, um movimento que os democratas dizem que fortalecerá o presidente russo, Vladimir Putin.

Trump se posicionou como um firme apoiador de Israel, mas disse pouco sobre como acabaria com a guerra em Gaza.

Vejo a Presidência de Trump marcada pelo isolacionismo e unilateralismo que oferece pouco além de um aprofundamento da instabilidade global, diz Martin Griffiths, um mediador de conflitos e ex-Subsecretário-Geral da ONU para Assuntos Humanitários e Coordenador de Resposta a Emergências

Jamie Shea, ex-oficial da Otan e agora professor de estratégia e segurança na Universidade de Exeter, acha que o estilo do primeiro mandato do presidente Trump foi disruptivo, mas em termos de substância, houve muita continuidade.

Ele não se retirou da Otan, não retirou as tropas dos EUA da Europa e foi o primeiro presidente dos EUA a dar armas letais à Ucrânia.

Donald Trump é o segundo presidente na história do país a cumprir dois mandatos não consecutivos.

O anterior foi Grover Cleveland, que esteve no cargo entre 1885 e 1889, não conseguiu ser reeleito e quatro anos depois obteve um novo mandato, que exerceu entre 1893 e 1897.

Donald Trump é o vencedor das eleições presidenciais nos EUA se tornando o 47º presidente do país.

A vitória de Trump foi confirmada assim que os Estado de Wisconsin e Alasca divulgaram o resultado final da apuração dando ao republicano 13 cadeiras adicionais garantindo 279 assentos e maioria no Colégio Eleitoral.

Se antecipando à divulgação do resultado final, Donald Trump fez, na manhã de quarta-feira (06/11), discurso de agradecimento aos eleitores se declarando vencedor.

Falando em um centro de convenções na Flórida, Trump disse que era uma honra extraordinária receber do povo americano o poderoso mandato que lhe tornava o 47º presidente dos Estados Unidos, depois de já ter sido o 45º.

A vitória de Trump ficou mais evidente após confirmação do resultado favorável ao republicano nos Estados-chave da Pensilvânia e Geórgia, considerados indefinidos nas últimas pesquisas de opinião antes do pleito.

A candidata democrata, Kamala Harris, conseguiu apenas 223 cadeiras até o momento de publicação desta reportagem.

Ainda permaneciam 4 Estados por confirmar, com um total de 37 cadeiras no Colégio Eleitoral. Destes, Trump lidera com boa margem em 3 deles o que garantiriam ao republicano outros 32 assentos no Colégio Eleitoral.

Mas o que se pode esperar de um segundo mandato de Trump na Presidência?

Seu primeiro mandato, entre 2017 e 2020, pode ser um bom indicador de como vai ser o segundo - que começa em 20 de janeiro de 2025.

Trump deve continuar de onde parou em 2020, no final de seu primeiro mandato presidencial.

Um projeto inacabado é o fechamento da fronteira sul dos EUA e a construção de um muro - uma política que marcou seu primeiro mandato.

Na época, ele não conseguiu obter a aprovação do Congresso para o financiamento necessário para construir o muro conforme previsto.

Agora, os republicanos conquistaram o Senado e podem também garantir maioria na Câmara dos Representantes (até o momento da publicação desta matéria os republicanos lideravam a apuração para a Câmara com 200 dos 218 assentos necessários para obter maioria), dando a Trump uma confortável liderança para aprovação de seus projetos como a construção do muro, uma das promessas de campanha.

Também é provável que Trump conte com apoio do Congresso para o seu plano de fazer uma deportação em massa de imigrantes que não tenham visto para morar nos EUA.

De acordo com estimativas do Pew Research Center, havia cerca de 11 milhões de imigrantes não autorizados nos EUA em 2022, embora Trump tenha afirmado ao longo da campanha que o número seria muito maior.

Especialistas alertaram que qualquer deportação em massa seria custosa e difícil de implementar, e poderia ter efeitos negativos em certas áreas da economia nas quais o trabalho de imigrantes tem um papel fundamental.

Quando Trump aceitou a nomeação do Partido Republicano como candidato presidencial, em julho, ele prometeu acabar com a devastadora crise inflacionária imediatamente, reduzir as taxas de juros e diminuir o custo da energia .

Ele quer prorrogar os cortes de **impostos** que promulgou em 2017, que devem expirar em 2025.

Essa foi a maior **reforma tributária** em décadas, que Trump alegava que tinha o objetivo de simplificar o código tributário e promover o crescimento e o investimento.

No entanto, os maiores cortes beneficiaram empresas e ricos, algo que os democratas queriam reverter.

Também se espera que Trump reduza ainda mais os **impostos** sobre lucros das empresas, para 15%, e elimine **impostos** sobre gorjetas e pagamentos de **previdência social** para aposentados.

Trump também quer expandir os trabalhos de

perfuração para exploração de petróleo, pois acredita que isso reduziria os custos de energia, embora analistas estejam céticos.

Ele também disse que planeja criar **impostos** de 10% a 20% sobre a maioria dos produtos estrangeiros, com as importações da China sofrendo o impacto de 60%.

Muitos economistas alertaram, no entanto, que tais medidas acabarão sendo pagas pelos consumidores americanos na forma de preços mais altos.

Em seu primeiro mandato, Trump iniciou uma guerra comercial com Pequim, acusando a China de práticas comerciais desleais e roubo de propriedade intelectual.

No entanto, a composição do Congresso dos EUA, sem dúvida, vai determinar se Trump será capaz de realizar as políticas que prometeu da maneira que deseja. Se as últimas apurações confirmarem as tendências observadas, pode ser que os republicanos assumam o controle das duas casas, dando a Trump um confortável mandato em relação à aprovação de projetos da Presidência.

Vale lembrar que no início do primeiro mandato de Trump como presidente, entre os anos de 2017-2019, os republicanos também tinham o controle do Senado e da Câmara.

Mas naquela época, como um novato em Washington, Trump era visto como desconhecedor do funcionamento do Congresso e isso prejudicou sua capacidade de aproveitar a vantagem republicana de estar na Casa Branca e ter maioria no Congresso para obter grandes vitórias políticas, disseram analistas políticos na época.

Se confirmada a maioria republicana em ambas as casas do Congresso nessas eleições de 2024, o governo Trump provavelmente buscará uma legislação que inclua apoio para, entre outras coisas, segurança de fronteira, conclusão do muro e cortes de **impostos**.

A revogação do direito ao aborto nos Estados Unidos é uma das maiores conquistas políticas da agenda republicana executada por Donald Trump durante o seu primeiro governo, mas durante a campanha de 2024 tornou-se uma espécie de campo minado eleitoral para ele.

Durante seu primeiro mandato, Trump indicou três juízes da Suprema Corte que foram essenciais para anular o direito constitucional ao aborto, a decisão de 1973 conhecida como Roe v. Wade.

Esta nova maioria conservadora revogou em 2022 o direito ao aborto no nível federal (em vigor desde

1973), que era precisamente um dos objetivos que o político republicano tinha proposto com estas nomeações.

Esta mudança teve consequências. Atualmente, existem 14 Estados em que há proibição total ou quase total do aborto e há outros três Estados em que só é permitido antes da sexta semana de gravidez, altura em que é comum que as mulheres nem tenham descoberto que estão grávidas.

Devido a estas proibições, houve casos de mulheres que morreram porque os médicos não lhes prestaram os cuidados de saúde necessários, por medo de serem processados criminalmente.

Estas medidas levaram a reveses políticos para os republicanos, que perderam várias eleições locais desde 2022, mesmo em Estados tradicionalmente conservadores, onde a maioria dos eleitores considerou que as restrições impostas ao aborto foram longe demais.

Isto obrigou Trump a buscar uma espécie de equilíbrio durante a campanha.

Durante o debate televisivo de setembro com Kamala Harris, ele disse que não assinaria uma proibição federal ao aborto, pois não há razão para assinar a proibição porque conseguimos o que todos queriam, de acordo com suas palavras.

Ele criticou a legislação da Flórida que proíbe aborto após a sexta semana de gravidez, mas também disse que se opõe a uma iniciativa eleitoral para restabelecer o direito ao aborto naquele Estado.

Embora possa parecer que seu posicionamento como presidente seja uma incógnita devido a essa moderação de campanha, a postura de apontar nomes conservadores para cargos no Judiciário e em órgãos públicos deve continuar a todo vapor - como mostra o chamado Projeto 2025.

Batizado de Projeto 2025 e elaborado pela fundação conservadora Heritage Foundation, o projeto é um plano com mais de 900 páginas que prevê uma série de mudanças na estrutura de governo americana que podem afetar o país para muito além dos quatro anos de mandato de Trump.

O plano prevê a demissão de milhares de **servidores públicos** de carreira, o aumento de **cargos de confiança** - ou seja, cargos ocupados por indicação política -, a expansão dos poderes do presidente, o desmantelamento do Departamento de Educação (equivalente a ministério) e de outras agências do governo federal, além de cortes de **impostos**.

A Heritage Foundation divulgou seu plano em abril do ano passado.

O Projeto 2025 propõe colocar toda a burocracia federal - incluindo agências independentes, como o Departamento de Justiça - diretamente sob controle do presidente.

Essa ideia polêmica é conhecida como teoria do Executivo unitário e seus defensores dizem que isso agilizará o processo de tomada de decisões.

O plano também propõe a eliminação da estabilidade no trabalho para milhares de servidores do governo, que poderiam ser substituídos por indicados políticos.

O documento classifica o FBI como uma organização inflada, arrogante e cada vez mais fora da lei - e pede uma reforma drástica nesta e em outras agências federais.

Críticos do projeto afirmam que ele vai politizar áreas que deveriam ser técnicas e ampliar demais o poder do presidente, ameaçando o equilíbrio entre os três poderes e a própria democracia.

Em política externa, o segundo mandato de Trump provavelmente se assemelhará ao primeiro - afastando os EUA de conflitos em outras partes do mundo.

Ele disse que acabará com a guerra na Ucrânia dentro de 24 horas por meio de um acordo negociado com a Rússia, um movimento que os democratas dizem que fortalecerá o presidente russo, Vladimir Putin.

Trump se posicionou como um firme apoiador de Israel, mas disse pouco sobre como acabaria com a guerra em Gaza.

Vejo a Presidência de Trump marcada pelo isolacionismo e unilateralismo que oferece pouco além de um aprofundamento da instabilidade global, diz Martin Griffiths, um mediador de conflitos e ex-Subsecretário-Geral da ONU para Assuntos Humanitários e Coordenador de Resposta a Emergências

Jamie Shea, ex-oficial da Otan e agora professor de estratégia e segurança na Universidade de Exeter, acha que o estilo do primeiro mandato do presidente Trump foi disruptivo, mas em termos de substância, houve muita continuidade.

Ele não se retirou da Otan, não retirou as tropas dos EUA da Europa e foi o primeiro presidente dos EUA a dar armas letais à Ucrânia.

Donald Trump é o segundo presidente na história do país a cumprir dois mandatos não consecutivos.

O anterior foi Grover Cleveland, que esteve no cargo entre 1885 e 1889, não conseguiu ser reeleito e quatro anos depois obteve um novo mandato, que exerceu entre 1893 e 1897.

Site:

<https://www.correiobraziliense.com.br/mundo/2024/11/6981861-trump-vence-como-sera-o-segundo-mandato.html>

Comércio Brasil-EUA vai ter impacto de eleição

Marta Watanabe, Camila Zarur e Paula Martini De São Paulo e Rio

Dependendo do resultado da disputa entre Kamala Harris e Donald Trump, o comércio bilateral entre Brasil e os EUA pode sofrer impactos diferentes, embora não deva ser alvo de medida americana específica. Com Kamala ou Trump, porém, o embate EUA-China deve seguir acirrado e seus efeitos sobre os diversos setores exportadores tendem a ser heterogêneos.

No caso de Trump um dos principais receios é o aumento geral no imposto das importações. Parte da campanha do candidato republicano, a elevação de tarifa pode reduzir o volume de comércio global ou provocar desvalorização cambial. Há quem receie que isso provoque uma "espiral de tarifas e retaliações", embora ainda não se saiba o que foi "barulho" de campanha e o que seria a administração de fato de Trump.

Kamala não traz preocupação em relação a aumento de tarifas disparado para todos os lados, mas se seu governo seguir as diretrizes de Joe Biden, atual presidente dos EUA e com quem a candidata foi eleita como vice, manterá medidas duras de proteção contra produtos chineses e uma política de defesa da indústria americana.

Com Kamala ou Trump, China e EUA continuarão protagonizando intensa disputa geopolítica e o Brasil se manterá tentando se equilibrar, para alargar suas relações com a China e se aproximar dos americanos. Os efeitos no comércio exterior devem ser heterogêneos.

Ao mesmo em que medidas de proteção comercial podem prejudicar exportações intrafirma que existem em razão do estoque de investimentos americanos no Brasil, o maior entre os estrangeiros, a disputa sino-americana pode seguir beneficiando a exportação agropecuária brasileira, ainda que o aumento do protecionismo não seja considerado o melhor cenário para o comércio global.

Essas são as principais avaliações de especialistas ouvidos pelo Valor.

"Teoricamente, do ponto de vista político, seria melhor

para o governo Lula a vitória de Kamala, já que o próprio presidente fez declarações apoiando a candidata", diz José Augusto de Castro, presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB).

Do ponto de vista das relações comerciais, a preocupação, aponta, é a promessa de campanha de Trump de elevar a tarifa de importações em pelo menos 10% de forma geral, linear, e em 60% sobre produtos chineses.

"Essa medida conteria o crescimento mundial, com impacto no consumo das commodities e queda do comércio. Haveria um processo de adaptação com redução de comércio para todos.

Mas é preciso lembrar que o mundo está em transição e uma série de fatores serão ajustados." Para Sergio Vale, economistachefe da MB Associados, o aumento de tarifas linear prometido por Trump pode afetar o Brasil via câmbio. "Já há uma depreciação de câmbio nos últimos dias devido ao receio do governo Trump. Neste momento a depreciação é mais pela percepção de risco do que significa um governo Trump do ponto de vista geral de gestão de política econômica, especialmente na política fiscal americana." Mas se Trump ganhar, essa preocupação com a taxa de câmbio pode permanecer nos próximos anos.

Para Vale, qualquer que seja o resultado da eleição americana, não deve haver, no campo comercial, medida específica para o Brasil.

"Não deve haver medida específica contra o Brasil, apesar das divergências políticas que existirão no caso da eleição de Trump, em relação ao governo Lula." Outra coisa que não muda, com Trump ou Kamala, é a disputa por hegemonia política entre EUA e China, diz Livio Ribeiro, sócio da BRCG e pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre).

"Porque essa é uma contraposição de Estados, não de governo." "Trump faz mais barulho. O que é diferente de dizer que num governo Kamala você teria uma postura mais neutra, mais pró-China.

Trump terá políticas que vão ser percebidas como mais agressivas na largada, como taxaço geral, taxaço específica contra a China, mas, no fim do dia,

é muito mais barulho do que, objetivamente, uma coisa que trabalhe em uma frequência muito superior", diz.

Para Welber Barral, sócio da BMJ e ex-secretário de Comércio Exterior, aumento generalizado da tarifa de importação, como promete Trump, pode afetar produtos manufaturados brasileiros.

Outra questão, segundo Barral, é que o Brasil concorre com os EUA na exportação de produtos agropecuários tendo a China como destino. Ele lembra que durante o mandato anterior de Trump o conflito entre EUA e China se acirrou e isso fez com que os chineses passassem a comprar mais produtos agrícolas do Brasil, como a soja.

Para o cientista político Hussein Kalout, uma eleição de Trump tende a ter um impacto mais negativo ao governo brasileiro, enquanto uma vitória de Kamala representaria uma estabilidade nas relações do país.

Trump tem uma agenda que antagoniza com as prioridades de Lula, segundo o ex-secretário de Assuntos Estratégicos no governo Michel **Temer** (2016-2018), pesquisador em Harvard e conselheiro do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri). A volta do republicano à Casa Branca pode colocar fim às visões convergentes existentes hoje entre Brasil e EUA.

"Trump já demonstrou preferência por uma agenda de política internacional que é antagônica à visão do atual governo do Brasil. É uma agenda anticlimática, antimultilateralista e anti-reforma das organizações internacionais, em particular da OMC [Organização Mundial do Comercial]", afirma.

Hoje, Biden e Lula estão alinhados em muitas das pautas do G20, sobretudo se tratando de sustentabilidade.

A volta de Trump ao poder pode acelerar a **inflação** e interromper a incipiente trajetória de queda dos juros americanos, o que afetaria a destinação de capital estrangeiro para mercados emergentes como o Brasil. É o que avalia o ex-embaixador do Brasil na China e conselheiro do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri) Marcos Caramuru.

Para o diplomata, medidas anunciadas por Trump na campanha, como a taxa de 10% sobre importações de forma geral e em 60% para produtos chineses, tem potencial de causar mais impacto ao comércio internacional que políticas adotadas por Kamala. Até porque, na avaliação dele, devem-se somar a programas protecionistas já implementados pelo governo democrata.

"Se Trump impuser as tarifas de importação que está prometendo, causará um rebuliço na economia internacional, possivelmente levando empresas exportadoras a investir nos Estados Unidos. O impacto de suas políticas deve ser maior do que o das políticas de Biden, até porque não se espera que Trump reverta o que Biden iniciou", avalia.

"Não deve haver medida específica [dos EUA] contra o Brasil" Sergio Vale

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188034?page=1§ion=1>

Cenário para taxas nos EUA deve ficar mais nebuloso em dezembro

Eduardo Magossi De São Paulo

A decisão de juros do Federal Reserve (Fed, banco central americano), que será divulgada amanhã, está praticamente dada como certa, com 96% das apostas do mercado prevendo um corte de 0,25 ponto percentual nos Federal funds. A partir de dezembro, no entanto, o cenário é mais nebuloso e depende de uma série de fatores que estão sendo analisados de forma diferente pelos investidores. Não apenas o resultado das eleições presidenciais dos EUA vai pesar, mas o comportamento do mercado de trabalho, assim como uma possível volta da **inflação**, podem criar mais obstáculos para o Fed reduzir os juros aos níveis esperados anteriormente.

"Depois da decisão de amanhã, tem muita coisa para se pensar e a primeira delas é o resultado das eleições americanas", diz Fábio Kanczuk, diretor de macroeconomia do ASA e ex-diretor do Banco Central (BC). O economista avalia que o mercado está precipitando mais uma vitória do republicano Donald Trump e, se isso se confirmar, "o cenário econômico americano pode ir por um caminho diferente daquele desejado pelo Fed, principalmente se os republicanos levarem o Congresso também".

Para Kanczuk, se Trump tiver o controle completo do Executivo e do Legislativo, deve implementar medidas que são extremamente inflacionárias, como as tarifas prometidas para os produtos chineses e para o resto do mundo. O economista calcula que a cada alta de 10% nas tarifas comerciais, o núcleo do índice de preços de gastos com consumo (PCE), métrica favorita de **inflação** do Fed, aumentaria em 1%.

Depois da definição da eleição, Kanczuk acredita que o mercado de trabalho será um outro ponto de preocupação do Fed. Caso desacelere mais que o esperado, pode levar a uma aceleração nos cortes de juros. "Os dados do mercado de trabalho pontuais têm mostrado discordâncias, mas a tendência de longo prazo é de desaceleração".

No cenário traçado pelo economista, é possível que a **inflação** americana caia para a meta já no próximo ano e a taxa de fim de ciclo fique em torno de 3,5%. Já com a implementação de tarifas, a **inflação** ficaria acima da meta e os juros, em torno de 4%.

Para Alejo Czerwonko, diretor de investimentos para mercados emergentes das Américas no UBS Global Wealth Management, a tendência desinflacionária deve se manter em 2025 dependendo de quem vencer as eleições. No caso de uma vitória de Trump, também de quais tarifas e cortes de **impostos** realmente serão implementadas.

"Uma vitória de Trump pode desencadear uma pressão inflacionária crescente, mas aqui, mais uma vez, muito dependerá do que exatamente o novo governo republicano implementar em termos de política comercial e tarifária." Segundo ele, embora a meta de **inflação** de 2% do Fed antes da pandemia fosse amplamente percebida como um "teto" para a **inflação**, no mundo de hoje os investidores provavelmente devem entender como um "pisso".

"Especialmente dado o ambiente geopolítico atual, que está levando à crescente fragmentação do mercado global de bens, serviços, pessoas e capital".

"Em um cenário de "red sweep" [republicanos na Casa Branca e no Legislativo], uma extensão dos cortes de **impostos** de 2017 seria provável, mas o alto preço dessa extensão complicaria outras propostas, como uma redução adicional nos **impostos** corporativos", disse. Segundo ele, os mercados de ações provavelmente responderiam positivamente a **impostos** mais baixos e regulamentação mais leve, mas isso poderia ser parcialmente compensado por preocupações sobre os custos e impactos inflacionários de tarifas mais altas e guerras comerciais. "As taxas de juros e o dólar provavelmente aumentariam inicialmente", avalia.

Czerwonko espera que o Fed corte as taxas em 0,25 ponto na reunião de amanhã e outros 0,25 ponto em dezembro, com redução de mais 1 ponto ao longo de 2025.

"Uma vitória de Trump levaria o Fed a cortar menos", disse. Ele lembra que o rendimento dos títulos do Tesouro dos EUA de 10 anos subiu 50 pontos-base (0,50 ponto) em outubro, atingindo 4,30% no final do mês - o maior aumento mensal desde 2022. "Dados econômicos robustos dos EUA ajudaram a aliviar as preocupações com o crescimento econômico de curto prazo e levaram os investidores a reprecificar suas expectativas para a flexibilização da política do Fed."

Com os mercados de apostas sugerindo probabilidades crescentes de uma vitória de Trump, os investidores de renda fixa também se moveram para precificar o potencial de aumento da oferta do Tesouro devido a um déficit orçamentário crescente. "Apesar da volatilidade, vemos o rendimento do Treasury de 10 anos em torno de 3,5% em meados de 2025, com riscos inclinados para cima", afirma.

Sobre o mercado acionário, o economista do UBS está otimista com 2025. "A combinação de crescimento sólido e cortes nas taxas do Fed fornece um cenário favorável para ativos de risco, em nossa opinião, enquanto a tendência de IA [inteligência artificial] deve dar mais suporte às ações. Nossa meta para junho de 2025 para o S P 500 é 6.300, e nossa meta para dezembro de 2025 é 6.600", afirma.

Porém, a imposição de tarifas em uma vitória de Trump poderia prejudicar o crescimento dos lucros dos segmentos de tecnologia com tarifas e beneficiar bancos com menor regulação.

Andrew Hollenhorst, economista-chefe para os EUA do Citi acredita em uma maior queda no mercado de trabalho, que deve levar o Fed a acelerar os cortes de juros. "O principal risco é de um enfraquecimento contínuo do mercado de trabalho e desaceleração associada na economia em geral dos EUA", disse ele, que prevê que a taxa de desemprego salte para um nível acima de 5% nos próximos meses, de 4,1% em outubro. Diante desse cenário, o economista espera que um corte de 0,25 ponto amanhã seja seguido por uma redução de 0,50 ponto em dezembro e mais cinco cortes consecutivos em 2025 até que a taxa fique em 3%.

"Principal risco é de enfraquecimento contínuo do mercado de trabalho dos EUA" Andrew Hollenhorst

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188034>

EUA votam com economia e democracia como maiores preocupações, diz pesquisa

A acirrada disputa presidencial entre o republicano Donald Trump e a democrata Kamala Harris avançou ontem para um resultado incerto, com milhões de americanos depositando seu voto. Não só os americanos, como o resto do mundo, agora aguarda com ansiedade os resultados de uma eleição presidencial marcada por um persistente empate técnico até ontem à noite, quando a votação chegou ao fim em uma corrida turbulenta que contou com uma troca tardia de candidatos e duas tentativas de assassinato.

Pesquisa de boca de urna da Associated Press, a APVoteCast, divulgada ontem à noite mostrou que para os eleitores que compareceram às urnas, economia e imigração são os principais problemas enfrentados pelos EUA e também o que os motivaram a participar nesta eleição presidencial. O futuro da democracia também foi citado - 6 em cada 10 deles disseram estar atentos a isso, segundo a pesquisa APVoteCast.

Cerca de 4 em cada 10 eleitores consideraram a economia e os empregos como os problemas mais importantes a ser resolvido pelo próximo presidente - uma vez que a frustração com o aumento da **inflação** em 2022 persistiu na forma de custos mais altos com alimentos, moradia e gasolina.

Cerca de 2 em cada 10 eleitores disseram que a questão principal é a imigração, e cerca de 1 em cada 10 escolheu o aborto .

A pesquisa APVoteCast, com mais de 110 mil eleitores em todo o país, descobriu um país atolado em negatividade e desesperado por mudanças, enquanto os americanos enfrentavam uma escolha difícil entre Trump e Kamala.

Trump tentou definir a eleição como um referendo sobre o governo de Joe Biden - que ele associa à vice-presidente Kamala - e culpou pela **inflação** e travessias ilegais na fronteira dos EUA com o México. Já Kamala tentou se mostrar como sendo mais focada no futuro e descreveu Trump como velho, cansado e uma ameaça à Constituição.

À noite, as primeiras parciais da apuração nos Estados-chave de Pensilvânia, Michigan e Carolina do Norte confirmavam o resultado das pesquisas pré-

eleição, indicando que a disputa se arrastaria até a contagem das últimas urnas - sugerindo também a possibilidade de uma série de recontagens e judicializações.

Poucos incidentes foram registrados no que os americanos chamam de "Dia da Eleição" - que é um dia de trabalho normal no país - e autoridades eleitorais previam, no começo da noite de ontem, que o comparecimento eleitoral esteve perto do recorde da eleição de 2020, quando mais de 158 milhões de eleitores registrados votaram. Até a abertura das urnas, ontem, mais de 83 milhões de eleitores já tinham votado.

Os primeiros dados das seções eleitorais, ontem à noite, mostravam que nos principais Estados houve uma grande participação eleitoral. Representantes dos dois partidos alegaram que isso favorecia seus candidatos. Michael McDonald, professor da Universidade da Flórida, previu que a participação chegaria a 64,7%, pouco abaixo dos 66,4% em 2020 e bem acima dos 60,1% em 2016.

Aborto em julgamento. Além das eleições para presidente, o total dos 435 deputados, 33 de 100 senadores e 11 governadores, os americanos de nove Estados também foram chamados a votar em consultas populares sobre o aborto. Kamala fez boa parte de sua campanha com base na defesa dos direitos reprodutivos.

O assunto constrange Trump - que no seu período na Presidência (2017-2021) nomeou três juízes ultraconservadores para a Suprema Corte, alterando o equilíbrio político e ideológico do tribunal. Essa maioria conservadora derrubou, em 2022, a decisão Roe vs. Wade - que assegurava o direito ao aborto em todos os 50 Estados americanos.

Cinco desses Estados - Arizona, Flórida, Missouri, Nebraska e Dakota do Sul - aproveitaram a medida da corte para instituir limitações sobre o direito ao aborto. Os resultados devem sair hoje.

Na avaliação de especialistas, as consultas sobre direitos reprodutivos ajudaram a levar mais mulheres às urnas - estratificação dos eleitores que favorece Kamala.

Trump vota e parte para o ataque.

O ex-presidente votou ontem à tarde na Flórida, onde voltou a atacar os imigrantes ilegais, criticou o fato de o resultado da eleição na Pensilvânia se atrasar por dias e disse a jornalistas que "aceitará os resultados da eleição se eles forem justos".

Uma das principais ameaças da eleição, segundo a mídia americana, é que Trump se declare vencedor do pleito ainda nas primeiras horas da apuração, incitando seus partidários a uma revolta semelhante à invasão do Congresso, em 6 de janeiro de 2021.

Durante a campanha, o ex-presidente disse repetidamente que qualquer derrota sua só poderia ser resultado de uma fraude generalizada, ecoando suas falsas alegações de 2020.

Outro tema importante da campanha foi o futuro do clima. Como vice-presidente, Kamala foi o voto de desempate no Senado para a Lei de Redução da **Inflação** do governo Biden, a maior política climática da história dos EUA.

Trump, como presidente, retirou o país do Acordo de Paris, o único e mais importante tratado internacional de enfrentamento à crise climática, e reverteu mais de 125 regras e políticas ambientais.

Kamala, que votou pelo correio, foi ontem à sede do Comitê Nacional Democrata, em Washington, para agradecer o trabalho dos voluntários.

De lá, ela partiu para a Universidade Howard, onde se formou em ciência política e economia.

Ela acompanharia no campus a abertura das urnas nos Estados - até às 3 horas de hoje, em Brasília.

Acompanhe a cobertura pelo site <https://valor.globo.com/> Até a meia-noite de ontem, Donald Trump tinha conquistado 188 delegados dos 270 necessários para a eleição; Kamala Harris tinha 99 votos no Colégio Eleitoral

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188034?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188034?page=1§ion=1)**

EUA investem bilhões em projetos verdes

Emílio Sant'Anna Para o Valor, de São Paulo

Há mais de uma década, os Estados Unidos são o principal investidor estrangeiro no Brasil, concentrando a aplicação de recursos em setores como petróleo e gás, tecnologia da informação (TI) e manufatura. Em 2023, no entanto, esse perfil começou a mudar. De acordo com o estudo "Mapa Bilateral de Comércio e dos Investimentos Brasil-Estados Unidos", da Amcham Brasil e da ApexBrasil, cresceram os aportes para a chamada economia verde.

Ao lado de investimentos em tecnologia, essa área passou a se destacar cada vez mais, com empresas americanas direcionando seus recursos para projetos como a geração de energia renovável.

"As empresas americanas anunciaram 126 novos projetos greenfield [novos projetos que começam do zero] em 2023, em um total de US\$ 7,3 bilhões, posicionando os Estados Unidos como a principal origem estrangeira", afirma Abrão Neto, CEO da Amcham Brasil.

No setor de energias renováveis, o executivo destaca investimentos de aproximadamente US\$ 2,4 bilhões em fontes como energia eólica e solar, ampliando a participação do Brasil na matriz de energia sustentável global.

"Esses investimentos complementam as metas climáticas de longo prazo e reforçam a contribuição do país para a segurança energética e o desenvolvimento sustentável, diz Neto.

Em 2023, multinacionais como a AES e New Generation Power anunciaram projetos no setor de energia que somam mais de US\$ 2 bilhões de investimentos no país. "A disponibilidade de energia confiável e o crescente mercado digital brasileiro tornam o país uma escolha preferencial para investimentos nessa área", afirma.

A AES, que está em processo de fusão com a Auren - juntas, devem formar a terceira maior empresa do setor -, já havia anunciado um ano antes a aquisição das sociedades de propósito específico (SPEs) que compõem os complexos eólicos Ventos do Araripe, Caetés e Cassino. A operação foi avaliada em R\$ 2,03 bilhões.

Responsável por 26,1% do produto interno bruto global, em 2023, ou US\$ 27,4 trilhões, a economia

americana - que segue sendo a maior do mundo, segundo a Economist Intelligence Unit - aumentou seu investimento direto no Brasil entre 2013 e 2022. O total passou de US\$ 69,7 bilhões para US\$ 80,9 bilhões, o que torna o país o 16o principal destino dos investimentos dos EUA e representa um crescimento de 16,1%, de acordo com o Bureau of Economic Analysis (BEA), órgão do Departamento de Comércio americano.

Embora representem 4,2% do **PIB** nacional, os investimentos dos EUA por aqui ficaram abaixo do crescimento médio global do investimento direto americano, que foi de 43,7%. Apesar do aumento dos aportes dos EUA no mundo, a participação do Brasil no total caiu de 1,5% para 1,2%. A taxa de crescimento anual do investimento direto do país no Brasil foi de 2,7% entre 2013 e 2017, mas desacelerou para 0,6% entre 2018 e 2022.

Os dados diferem dos do Banco Central brasileiro. Apesar de usar a mesma metodologia, o Brasil considera investimento direto os aportes estrangeiros que tiveram o território nacional como destino mesmo tendo passado por outros países antes. O BEA, por sua vez, contabiliza apenas os recursos que saíram dos EUA diretamente para o Brasil.

Se para o BEA, em 2022, os investimentos americanos no Brasil somaram estoque de US\$ 80,9 bilhões, para o BC esse montante atingiu US\$ 246 bilhões, o que faz do país o oitavo destino dos investimentos diretos dos EUA no mundo. Segundo o órgão responsável pela regulamentação do sistema financeiro nacional, 3.662 empresas que operavam no Brasil, em 2020, tinham origem nos EUA, o que representa 21% do total de empresas com participação estrangeira no Brasil.

Com o crescimento de aportes em economia verde e tecnologia, a perspectiva de crescimento do investimento direto americano por aqui é positiva. O encontro das agendas ambientais e políticas dos dois países, após administrações negacionistas das mudanças climáticas ou que desmontaram os mecanismos de defesa ambiental, coloca o Brasil em posição privilegiada.

Para o diretor de desenvolvimento industrial da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Rafael Lucchesi, o potencial para atração de investimentos existe e precisa ser desenvolvido como uma prioridade. "Nós precisamos ter uma estratégia ativa e

temos que mostrar a capacidade que o Brasil tem de ser atrativo de investimentos americanos, europeus e chineses", afirma.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188034>

Argentina enfrenta "tsunami" jurídico

**Ciara Nugent Financial Times, de Buenos Aires
(Colaboraram Alistair Gray, em Londres, e Joe Miller, em
Nova York)**

Contestações jurídicas de vários antigos investidores da Argentina que estavam há muito em gestação começam a chegar a seus momentos decisivos, e os bilhões de dólares em indenizações em jogo poderão complicar as tentativas do presidente Javier Milei de consertar a debilitada economia do país.

Processos contra decisões de governos anteriores, desde expropriações até mudanças nos pagamentos de títulos de dívida, estão em tramitação em tribunais nos EUA e na Europa, e os autores das ações agora intensificam a pressão para que o governo negocie.

Embora Milei diga que pagará, autoridades advertem, nos bastidores, que o governo lutará até o fim para reduzi-las e proteger os escassos recursos da Argentina.

"Infelizmente para Milei, um tsunami de sentenças que vem se formando há 20 anos está rompendo agora, com as decisões finais nos principais casos por sair durante seu mandato", disse Sebastián Maril, diretor da firma de consultoria Latam Advisors.

Maril estima que as indenizações em processos em andamento contra a Argentina poderiam somar até US\$ 31 bilhões, sem contar juros, embora fontes do governo argumentem que o valor é "altamente especulativo", pois inclui mais de US\$ 12 bilhões de indenizações sobre reivindicações ainda sem decisão judicial.

A maior sentença é o montante de US\$ 16 bilhões que um tribunal de Nova York concedeu em 2023 a antigos acionistas minoritários da petrolífera estatal YPF, expropriada pela Argentina em 2012.

Outras reivindicações também vêm se acumulando silenciosamente.

Em outubro, a Suprema Corte do Reino Unido se recusou a ouvir o recurso da Argentina sobre uma sentença de US\$ 1,5 bilhão relacionada a mudanças na forma como o país calculou o Produto Interno Bruto (**PIB**), o que reduziu os pagamentos de seus títulos vinculados ao crescimento. O governo tem até 28 de novembro para pagar os detentores de títulos ou ser alvo de medidas de execução.

Em agosto, um tribunal dos EUA se recusou a anular uma sentença de US\$ 340 milhões sobre a expropriação, em 2008, da companhia aérea Aerolíneas Argentinas pelo governo argentino. Outro tribunal dos EUA julgou que um grupo de credores remanescentes do calote soberano da Argentina em 2001 pode confiscar alguns fundos argentinos retidos nos EUA e recuperar 75% de uma sentença anterior de US\$ 417 milhões.

O governo Milei é profundamente crítico aos governos peronistas de esquerda que tomaram as decisões contestadas e tem prometido acabar com a reputação de caloteira em série da Argentina.

"As soluções "criativas" dos [governos] populistas trouxeram consequências econômicas trágicas e desacreditaram nosso país", disse Guillermo Francos, chefe de gabinete de Milei, na plataforma X após a decisão da Suprema Corte do Reino Unido. "Nosso maior compromisso é trabalhar todos os dias para voltarmos a ser um país sério aos olhos do mundo." A Argentina, contudo, não tem dinheiro para pagar. O banco central tem reservas internacionais insignificantes em moeda forte e já há dúvidas sobre como fará para honrar mais de US\$ 14 bilhões em pagamentos de dívida soberana a detentores de títulos e credores multilaterais em 2025.

Autoridades dizem que vão esgotar as possibilidades legais para proteger os cofres públicos. Isso vale tanto para casos sem decisão final quanto para cerca de US\$ 2,4 bilhões em sentenças sobre as quais não há mais recurso, mas que ainda podem ser contestadas.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188034?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188034?page=1§ion=1)**